



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Márcia Lucas de Oliveira

**Financiamento do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo
nos anos 2010, 2011 e 2012**

São Gonçalo

2018

Márcia Lucas de Oliveira

**Financiamento do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo nos anos
2010, 2011 e 2012**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lúcia Velloso Maurício

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

O48 Oliveira, Márcia Lucas de.
Financiamento do Programa Mais Educação no Município de São
Gonçalo nos anos 2010, 2011 e 2012 / Márcia Lucas de Oliveira. – 2018.
125f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia Velloso Maurício.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação e Estado – Teses. 2. Educação – Finanças – São Gonçalo (RJ)
– Teses. 3. Educação integral – São Gonçalo (RJ) – Teses. I. Maurício, Lúcia
Velloso. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Formação de Professores. III. Título.

CDU 37.014.543

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que seja citada a fonte.

Assinatura

Data

Márcia Lucas de Oliveira

**Financiamento do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo nos anos de
2010, 2011 e 2012**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Aprovada em: 22 de maio de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Lúcia Velloso Maurício (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Lia Ciomar Macedo de Faria
Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Dra. Janaina Specht da Silva Menezes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Rosimeri de Oliveira Dias (Suplente)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãezinha por confiar e acreditar no meu potencial.

As minhas filhas, presente de Deus, meus maiores amores, gratidão por entenderem as minhas ausências.

Ao meu marido, companheiro de todas as horas e incentivador do meu ingresso no mestrado, que me proporcionou condições necessárias para a conclusão.

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos por Deus, pois sem ele jamais teria alcançado os meus objetivos.

A minha querida mãezinha que mesmo não compreendendo muito a evolução dos conhecimentos, sempre esteve do meu lado me ajudando dentro de suas possibilidades.

As minhas filhas Rhayanna de Oliveira Machado, pelo incentivo e ajuda em minhas dificuldades em todos os sentidos e Renatta de Oliveira Machado, incentivadora incondicional, sempre me apoiando.

Ao meu marido Márcio Cuesta Pellegrin, companheiro de todas as horas, que me incentivou e acreditou no meu potencial e mesmo distante não media esforços para me ajudar em todas as dificuldades com o computador.

A minha querida e fiel amiga Priscila Castro, que conheci um pouquinho antes de entrar no mestrado e esteve comigo durante toda essa caminhada, seguimos sempre juntas de mãos dadas, de onde surgiu uma amizade sincera que guardarei para sempre. Te amo Amiga!!!

A professora Ielva Maria Costa de Lima Ribeiro, que disponibilizou todos os seus materiais do período em que trabalhou na secretaria de educação e seus conhecimentos necessários à pesquisa.

Ao secretário de educação professor José Augusto Nunes, que autorizou o meu acesso às escolas e setores dentro da secretaria de educação.

A minha orientadora Professora Dr^a. Lúcia Velloso Maurício, por acreditar na minha capacidade de encarar o desafio de uma pesquisa inovadora muito pouca explorada pelos pesquisadores.

A Professora Janaina Specht da Silva Menezes, da UNIRIO, que me deu dicas valiosas na minha qualificação.

A Professora Lia Ciomar Macedo de Faria, da UERJ/Maracanã, por ter aceito participar da minha banca e por ter me dado contribuições enriquecedoras.

Aos colegas do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Tempos, Espaços e Educação Integral (NEEPHI), da UNIRIO, que me acolheram em suas reuniões quinzenais com excelentes contribuições em nossos debates, principalmente as Professoras Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho e Ana Maria Villela Cavaliere.

As professoras do Mestrado: Márcia Soares de Alvarenga, Regina de Fátima de Jesus, Nilda Alves, Mairce Araújo e Rosimeri de Oliveira Dias, que apesar do período conturbado, abriram meus horizontes com seus debates impulsionadores em suas aulas.

A professora Maria Tereza Goudard Tavares que disponibilizou sua tese de doutorado e demais escritas necessárias à pesquisa.

Aos meus colegas da turma do mestrado ingresso 2016, que se mostraram sempre dispostos em ajudar uns aos outros em suas dificuldades.

Meus sinceros agradecimentos a todos que me ajudaram nesse caminho rumo ao meu objetivo: Amanda, Vitor, Vanda, Tânia, Patrícia, Gleyce, Cleide, Daniel, Marcelo, Cinira, Sérgio, Mariângela, Ilson, todos vocês foram muito importantes nessa caminhada.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire

RESUMO

OLIVEIRA, Márcia Lucas de. *Financiamento do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo nos anos de 2010, 2011 e 2012*. 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

A presente pesquisa teve como objetivo geral: analisar a utilização dos recursos financeiros recebidos por meio do PDDE/ Educação Integral/ PME no período de 2010 a 2012, em três escolas do município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro, período este em que o programa abrangia quase que a totalidade das escolas da rede municipal de ensino, assim como também foi o período de maior investimento de recursos enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Realizamos uma pesquisa qualitativa, a fim de lidar com as interpretações e variedades de perspectivas dos participantes e as particularidades da realidade pesquisada. Como meio de investigação realizamos uma pesquisa de campo em 03 escolas municipais que executaram o programa Mais Educação, no período em questão. Como o Programa teve seu início no município em 2008, selecionamos três escolas que tiveram o Programa por um período de 9 anos ininterruptos. Utilizamos como fundamentação teórica os estudos de Ana Cavaliere (2009), Lúcia Velloso Maurício (2009), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Lígia Martha Coelho (2009), Clarice Nunes (2010), Jaqueline Moll (2012), Janaina Menezes (2017), Nicholas Davies (2012) e Cury (2008). Analisamos documentos oficiais e legislações sobre a implementação e utilização dos recursos do programa disponibilizados pelo MEC e FNDE. Como instrumento de coleta de dados tabulamos e categorizamos a prestação de contas de cada escola, conferindo cada nota fiscal. A seguir foram realizadas inicialmente uma entrevista semiestruturada, e devido a necessidade de maior aprofundamento em algumas questões, voltamos a campo e realizamos mais uma entrevista semiestruturada. A análise das entrevistas foi feita a partir da tematização dos conteúdos. A pesquisa nos possibilitou perceber que a situação estrutural e financeira em que se encontravam as escolas levou os diretores a utilizarem os recursos destinados para o programa em ações necessárias ao funcionamento da escola como um todo, o que possivelmente resultou em modificações na execução do programa conforme previsto nas resoluções do FNDE.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Financiamento da Educação. PDDE/Educação Integral/Município de São Gonçalo.

RESUMEN

OLIVEIRA, Márcia Lucas de. *Financiamento del Programa Más Educación en el Municipio de São Gonçalo en los años 2010, 2011 y 2012*. 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

La presente investigación tuvo como objetivo general: analizar la utilización de los recursos financieros recibidos por medio del PDDE / Educación Integral / PME en el período de 2010 a 2012, en tres escuelas del municipio de São Gonçalo en el estado de Río de Janeiro, período este en que el programa abarcaba casi la totalidad de las escuelas de la red municipal de enseñanza, así como también el período de mayor inversión de recursos enviados por el Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación (FNDE). Realizamos una investigación cualitativa, a fin de lidiar con las interpretaciones y variedades de perspectivas de los participantes y las particularidades de la realidad investigada. Como medio de investigación realizamos una investigación de campo en 03 escuelas municipales que ejecutaron el programa Más Educación, en el período en cuestión. Como el Programa tuvo su inicio en el municipio en 2008, seleccionamos tres escuelas que tuvieron el Programa por un período de 9 años ininterrumpidos. (2009), Lúcia Velloso Mauricio (2009), Libano, Oliveira y Toschi (2012), Lígia Martha Coelho (2009), Clarice Nunes (2010), Jaqueline Moll (2012), Janaina Menezes (2017), Nicholas Davies (2012) y Cury (2008). Analizamos documentos oficiales y legislaciones sobre la implementación y utilización de los recursos del programa ofrecidos por el MEC y FNDE. Como instrumento de recolección de datos tabulamos y categorizamos la rendición de cuentas de cada escuela, otorgando cada factura. A continuación, se realizaron inicialmente una entrevista semiestructurada, y debido a la necesidad de una mayor profundización en algunas cuestiones, volvemos al campo y realizamos otra entrevista semiestructurada. El análisis de las entrevistas se hizo a partir de la tematización de los contenidos. La investigación nos permitió percibir que la situación estructural y financiera en que se encontraban las escuelas llevó a los directores a utilizar los recursos destinados al programa en acciones necesarias para el funcionamiento de la escuela como un todo, lo que posiblemente resultó en modificaciones en la ejecución del programa conforme previsto en las resoluciones del FNDE.

Palabras clave: Programa Más Educación. Financiamiento de la Educación. PDDE / Educación Integral / Municipio de São Gonçalo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa da cidade de São Gonçalo com sua localização no Brasil e no RJ	54
Figura 2 –	Divisão da cidade de São Gonçalo em seus 5 distritos	55
Figura 3 –	Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal	56
Gráfico 1 –	Valor recebido do FNDE X Valor utilizado pela escola C.M.A	78
Gráfico 2 –	Valor recebido do FNDE X Valor utilizado pela escola E.M.B	79
Gráfico 3 –	Valor recebido do FNDE X Valor utilizado pela escola E.M.C	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Quota Municipal do Salário-Educação de São Gonçalo/RJ de 2008 a 2017	44
Quadro 2 –	PDDE/Educação Integral/PME	46
Quadro 3 –	Ações e responsáveis pela execução do Programa Mais Educação	50
Quadro 4 –	PDDE/Educação Integral/Brasil/Escolas Estaduais e Municipais .	53
Quadro 5 –	Dados referente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM – São Gonçalo	55
Quadro 6 –	Quantidade de Alunos e Repasse financeiro PNAE/Programa Mais Educação/Município de São Gonçalo de 2010 a 2016	62
Quadro 7 –	Formação do Magistério/Município de São Gonçalo	63
Quadro 8 –	Ideb observado e metas projetadas para o município de São Gonçalo	64
Quadro 9 –	IDEB comparativo: São Gonçalo/Estado do Rio de Janeiro/Brasil Municipal	64
Quadro 10 –	IDEB de 10 escolas municipais de São Gonçalo de 2007 a 2015 ..	65
Quadro 11 –	Matrícula em Tempo Integral do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino do Município de São Gonçalo	66
Quadro 12 –	Escolas do Município de São Gonçalo inscritas no Programa Mais Educação no período de 2008 a 2017	67
Quadro 13 –	Recursos enviados através do PDDE/Educação Integral/PME para o município de São Gonçalo de 2008 a 2016	71
Quadro 14 –	Verbas enviadas para as três escolas analisadas e a quantidade de alunos participantes do PME	76
Quadro 15 –	Número de alunos inscritos no programa e respectivas quantidades de turmas	77
Quadro 16 –	Oficinas realizadas pelas três escolas no período da pesquisa	77

Quadro 17 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pelo C.M.A no ano de 2010	82
Quadro 18 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pelo C.M.A no ano de 2011	83
Quadro 19 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pelo C.M.A no ano de 2012	84
Quadro 20 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.B. no ano de 2010	86
Quadro 21 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.B. no ano de 2011	87
Quadro 22 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.B. no ano de 2012	89
Quadro 23 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.C. no ano de 2010	91
Quadro 24 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.C. no ano de 2011	92
Quadro 25 –	Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.C. no ano de 2012	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos recebidos do PDDE/ Integral/FNDE e recursos utilizados do Colégio Municipal A	78
Tabela 2 – Recursos recebidos do PDDE/ Integral/FNDE e recursos utilizados da Escola Municipal B	79
Tabela 3 – Recursos recebidos do PDDE/ Integral/FNDE e recursos utilizados da Escola Municipal C	80
Tabela 4 – Kits adquiridos por categorias C.M.A.	81
Tabela 5 – Kits adquiridos por categorias E.M.B.	85
Tabela 6 – Kits adquiridos por categorias E.M.C	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Acompanhamento Controle Social
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CACS	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CAQi	Custo Aluno Qualidade Inicial
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEB	Câmara de Educação Básica
CECR	Centro Educacional Carneiro Ribeiro
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CIAC	Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CME	Conselho Municipal de Educação
DEIDHUC	Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFR	Ensino Fundamental Regular
EI	Educação Infantil

EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FFP	Faculdade de Formação de Professores
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LDB	Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PFDS	Processos Formativos e Desigualdades Sociais
PME	Programa Mais Educação
PMSG	Prefeitura Municipal de São Gonçalo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONAICA	Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade

SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SIGECON	Sistema de Gestão de Conselhos
SiGPC	Sistema de Gestão de Prestação de Contas
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
1	EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.....	26
1.1	Educação Integral	26
1.2	Educação em Tempo Integral	28
1.3	Anísio Teixeira e a sua influência na ampliação da jornada escolar	30
1.4	Darcy Ribeiro e a perspectiva de educação integral em horário integral	33
2	O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O DIREITO À EDUCAÇÃO	37
3	O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO.	49
3.1	O Programa Mais Educação no município de São Gonçalo/RJ	54
3.2	Desempenho do Município: Avaliação do IDEB	63
3.3	Adesão ao Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo	66
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77
4.1	Prestação de Contas	77
4.2	Análise das entrevistas	95
4.3	Discussão dos Resultados	97
4.4	Discussão das responsabilidades institucionais	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS	105
	ANEXO A – Termo de Visita Escolar/CACS FUNDEB/SG	113
	ANEXO B – Notas Fiscais do C.M.A	115
	ANEXO C - Notas Fiscais da E.M.B	118

ANEXO D – Notas Fiscais da E.M.C	122
-----------------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Atualmente a educação formal tem sido no âmbito das legislações brasileiras reafirmada como um direito humano e social. Na verdade, este valor dado atualmente à educação formal veio sendo historicamente construído no Brasil. Assim, a história da educação tem demonstrado que, no decorrer do tempo, o estado de negação do direito de acesso à educação vem sendo superado (ao menos nos textos legais) até que nos dias atuais a educação esteja sendo considerada um direito de todos.

A construção histórica deste direito não foi linear e nem mesmo livre de conflitos e interesses diversos, inclusive de órgãos financeiros internacionais. Mas é preciso reconhecer também que não se trata de um direito concedido pelas elites ou pelo Estado, mas um direito conquistado por mobilização da sociedade civil, que vem se empenhando pela construção de uma sociedade menos desigual, questionando a lógica do Estado e do mercado, alternando-se em momentos de oposição e crítica ao Estado e em outros participando de sua estrutura para poder trazer para dentro da máquina estatal os interesses, princípios, metas e objetivos que representam o povo.

Assim, destacaram-se no contexto brasileiro em diferentes períodos vozes de importantes educadores brasileiros que tiveram sua vida profissional marcada por participação na esfera da sociedade civil e também na esfera do Estado. Dentre estes educadores, destacam-se Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que além de vasta contribuição em diversas esferas da educação brasileira, sempre enfatizaram ser necessário não só a ampliação do número de vagas, mas uma significativa mudança nas práticas educacionais, que deveriam superar as práticas das escolas tradicionais e, preocupar-se com a formação integral do aluno; o que tornava necessário uma escola de turno integral.

Ambos os educadores citados foram precursores de experiências educacionais que tinham por objetivo a oferta da educação integral, a partir da ampliação da jornada escolar para tempo integral; por outro lado, suas concepções de educação em tempo integral influenciaram e ainda influenciam a elaboração das políticas públicas de educação no Brasil quando seus governos se propõem a implantar políticas de educação integral. Recentemente, na busca pela garantia de direitos dos alunos e do cumprimento do plano Nacional de Educação de 2001, que estabeleceu na meta 21: “Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente” (BRASIL, 2001), o

Programa Mais Educação foi formulado como instrumento do governo federal com objetivo de oferta de Educação Integral em tempo integral, dentro das ações propostas pelo decreto Compromisso Todos Pela Educação, decreto nº 6.094/2007.

Este programa, elaborado pelo governo federal, constitui uma estratégia para induzir a efetivação da Educação Integral por parte dos estados e municípios enquanto política pública, buscando contribuir para a melhoria na qualidade da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens. O Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010). O decreto, no seu artigo 1º estabelece: “O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral”.

Com fundamentação própria, este programa tem sido executado no Brasil, em todos os estados e inúmeros municípios, com a finalidade de contribuir para a construção de uma escola de qualidade social. Segundo Silva (2009, p.225):

(...) A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democrática.

Por ser de abrangência nacional, o valor utilizado para a execução do Programa representa quantia vultosa para o governo federal, pois conforme dados documentais enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apenas para a cidade de São Gonçalo foram repassados nos anos de 2010, 2011, e 2012 por meio do programa PDDE/ Educação Integral aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Além disso, os entes federados também colaboram, a título de contrapartida, com o pagamento de coordenadores do programa, bem como pequenas despesas oriundas da ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola tais como: despesas com energia elétrica, água e manutenção de equipamentos que são de responsabilidade de cada estado ou município que o executa. No que se refere à alimentação escolar, o município utilizava apenas os recursos oriundos do FNDE por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Segundo Maurício et al., o esforço mobilizado pelo Programa Mais Educação para impulsionar uma política de ampliação da jornada escolar se revela tanto no aumento do número de matrículas, escolas e municípios envolvidos quanto no crescimento do orçamento para o programa em âmbito nacional. Segundo o FNDE, de 2008 até 2012 os recursos injetados no programa já haviam ultrapassado 2 bilhões de reais. Segundo as autoras:

Muitos municípios brasileiros associam-se ao Programa Mais Educação como uma oportunidade de receber mais recursos, materiais e humanos, para suas unidades escolares. É um reflexo do estado de precariedade em que as escolas se encontram, orientando a possibilidade de ampliação da jornada escolar para suprimento de carência de infraestrutura adequada (MAURÍCIO, 2015, p. 135/136).

Neste sentido, esta pesquisa buscou indícios, através da análise da prestação de contas de três escolas e das entrevistas realizadas com as coordenadoras do Programa Mais Educação de cada escola à época, reveladores da real motivação para aderir ao Programa. Não houve qualquer intenção de generalizar os achados a partir das escolas analisadas, mas exemplificar como o Programa era gerido no chão da escola e deduzir se sua aproximação ou distanciamento das orientações do MEC e do FNDE se deviam a fatores intrínsecos ao Programa ou ao contexto das escolas em questão.

Na próxima seção discorro sobre minha aproximação e familiaridade com o Programa Mais Educação, tendo em vista a função de coordenadora do Programa que exerci na Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo (RJ) no período analisado.

A minha trajetória e o programa mais educação

Como educadora da rede pública de ensino há 17 anos, sempre me despertou interesse a elaboração e execução de Políticas Públicas de Educação em nosso País. Ao perceber que a rede pública municipal de São Gonçalo havia iniciado o processo de implantação do programa Mais Educação, a perspectiva de ampliar meus conhecimentos na área desta política se tornou mais presente em minha vida profissional. Nos anos de 2010, 2011 e 2012, tive a oportunidade de contribuir para a execução da política pública de Educação Integral em São Gonçalo, pois fui convidada pela Superintendente de Projetos deste período para coordenar o Programa Mais Educação em São Gonçalo.

Foi um período de intenso trabalho considerando que a execução pedagógica do programa exigia enorme dedicação e foco no cotidiano da implantação do mesmo. Este foco se concretizava em ações tais como: orientação aos gestores sobre o preenchimento do plano

de atendimento, esclarecimento de dúvidas sobre a execução do programa em seus múltiplos aspectos, visitas de supervisão *in loco* a fim de verificar a qualidade das oficinas oferecidas, elaboração de relatórios de gestão, orientação a respeito da utilização do espaço físico das escolas, entrevista e seleção de monitores, que deveriam ser preferencialmente estudantes universitários, formação de monitores para as oficinas Práticas de Letramento e Matemática, bem como assumia a responsabilidade sobre a gerência do programa no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC).

Por outro lado, posso afirmar que este período fortaleceu meus conhecimentos sobre políticas públicas e colaborou para meu aperfeiçoamento profissional. Porém, não foi possível ter um maior aprofundamento a respeito do controle do financiamento deste programa, tal como verificar de que forma eram utilizados os recursos referentes a custeio¹ e capital², quais os valores destinados a pagamentos dos monitores de cada escola, de que forma eram utilizados os recursos destinados à ampliação de espaço. Um assunto que me despertou interesse, porém não é objeto desta pesquisa, estava relacionado à verba de merenda destinada ao Programa, sob responsabilidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enviado para o município, através do FNDE, via prefeitura. Não conseguíamos fiscalizar se tais recursos financeiros, enviados para os alunos participantes do programa, eram de fato repassados para as escolas, pois estes eram incorporados às verbas regulares enviadas ao município. A verba deveria ser de R\$ 0,90 (noventa centavos) por aluno inscrito no programa, bem acima dos R\$ 0,30 (trinta centavos) regulares.

Enquanto coordenadora do Programa Mais Educação na secretaria de Educação de São Gonçalo, não tinha tempo suficiente para averiguar de que forma os gestores e coordenadores nas escolas faziam uso dos recursos públicos enviados pelo FNDE, pois era necessário um acompanhamento mais detalhado em torno de outras necessidades de cada escola. Assim, decidi traçar como objeto de pesquisa uma investigação sobre a utilização dos recursos pelos gestores de três escolas municipais desta cidade, no período de 2010 a 2012.

Deste modo, formulei as seguintes questões de estudo: como foram utilizados os recursos financeiros do Programa Mais Educação os quais contam com as orientações definidas pelo FNDE? Como se deu a apropriação das escolas dos critérios de utilização dos recursos definidos pelo FNDE? Mediante estes fatos, esta pesquisa tem como objeto de estudo a investigação do financiamento do Programa Mais Educação nos anos de 2010, 2011 e 2012

¹ Recursos de custeio são aqueles destinados à aquisição de bens e materiais de consumo e à contratação de serviço para a realização de atividades de manutenção, necessários ao regular funcionamento da escola.

² Recursos de capital são aqueles destinados a cobrir despesas com a aquisição de equipamentos e material permanente para as escolas, que resultem em reposição ou elevação patrimonial.

no município de São Gonçalo. Terá como objetivo geral: analisar a utilização dos recursos financeiros recebidos por meio do PDDE/ Educação Integral/ PME no período de 2010 a 2012, em três escolas do município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro; e como objetivos específicos: analisar a relação entre as oficinas selecionadas e os recursos financeiros envolvidos; levantar as fontes dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do Programa Mais Educação, em 03 escolas do município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro, no período de 2010, 2011 e 2012, bem como verificar a existência de acompanhamento e controle dos recursos do PME no âmbito do município no período de 2010, 2011 e 2012.

A presente pesquisa é composta por quatro capítulos. No capítulo 1, buscamos conceituar educação integral, diferenciando-a de educação em tempo integral, bem como apresentamos as influências de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro na proposta de implementação da educação em tempo integral no país.

No capítulo 2, apresentamos a fundamentação teórica e legal sobre a educação básica brasileira, seu financiamento, e seu papel na consolidação do direito de todos à educação de qualidade.

No capítulo 3, apresentamos o Programa Mais Educação, buscando esclarecer sua fundamentação legal, execução financeira e execução pedagógica em nível nacional e particularidades da implementação deste programa na cidade de São Gonçalo, no que se refere às questões ligadas ao financiamento nesta cidade.

O capítulo 4 destinou-se à apresentação e discussão dos resultados onde apresentamos dados relativos à prestação de contas, das análises das entrevistas realizadas, bem como a discussão de responsabilidades institucionais. Posteriormente são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

METODOLOGIA

Tendo em vista os objetivos propostos e a natureza do objeto de estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois por meio dela se torna possível analisar as interpretações e variedades de perspectivas dos participantes e as particularidades da realidade pesquisada. A pesquisa qualitativa possibilita perceber as subjetividades presentes entre os participantes da pesquisa, de forma que dados relevantes ao estudo possam surgir e colaborar para a compreensão da realidade pesquisada (BAUER e GASKELL, 2014). Nessa perspectiva, no transcorrer da pesquisa, os levantamentos dos recursos e materiais recebidos bem como

demais informações sobre o financiamento do programa, puderam colaborar para que novas indagações surgissem, enriquecendo assim o estudo que se propôs. Mas, em se tratando de uma pesquisa qualitativa que abrangeu dados numéricos referentes aos recursos recebidos e utilizados, esta pesquisa quando necessário utilizou dados estatísticos e numéricos para a compreensão do objeto de estudo, numa perspectiva adicional para a análise e compreensão dos dados.

Como meio de investigação, realizamos uma pesquisa de campo e empírica, realizada em 03 escolas municipais que executaram o programa Mais Educação no período de 2010 a 2012. A escolha deste período se deu por dois fatores: o fato do programa ter sido plenamente executado em todas as escolas municipais, visto que a partir daí houve um retrocesso na execução do Programa por redução de repasse de verbas do governo federal e pelo fato dos maiores recursos financeiros enviados para o município estarem neste período de 2010 a 2012.

A pesquisa foi realizada em três escolas: Escola Municipal A, localizada no 4^o Distrito, Escola Municipal B, localizada no 3^o Distrito e Escola Municipal C, localizada no 2^o Distrito. Utilizamos como critério de escolha, o fato das mesmas estarem entre as sete escolas que executaram o programa num período de nove anos ininterruptos desde a sua implementação em 2008. Dentre estas sete escolas, a seleção das que participaram da pesquisa levou em consideração o fato das mesmas estarem em diferentes distritos da cidade e demonstrado interesse em participar da pesquisa, após contato feito pela pesquisadora com os coordenadores do programa nas escolas.

Esclarecemos que em alguns casos embora a escola tivesse recebido a verba, não significava que o programa fosse executado, isso poderia ocorrer por vários motivos internos de funcionamento da escola, como por exemplo a troca de diretor, que inviabilizava a movimentação de verba por um determinado período, bem como adequação de espaços para a realização das atividades do programa, dentre outros.

Também como instrumentos desta investigação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores do programa dos períodos pesquisados, cujas análises foram feitas por tematização de conteúdos. Para realização destas entrevistas, inicialmente fizemos uma solicitação por escrito à coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PFDS – FFP/UERJ, e para o secretário municipal de educação, a fim de obter autorização para realização da pesquisa. Após a autorização do secretário, a subsecretária de ações pedagógicas enviou ofício às escolas, autorizando a pesquisa em questão. A partir de então, foram feitos contatos telefônicos com os coordenadores do programa Mais Educação,

que atuavam nas três escolas no período da pesquisa, a fim de que fosse marcado o dia e a hora das entrevistas. Estas entrevistas foram realizadas nas escolas, sendo gravadas, e posteriormente transcritas e por fim seus conteúdos foram analisados por meio de tematização.

Além deste instrumento, foi feita análise documental minuciosa das prestações de contas referente à execução do programa, por meio das planilhas e notas fiscais. Algumas prestações de contas não foram encontradas nas escolas, sendo necessário que o setor de prestação de contas da secretaria de educação liberasse as mesmas para consulta. Analisamos, se nas prestações de contas apareciam todos os recursos utilizados para cada oficina e se estes recursos foram utilizados de acordo com orientações do FNDE. Nesta análise, organizamos o investimento dos recursos por categorias, para melhor visualização. Também fizemos um comparativo entre os materiais relacionados nos kits sugeridos com os materiais adquiridos pelas escolas.

Para subsidiar a análise, foram utilizados documentos federais, tais como os editais e manuais técnicos emanados do FNDE e do MEC publicados nos anos a que se refere esta pesquisa. Por se tratar de um programa público cuja execução extrapola a esfera escolar, realizamos visitas à Secretaria Municipal de Educação a fim de acessar prestações de contas não encontradas nas escolas, referentes ao período pesquisado, que pudessem colaborar com a pesquisa.

Dados estatísticos foram solicitados à coordenação de estatística da Secretaria Municipal de Educação para compor a pesquisa. Foram realizadas visitas ao CAC'S Fundeb, no intuito de averiguar de que forma este conselho fiscaliza as verbas provenientes do Fundeb. Além destas fontes de consulta também solicitamos ao FNDE informações pertinentes à pesquisa, nas quais sempre fomos atendidas.

1 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Nos estudos sobre educação brasileira, tem sido muito comum a utilização dos termos educação integral e educação em tempo integral como sinônimos. Entretanto, estes termos possuem significados diferentes que procuraremos elucidar a seguir.

1.1 Educação Integral

A educação é um processo indissociável da vida humana em sociedade, sendo um instrumento indispensável para o desenvolvimento das pessoas e de sua inclusão social. Este processo se desenvolve em múltiplos espaços e por meio dele a cultura, o conhecimento, os princípios éticos e morais em que se fundamentam uma sociedade são reconstruídos ao longo do tempo, do espaço e dos contextos sociais, promovendo assim o desenvolvimento da sociedade.

Mesmo reconhecendo o amplo conceito de educação, em um sentido muito estrito, a educação também pode ser considerada um processo formal, por meio do qual o acesso à instrução em instituições de ensino possibilita às pessoas o desenvolvimento de suas capacidades possibilitando assim seu processo de inclusão social.

Este sentido estrito de educação que se fez muito presente no âmbito da educação formal brasileira, atualmente vem sendo alargado pelo conceito de educação integral por meio do qual se busca a construção de novas práticas, que venham a colaborar para o desenvolvimento das pessoas em seus múltiplos aspectos. Assim, busca-se com a educação integral uma educação formal que segundo Maurício (2009).

[...] reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Entende que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstâncias. A criança desenvolve seus aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros conjuntamente. Não há hierarquia do aspecto cognitivo, por exemplo, sobre o afetivo ou social (p.26).

Por outro lado, é preciso considerar que a educação integral assim descrita exige práticas diversas, que se desenvolverão dentro e fora do ambiente escolar por meio de ações

planejadas e desenvolvidas, no sentido de que “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança.”³

A educação integral por sua própria definição não é uma modalidade da educação, ela deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano num processo longo e por toda a vida. A educação integral se caracteriza pela ideia de uma formação “mais completa possível” para o ser humano, que pense o ser humano por inteiro em todas as dimensões, conforme extraído do Manual de Educação Integral apresentado abaixo:

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Ela se dará por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na corresponsabilidade por sua formação integral. (PDDE – Manual de Educação Integral, MEC/SEB, 2009, p.1).

Portanto, o educador voltado para educação integral deve ser capaz de compreender a escola na sua dimensão pública, como um fórum de distintas vozes e discursos, capaz de promover o diálogo entre pais, professores e alunos. O professor deve ter clareza, no seu diálogo como mediador de saberes e não o “dono da verdade”, que a escola precisa se abrir para a comunidade para que consiga cumprir a sua função social (COELHO, 2009a). A educação integral traz para as escolas e para a sociedade brasileira a discussão sobre o papel de todos na formação de crianças e jovens.

Logo, ao pensar a educação integral se observa a necessidade de ampliar o tempo da jornada escolar, precisando perceber os espaços além dos muros das escolas, como uma extensão da dimensão pedagógica e humana destas instituições de ensino.

Neste sentido, podemos considerar que a Educação Integral representa também educação em tempo integral, pois, para repensar o cotidiano da escola na perspectiva da formação integral dos alunos, devemos considerar também a necessidade da ampliação da jornada escolar, revendo as questões variáveis como tempo, espaço, e territórios em que cada escola está situada. Alguns estudos consideram que a qualidade do ensino está embasada nessa relação tempo e espaço educativo. Segundo Cavaliere (2002), a extensão do horário

³ Provérbio Africano

escolar, por si só, não garante o incremento qualitativo do ensino, mas carrega essa possibilidade em potencial.

1.2 Educação em Tempo Integral

A aprendizagem acontece desde o nascimento e continua ao longo de toda a vida. Assim, aprendemos com nossa família, aprendemos com a escola, aprendemos em espaços formais e informais. Desta forma, pensar na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas de tempo integral só faz sentido, se considerarmos uma concepção de *educação integral* com a perspectiva de que o horário estendido represente uma ampliação de oportunidades e situações, que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras.

A Educação Integral em Tempo Integral tem uma amplitude muito maior do que o simples fato de oferecer uma variedade de atividades para preencher o tempo das crianças na escola, é preciso que essas atividades estejam voltadas para a formação dos alunos em todos os seus aspectos do desenvolvimento por meio de atividades voltadas para sua formação integral. Este princípio da educação integral deve estar presente no Projeto Político Pedagógico das escolas em tempo integral, sendo operacionalizado por meio da ampliação da jornada escolar que ofereça atividades que venham a atingir os objetivos da formação integral do aluno, oportunizando vivências de experiências múltiplas que superem a padronização presente nas escolas tradicionais.

Coelho e Menezes (2007) afirmam que os princípios da educação constantes na Constituição de 1988 já revelavam a presença da concepção de educação integral, apesar de não haver menção explícita ao termo.

Cabe principalmente ao Estado a tarefa de promover a ampliação da jornada escolar. A perspectiva de uma *educação integral em tempo integral* expressou-se por meio da promulgação de legislação específica, embora a Constituição de 1988 não faça referência literal a essas expressões. Logo, podemos mencionar o papel do Estado de modo mais específico, nos artigos 205, 208 e 227 da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990). Também encontramos alusão à ampliação da jornada em integral no artigo 34, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/1996), e no Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 10.172/2001). O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de

Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentada pela Lei nº 11.494/2007, em seu 10º artigo, considera o tempo integral como um dos tipos de matrículas com diferenciação das ponderações para distribuição proporcional de recursos e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), por meio do decreto nº 6.253/2007, em seu artigo 4º definiu a duração do tempo integral (MOLL, 2012).

Nas escolas públicas brasileiras, podemos citar três experiências de Educação Integral em Tempo Integral, a partir de três propostas bastante conhecidas que se transformaram em realidade: a que criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), em Salvador, na década de 1950, implantado por Anísio Teixeira, conhecida como Escola Parque. Em 1960, dez anos depois, uma nova experiência de escola pública de tempo integral é inaugurada em Brasília, o complexo Escola Classe/Parque, a escola tão sonhada por Anísio Teixeira e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro, nas décadas de 1980-1990, implantados por Darcy Ribeiro (SOUZA, 2014).

Inspirados no modelo dos CIEPs, implantados na gestão de Leonel Brizola, com o objetivo de prover a atenção à criança e ao adolescente, envolvendo o Ensino Fundamental em tempo integral, foram criados, em 1991, programas de assistência à saúde, lazer e iniciação ao trabalho, entre outros. No governo Collor, em vários estados do Brasil, foi criado o Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIAC), como parte do “Projeto Minha Gente”⁴, que previa o atendimento em creche, pré-escola e Ensino Fundamental; saúde e cuidados básicos; convivência comunitária e desportiva.

No final do governo Collor, em 1992, foi criada a secretaria de Projetos Educacionais para dar continuidade ao projeto, porém o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), introduziu algumas modificações em sua concepção, mudando então sua denominação para Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA). Neste contexto, os então CIACs passaram a ser denominados CAIC (Centro de Atenção Integral à criança). A alteração de nome refletiu a mudança de concepção ocorrida no programa, pois neste período o MEC defendia que o importante era ênfase à proposta de educação integral por meio de pedagogia própria, o que necessariamente não significava a necessidade de novas construções, mas sim de práticas de educação integral em espaços que poderiam ser adaptados (IPEA, 1995).

⁴ Decreto nº 631, de 12 de agosto de 1992. O Projeto Minha Gente tinha por finalidade promover ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social relativas à criança e ao adolescente e a sua integração na comunidade.

1.3 Anísio Teixeira e a sua influência na ampliação da jornada escolar

Anísio Teixeira foi um educador liberal com atuação no Brasil a partir da década de 1920, que defendeu a ideia de uma educação escolar ampliada, que superasse as práticas tradicionais e pudesse proporcionar uma educação voltada para a formação da cidadania, por meio do acesso à cultura, da socialização e da preparação para o trabalho, pois, segundo Anísio Teixeira: “Só posso compreender a educação como processo de preparação e distribuição de homens pelas diversas ocupações que caracterizam a vida humana na atualidade” (TEIXEIRA, 1997, p.81).

Neste sentido, defendeu veementemente a necessidade de ampliação da jornada escolar. Segundo Cavaliere (2010), embora defendendo em toda sua obra os princípios da educação integral, Anísio Teixeira não fazia uso da expressão “educação integral”, provavelmente para evitar identificação com o movimento integralista ou mesmo por não considerar uma expressão precisa. Torna-se importante destacar que a proposta de educação de Anísio Teixeira se opunha às elites do período. Segundo Cavaliere (2010), a obra de Anísio Teixeira abrange diferentes aspectos da educação, com maior ênfase no que se refere à ampliação da função da escola elementar.

O educador formou-se em 1922, na Faculdade de direito da Universidade do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Direito da UFRJ). Em 1924, assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino da Bahia, cargo este, equivalente hoje ao de Secretário de Educação, iniciando sua carreira de administrador público e educador. No exercício do cargo viajou para a Europa em 1925, onde pode observar o sistema educacional de vários países, implementando várias reformas na educação no Estado da Bahia, a começar pela formação dos professores. Em 1927, Anísio Teixeira viajou para os Estados Unidos, onde entrou em contato com as ideias do filósofo John Dewey que muito influenciaram o seu pensamento. Ao retornar para o Brasil, demitiu-se do cargo de Inspetor Geral de Ensino devido ao fato de o novo governador não concordar com suas ideias sobre mudanças no ensino.

Anísio Teixeira retornou então aos EUA em 1928, onde fez pós-graduação. Neste mesmo ano ingressou na Universidade de Columbia, em Nova York, onde obteve o título de mestre e conheceu o educador John Dewey. Em 1931, mudou-se para o Rio de Janeiro, tornando-se então Secretário de Educação do Rio de Janeiro. Em 1932, participou da elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sendo um dos 27 educadores brasileiros que o assinaram. Neste período, publicou duas obras sobre educação: *Educação*

progressiva: uma introdução à filosofia da educação (1932) e *Em marcha para a democracia* (1934), que junto as suas realizações deram-lhe projeção nacional. Realizou então várias melhorias e mudanças na educação pública brasileira, sendo a de maior destaque a criação da Universidade do Distrito Federal em 1935.

Dentre as várias ações realizadas por Anísio Teixeira podemos destacar a campanha de expansão e modernização do sistema escolar no nível primário e médio, elevação de todo o ensino técnico profissional (antes destinado apenas ao filho do trabalhador operário) ao nível secundário (que antes era reservado para aqueles que continuariam seus estudos a nível superior), criou o Instituto de Educação como modelo com todos os níveis de ensino – desde jardins de infância, escola primária experimental, curso ginásial, o curso profissional e níveis superiores. Anísio Teixeira sofreu muitas pressões políticas contrárias.

Em 1950, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado por Anísio Teixeira, em Salvador (Bahia), concretizou finalmente a sua ideia de um complexo educacional em horário integral, que ficou conhecido como Escola Parque, onde as crianças desenvolviam outras práticas educativas no contraturno, permanecendo o dia completo em ambiente escolar. O centro contava com 5 escolas classe, em que se desenvolviam as atividades de ensino e desenvolvia práticas diversas, de trabalho, de artes, de recreação, de socialização e de extensão cultural no pavilhão chamado Escola Parque. Segundo Cordeiro (2001):

Os espaços da Escola Parque eram destinados às atividades desportivas e de higiene, do setor de trabalho, incluindo as artes industriais, a tecelagem, a tapeçaria, a encadernação, a cerâmica, a cartonagem, a costura, o bordado, o couro, a lã, a madeira, o metal. Também lugar de destaque foi conferido às artes, música, dança, ao teatro e às artes visuais, a pintura e a escultura. Os estudos individuais e em grupo na biblioteca e as atividades socioeducativas e de convivência social faziam-se presentes. (p.243-244).

Alguns aspectos do funcionamento da Escola Parque ainda merecem destaque: a organização das turmas que tinha como padrão o ano de escolaridade e a idade cronológica dos alunos; em cada classe eram organizados subgrupos por níveis de aprendizagem. A continuidade de uma série para outra substituiu a prática da reprovação nesta escola; a integração dos conteúdos, buscando a superação da fragmentação das disciplinas; a existência de um programa de treinamento de professores realizada na Escola Parque para a educação fundamental, pois a formação dos professores é um dos pré-requisitos fundamentais à transformação da educação.

No que se refere aos aspectos logísticos, o Centro dispunha de refeitório, padaria, loja, rádio, correio e organizações infanto-juvenis. A preocupação com o desenvolvimento de

lideranças, de autoestima, a caracterização das potencialidades, os trabalhos diversificados também se faziam presentes no cotidiano da Escola Parque. Segundo Nunes (2009), a chamada Escola Parque tinha capacidade para receber quatro mil alunos aproximadamente. Para cada 20 alunos havia um profissional habilitado. Os professores foram recrutados na capital baiana e no interior.

O legado de Anísio Teixeira à educação brasileira é incontestável. Em 1951, a convite do ministro da Educação Ernesto Simões Filho, assumiu a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e no ano seguinte, em 1952, assumiu o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), substituindo Murilo Braga, onde permaneceu até 1964. Como diretor do INEP, Anísio Teixeira criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) com o objetivo de coordenar estudos antropológicos, sociológicos, estatísticos e históricos a respeito da realidade brasileira (NUNES, 2000).

Durante sua coordenação na CAPES e no INEP, Anísio Teixeira pronunciou várias conferências pelo país e participou intensamente da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961. Durante incessante luta pela escola pública, editou dois livros: *A educação e a crise brasileira* (1956) e *Educação não é privilégio* (1957). Em 1961, juntamente com Darcy Ribeiro, idealizou a Universidade de Brasília (UnB), assumindo a reitoria, em 1962, substituindo o reitor Darcy Ribeiro que se afastou para assumir o Ministério de Educação e Cultura, permanecendo até 1964. Com a instauração do governo militar, em 1964, Anísio Teixeira foi afastado do seu posto de reitor da Universidade de Brasília (UnB) sendo aposentado compulsoriamente (NUNES, 2000).

Em 1962, no governo de João Goulart, Anísio Teixeira tornou-se membro do Conselho Federal de Educação, tendo como meta a reconstrução dos ideais de uma escola pública e gratuita. Participou da elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação que não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, aprovada pelo conselho Federal de Educação, com metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num período de sete anos (1963-1970).

É importante ressaltar que um dos importantes focos deste plano nacional de educação foi a elaboração dos Fundos: Fundo Nacional do Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional do Ensino Superior definidos pela lei nº 4.024/61 (LDB).

Após o golpe militar, Anísio Teixeira retornou aos Estados Unidos, onde permaneceu cerca de dois anos atuando como professor residente. Ao retornar para o Brasil, em 1966, tornou-se consultor da FGV (Fundação Getúlio Vargas), em 1970 recebeu o título de

professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 11 de março de 1971, morreu tragicamente na cidade do Rio de Janeiro, em circunstâncias consideradas obscuras, pois seu corpo foi achado no poço de um elevador na Avenida Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, com suspeitas de que tenha sido vítima das forças de repressão do governo do General Emílio Garrastazu Médici⁵, apesar do laudo relatar morte acidental (MEC, 2010).

A formação completa da criança é entendida por Anísio Teixeira, como instrumento de desenvolvimento do país. Para ele, uma criança educada em todos os seus aspectos da dimensão humana resultaria num adulto capaz de participar ativamente do seu país (COELHO, 2009b). Para Anísio Teixeira, educação era a própria vida em permanente desenvolvimento e não simplesmente preparação para a vida (TEIXEIRA, 1997). A base de atuação de Anísio Teixeira como educador e sua contribuição para a educação no Brasil é considerada de grande importância até os dias atuais.

1.4 Darcy Ribeiro e a perspectiva de educação integral em horário integral

Darcy Ribeiro foi um antropólogo que, ao encontrar com Anísio Teixeira em 1952, aderiu ao compromisso intelectual com a causa da mudança na educação, que para ele era indispensável ao desenvolvimento do país. Defensor da escola pública de tempo integral, assim como Anísio Teixeira, concebia esta escola como um projeto destinado à formação integral das crianças. Darcy Ribeiro era veementemente contra a escola de três turnos, pois para ele a escola padronizada em três turnos, era considerada “escola mentirosa”, pois “não ensinava, não preparava e não cuidava”, visto o pouco tempo que as crianças eram atendidas no ambiente escolar (BOMENY, 2009).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1961, Darcy Ribeiro foi responsável pela criação da Universidade de Brasília (UnB), juntamente com Anísio Teixeira, que planejou o modelo pedagógico, cujas ideias, o arquiteto Oscar Niemayer transformou em prédio, até hoje referência de qualidade entre as universidades do país.

Em 1982, Darcy Ribeiro candidatou-se a vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com Leonel Brizola, e uma vez eleito, assumiu o governo de 1983 a 1986. Neste período, Darcy Ribeiro acumulou o cargo de Secretário de Cultura e Coordenador do

⁵ Presidente do Brasil no período de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

Projeto Especial de Educação, idealizando e concretizando neste período os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) (SILVA, 2011).

Os CIEPs constituíam-se como uma das mais marcantes implantações de Educação em Tempo Integral realizadas no país, escolas que contemplavam aspectos de educação, de saúde, de cultura, de assistência familiar e de assistência social. Assim, foram construídos 506 prédios escolares durante os dois governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, cuja estrutura permitia abrigar o que se denominava como “*Escola Integral em horário Integral*”. Darcy Ribeiro esperava que o CIEP fosse atrativo para a classe média: “tinha que ser tão bom que a classe média disputasse para colocar o seu filho lá dentro” (BOMENY, 2009, p.117).

No período de 1991 a 1997, assumiu como Senador da República, deixando como legado a apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases – LDB (nº 67/92), sendo indicado relator e considerado elemento principal para aprovação da LDBEN nº 9.394/96.

Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foram educadores com ideais em comum, que investiram na educação como condição para o desenvolvimento e o crescimento do país e ousaram pôr em prática suas ideias.

Mas, se podemos afirmar que estes educadores têm em comum a preocupação com um país que seja capaz de ofertar a todos os cidadãos uma educação de qualidade, de tal forma a contribuir para que a sociedade se torne menos injusta, podemos também afirmar que ambos também tinham clareza de que a concretização deste ideal, necessariamente, teria que encontrar fontes de financiamento que pudessem tornar viáveis seus projetos. Se tomarmos por exemplo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, do qual Anísio Teixeira é um dos seus signatários, percebemos presente neste documento a preocupação com a necessidade de criação de um “Fundo Escolar”, que pudesse sustentar financeiramente a educação de qualidade que estava sendo proposta, pois considerava-se que a criação deste fundo protegeria a educação das “intempéries” do sistema financeiro do país. Segundo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932):

Toda a impotência manifesta do sistema escolar atual e a insuficiência das soluções dadas às questões de caráter educativo não provam senão o desastre irreparável que resulta, para a educação pública, de influências e intervenções estranhas que conseguiram sujeitá-la a seus ideais secundários e interesses subalternos. Daí decorre a necessidade de uma ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, com que os técnicos e educadores, que têm a responsabilidade e devem ter, por isto, a direção e administração da função educacional, tenham assegurados os meios materiais para poderem realizá-la. Esses meios, porém, não podem reduzir-se às verbas que, nos orçamentos, são consignadas a esse serviço público e, por isto, sujeitas às crises dos erários do Estado ou às oscilações" do interesse dos governos pela educação. A autonomia econômica não se poderá realizar, a não ser pela instituição de um "fundo especial ou escolar", que, constituído de patrimônios,

impostos e rendas próprias, seja administrado e aplicado exclusivamente no desenvolvimento da obra educacional, pelos próprios órgãos do ensino, incumbidos de sua direção (REVISTA HISTEDBR, p.8, 9 - grifos da autora).

Segundo *Bordignon, Queiroz e Gomes* (2011), esta discussão foi retomada por Anísio posteriormente em 1962, quando apresentou ao conselho Federal de Educação, o parecer “Bases sobre o plano”, no qual destacava a necessidade de todos os entes federados agirem em regime de colaboração a fim de atingir os objetivos previsto na LDB de 1961, aí incluídos a criação dos fundos de financiamento, conforme podemos verificar a seguir:

“A primeira consideração a levar em conta neste trabalho é a de que a educação constitui serviço comum e solidário das três órbitas administrativas do país, sendo a ação do Governo Federal fundamentalmente supletiva e devendo, portanto, os planos a serem elaborados ter em vista os serviços dos Estados e dos Municípios no campo da educação e ensino. Deste modo, os planos deverão visar, acima de tudo, a oferecer a oportunidade e indicar as formas pela qual os três governos possam coordenar os seus esforços para a consecução dos objetivos previstos na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases.

(...)

Parece, assim, não poder sofrer dúvidas que o espírito da lei, ao criar os Fundos, foi o de dar base e viabilidade ao um plano de assistência financeira aos Estados e aos Municípios para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos sistemas estaduais de educação, sem prejuízo das obrigações da União já anteriormente assumidas, especialmente quanto ao ensino superior”

(Teixeira, 1962 apud Bordignon, Queiroz e Gomes 2011).

Na mesma perspectiva, se levarmos em consideração a intensa participação de Darcy Ribeiro na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394 /96, que traz em seu título VII as definições a respeito do financiamento da educação, reafirmando e ampliando os princípios da vinculação constitucional da CF de 1988, podemos afirmar que as questões de financiamento não passaram despercebidas por este educador, pois nas palavras de Silva (2011, p.101), “a nova legislação demarcou uma mudança nas responsabilidades do aparelho do Estado sobre o ensino, assumindo o financiamento e a prestação de serviços”. Este autor enfatiza que Darcy Ribeiro, enquanto senador da República, agiu veementemente em defesa da construção de uma sociedade mais justa, que possibilitasse uma ação do Estado mais voltada para o direito de todos terem acesso aos bens e serviços necessários à sua qualidade de vida. Segundo ele, Darcy Ribeiro:

Dedicou sua atuação no senado para combater o desmonte do Estado “conforme salientou, “em lugar do Estado mínimo que receitam proponho o estado necessário”, Um aparelho do estado comprometido com o desenvolvimento das potencialidades dos brasileiros a partir da distribuição de bens e serviços e garantia de direito para o adequado desenvolvimento de todas as pessoas.(...) Deste modo Ribeiro, posicionou-se ao lado de diferentes intelectuais, movimentos sociais e sindicais que

lutaram contra políticas econômicas neoliberais implantadas ao longo de sua trajetória enquanto senador, além de se contrapor àqueles que defendiam a manutenção das estruturas da sociedade brasileira (SILVA, 2011. p.117).

O que se observa é que os ideais de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, embora muito presentes entre educadores, gestores e demais cidadãos que se preocupam com a justiça social no Brasil, ainda estão bastantes distantes de se tornarem realidade nos sistemas educacionais brasileiros. Estas dificuldades têm diferentes origens, sendo que as questões do financiamento da educação uma das principais. Neste sentido, no capítulo a seguir apresentaremos uma visão geral do financiamento da educação brasileira, buscando as conexões existentes entre a política de financiamento da educação básica e o programa Mais Educação, objeto desta pesquisa.

2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O DIREITO À EDUCAÇÃO

O direito à educação é considerado como um dos direitos fundamentais do homem e, segundo Cury (2002), não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica, tendo em vista, a educação ser uma dimensão da cidadania. Tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para inserção no mundo profissional.

A discussão em torno do financiamento da educação envolve os diferentes entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios) e a esfera privada.

No Brasil, a ideia de educação enquanto obrigatoriedade, surgiu desde a época do Império (século XIX) na Constituição Federal de 1824, quando a União repassava às províncias a responsabilidade pelos seus sistemas de ensino, determinando oferta do ensino primário gratuito⁶ a todos os cidadãos. Entretanto, sem indicar as contrapartidas do Estado para sua efetivação, não garantiu que o princípio constitucional pudesse de fato se tornar realidade (SAVIANI, 2013). Segundo Menezes (2008), a lei de 15 de outubro de 1827 reforça o princípio constitucional de 1824, mandando criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

A primeira Constituição Republicana em 1891 não dedica nenhum artigo específico à educação. Na Constituição de 1934, construída em meio a grandes debates em torno da educação, resultado de tensão existente entre o tradicionalismo católico e o liberalismo presentes na esfera educacional do país, havia determinação da gratuidade do “ensino primário integral” de frequência obrigatória, definida no artigo 156, “A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” (BRASIL, 1834, Art. 156).

A Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, afirmava em seu artigo 125 que: “A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando de maneira principal ou subsidiária, para facilitar sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular”. Esta Constituição não definiu vinculação constitucional de recursos para a Educação.

⁶ A gratuidade refere-se ao ensino primário e posteriormente ao ensino fundamental.

A Constituição de 1946 definiu que: “O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos, e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem”. Esta Constituição retomou a vinculação de recursos para a educação prevista na Constituição de 1934, inclusive com os mesmos percentuais, pois em seu artigo 169 definiu que “Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”. (BRASIL, 1946, art 169)

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) que define e regulamenta a educação brasileira prevista na Constituição de 1946, promulgada apenas em 1961, após intenso debate entre os liberais e privatistas estabeleceu em seu artigo 92, que “A União aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12%, no mínimo, de sua receita de impostos, e os Estados, Distrito Federal e os Municípios, 20% no mínimo”.

A Constituição de 1967, formulada sob a vigência do regime militar, instaurado em 1964, retirou a vinculação de receitas à educação, desconsiderando o que era previsto na Constituição de 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61). Este fato provocou decadência no financiamento de ações destinadas à educação. Também fortaleceu o setor privado quando no artigo 168, no parágrafo 2º, menciona que a iniciativa particular “merecerá o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive bolsas de estudos”. Posteriormente, a emenda nº 1 de 1969, restabeleceu a vinculação constitucional, desta vez definindo apenas para os municípios, a vinculação orçamentária prefixada de 20% dos recursos em educação. Torna-se importante destacar que ficou mantido o subsídio à iniciativa privada (DAVIES, 2012).

Em 1983, o senador João Calmon propôs a alteração desta situação por meio de proposta da Emenda Constitucional nº 24, que propunha o restabelecimento da vinculação de recursos por meio do qual a União deveria aplicar nunca menos que 13% e os estados, distrito federal e municípios, nunca menos que 25%. Esta emenda foi regulamentada em 1985 (DAVIES, 2012).

Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal que aborda o tema sobre o financiamento da educação em três de seus artigos. No artigo 212 foi estabelecido que, do total de impostos e transferências constitucionais, ao menos 18% seriam aplicados pela União, e 25%, pelos demais entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios) na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988, Art.212). A LDBEN nº 9.394/96, em seu artigo 69 ratifica estes percentuais para o uso de recursos financeiros em

manutenção e desenvolvimento do ensino, entretanto possibilita aos demais entes federados a ampliação do percentual de 25% desde que tal percentual conste na sua Constituição ou Lei Orgânica, conforme podemos verificar a seguir:

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (BRASIL, 1996, art 69).

De acordo com Menezes (2008) uma análise do percurso histórico do financiamento da educação no que se refere às vinculações constitucionais nos leva a perceber que nos períodos ditatoriais, ou seja, na CF do Estado Novo em 1937, e na Carta Magna de 1967, as vinculações constitucionais foram revogadas. Entretanto no decorrer do tempo, o valor desta vinculação aumentou gradativamente, passando do patamar de 10% relativos à união na Carta Magna de 1937 para 18% na CF de 1988. No que se refere aos estados esta vinculação que em 1937 era de 20%, chegou ao patamar de 25% na CF de 1988, e os municípios que inicialmente em 1934 tinham uma vinculação de 10% passaram em 1988 à vinculação constitucional de 25%.

Outro aspecto importante a ser considerado é o disposto no artigo 213 da Constituição Federal que não exclui o ensino privado, prevendo a possibilidade de repasses de verbas para as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que:

- I- Comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- II- Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

O artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias definiu que 50% dos percentuais mínimos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino deveriam ser gastos nos 10 primeiros anos, a partir da promulgação da Constituição, tendo como meta a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar.

Quando nos referimos ao tema educação e financiamento dentro do dispositivo constitucional, não podemos deixar de citar a importância do regime de colaboração nele instituído. Cury (2008), esclarece que:

“A Constituição de 1988, recusando tanto um federalismo centrífugo como centrípeto, optou por um federalismo cooperativo sob a denominação de regime de colaboração recíproca, descentralizado, com funções compartilhadas entre os entes federativos de acordo com os artigos 1º, 18, 23, 29, 30 e 211. Os sistemas de ensino desde logo passaram a usufruir existência legal, ficando a organização e o seu modo de funcionamento sob a esfera da autonomia dos entes federativos, obedecendo ao princípio da colaboração recíproca. O artigo 211, §1º, esclarece o regime de colaboração, no que toca à União, por meio de um papel redistributivo, supletivo e equalizador com assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. (...)” (CURY, 2008 p.1200-1201).

A este respeito, Souza, Menezes, Coelho e Bernardo (2017) esclarecem que o regime de colaboração possibilita a integração dos entes federados autônomos, a fim de atingir seus objetivos propostos, evitando assim desagregações possíveis, devido à descentralização imposta pelo regime federativo. Entretanto, os autores enfatizam que na verdade, o regime de colaboração não tem atingido seu objetivo nem se efetivado plenamente no Brasil, mas se concretizam em ações fragmentadas que indicam desarticulação entre os entes federados, não colaborando tais práticas para a o projeto nacional de educação.

Outro fator que merece destaque quando nos referimos ao regime de colaboração é a distribuição de competências para cada ente federado no que se refere à oferta do ensino obrigatório. Estas competências estão bem definidas no texto constitucional:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (BRASIL,1988)

Verificadas as atribuições acima descritas dos entes federados, é preciso considerar, conforme esclarecem Souza, Menezes, Coelho e Bernardo (2017), que o grande impulso para o fortalecimento do regime de colaboração foi dado a partir da promulgação da emenda constitucional nº 59/2009, possibilitando que o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, avançasse com vistas à construção de um sistema nacional de educação.

Mas é preciso considerar a importância da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, regulamentada pela Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996, que introduziu modificações no texto do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), visando a universalização do ensino fundamental.

De acordo com Davies (2012), O FUNDEF, enquanto iniciativa do Governo Federal, tinha por objetivo a garantia de um padrão de qualidade do Ensino Fundamental, por meio da disponibilização de recursos com valores anuais prefixados pela União a serem investidos no Ensino Fundamental e na valorização do magistério, garantindo assim um padrão mínimo de qualidade para esta etapa da educação básica. Tratava-se de um Fundo composto por, 15% de alguns impostos dos próprios estados e municípios (ICMS, FPE, FPM, IPI-exportação e compensação financeira da Lei Complementar 87/96). Além destes recursos, era previsto que sempre que os estados e municípios não conseguissem atingir o mínimo estabelecido anualmente haveria complementação da União. Este autor esclarece ainda que este fundo não significou maiores recursos para a educação por tratar-se na verdade de uma subvinculação de impostos e não de criação de novas fontes de recursos para o Ensino Fundamental. A complementação da União no ano de 2006, foi de cerca de R\$ 300 milhões, correspondendo a menos de 1% da receita nacional, de R\$ 35,6 bilhões (DAVIES, 2012). Outra crítica feita pelo autor é a de que nunca foi claramente definido pelo governo federal, o conceito de padrão mínimo de qualidade que justificasse, considerar em 2006 o valor máximo diário de R\$ 3,65 por aluno matriculado no Ensino Fundamental.

Os estudos de Faria (2012) esclarecem ainda, que o governo federal deu ao FUNDEF o status de principal reforma no âmbito do financiamento da educação da década de 1990. Os recursos eram redistribuídos aos estados e municípios considerando o número de alunos atendidos no Ensino Fundamental, tomando por base um valor mínimo por aluno definido nacionalmente.

Segundo Davies (2012), a criação do FUNDEF, embora tenha acontecido sob grandes expectativas a respeito de seus benefícios para o Ensino Fundamental, não causou significativas mudanças em termos financeiros porque trouxe pouquíssimos novos recursos, uma vez que apenas redistribuiu parte de alguns recursos já vinculados à educação, conforme previsto na Constituição Federal 1988.

A emenda constitucional nº w2 de 19 de dezembro de 2006 alterou importantes aspectos da Emenda Constitucional nº 14/96, inclusive no que concerne à abrangência do FUNDEF, que passou de cobertura restrita ao ensino fundamental para cobertura ampla para

toda a educação básica, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que se constitui em um fundo de natureza contábil, atuando no âmbito de cada estado, que capta parte dos recursos dos estados e municípios e redistribui, de acordo com o número de alunos matriculados por nível de ensino (DAVIES, 2012).

Segundo Davies (2012), a criação do FUNDEB corrigiria erros do FUNDEF, que, ao financiar apenas o Ensino Fundamental, não garantiu às demais etapas investimento necessário à ampliação de sua capacidade de oferta com qualidade. O autor enfatiza ainda que o FUNDEB, apesar de trazer aporte financeiro bem mais significativo que o FUNDEF, trouxe recursos novos insuficientes para os municípios.

O FUNDEB foi aprovado pelo Congresso Nacional em 19 de dezembro de 2006, por meio da Emenda Constitucional nº 53, tendo sido regulamentado pela lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. Com vigência de 14 anos (até 2020), o FUNDEB abrange toda a educação básica, que vai da educação infantil ao ensino médio, incluída as modalidades de educação profissional, educação especial, e educação de jovens e adultos, bem como a extensão da jornada escolar para o tempo integral. A Lei nº 11.494, que regulamenta o artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias e dá Outras Providências, estabelece a composição financeira do FUNDEB, a distribuição, a transferência, a gestão e a fiscalização dos recursos, entre outros assuntos. A partir de 2009, a contribuição de recursos do governo federal ao Fundeb passou a ser 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

As diferenças existentes entre o FUNDEF e o FUNDEB vão muito além da sua área de abrangência. Segundo Davies (2012):

As diferenças básicas do FUNDEB em relação ao FUNDEF são: (1) é composto por um número maior de impostos estaduais e federais transferidos a governos estaduais e prefeituras; (2) o percentual é maior, de 20%, e não de 15%, como no FUNDEF; (2) todas as matrículas iniciais da educação básica – as **municipais** na educação infantil (EI), ensino fundamental regular (EFR) e em suas modalidades (EJA, educação especial, etc.) e as **estaduais** no EF, ensino médio (EM) e em suas modalidades - são consideradas na distribuição dos recursos, e não apenas as do EFR, como no FUNDEF; (3) o governo federal fará uma complementação para garantir que o valor mínimo nos Fundeb estaduais alcance o mínimo nacional, supostamente suficiente para garantir um padrão mínimo de qualidade; (4) pelo menos 60% do FUNDEB se destinariam à remuneração dos profissionais do magistério da **educação básica**, ao contrário do FUNDEF, que previa, através da Lei 9.424, pelo menos 60% para a remuneração dos profissionais do magistério no **ensino fundamental** (p.14).

Mesmo considerando a importância do FUNDEF e do FUNDEB no contexto educacional brasileiro, é preciso enfatizar que os estudos de Menezes (2012) nos alertam para

o fato de que no âmbito do FUNDEB não há como garantir que a destinação específica para a oferta de educação em tempo integral seja efetivada, pois segundo Menezes (2012):

A esse respeito, observa-se que não há uma orientação legal, no âmbito do Fundeb, que determine que os recursos (ou parte deles) associados à oferta em tempo integral (ou não) devam ser redistribuídos para as escolas que disponibilizam essas matrículas. Ao contrário, a Lei nº 11.494/2007 apresenta que os recursos do Fundo, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, “poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária” (art. 21, § 1º) (MENEZES, 2012, p.149).

Dentre as contribuições sociais relacionadas à garantia do direito à educação está o Salário-Educação, instituído por meio da Lei nº 4.440 de 27 de outubro de 1964. Trata-se de uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltadas para educação básica pública, conforme o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição Federal “a educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei”⁷. A base do salário-educação é folha de contribuição da empresa para a previdência social. O valor atual dessa contribuição é de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados.

No quadro abaixo, podemos observar o valor do salário-educação repassado para o município de São Gonçalo de 2008 a 2017, porém não encontramos nenhum documento oficial que comprove que parte deste recurso tenha sido utilizado no programa, visto que o mesmo se destina a fortalecer o financiamento da educação integral nos estados e municípios.

⁷ Durante a vigência da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 FUNDEF, o salário- educação era utilizado exclusivamente no ensino fundamental, com a emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2007, tal fonte aditiva passa a beneficiar todos os segmentos da educação básica, da creche ao ensino médio, inclusive o ensino de jovens e adultos, educação especial e educação profissional desde que vinculada a educação básica (FNDE, 2007).

Quadro 1 - Quota Municipal do Salário-Educação de São Gonçalo/RJ de 2008 a 2017

Ano	Valor (R\$)
2008	10.071.463,53
2009	11.933.828,52
2010	13.309.647,11
2011	15.840.266,07
2012	18.260.797,60
2013	21.714.201,55
2014	22.922.137,80
2015	24.928.023,61
2016	24.438.267,22
2017	23.392.496,03

Fonte: www.fnde.gov.br/Quadro elaborado pela autora.

De acordo com o decreto nº 6.003 de 28 de dezembro de 2006, o montante da arrecadação do Salário-Educação, após a dedução de 1% (um por cento) em favor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), calculado sobre o valor por ele arrecadado, é distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da seguinte forma:

- 10% fica com o próprio FNDE.
- 90% restantes - cota federal: 1/3 vai para a União; 2/3 cotas estadual e municipal. As cotas estaduais/ municipais são distribuídas conforme o número de alunos matriculados na rede pública de ensino, utilizando mecanismo de transferência direta de recursos financeiros.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi criado em 21 de novembro de 1968, pela Lei nº 5.537, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Trata-se de uma autarquia federal, tem como principal função prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação, procurando garantir um ensino de qualidade a todos os brasileiros.

Conforme disposto no artigo 3º do decreto-lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, decretado pela Junta Militar, cabe ao FNDE “financiar os programas de ensino superior, médio e primário, promovidos pela União, e conceder a assistência financeira aos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e estabelecimentos particulares”. Em seu artigo 4º, para cumprir com os encargos previstos no artigo 3º, o FNDE precisa utilizar-se de alguns recursos como: recursos provenientes de incentivos fiscais; 20% do Fundo Especial da Loteria Federal; 30% da receita líquida da Loteria Esportiva Federal; recursos provenientes do salário-educação; quantias recolhidas pelo Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) e recursos de outras fontes. Os recursos serão transferidos em sua totalidade à conta do FNDE, que tem por função administrá-los. O FNDE terá subcontas distintas para o desenvolvimento do ensino

superior, médio e primário, devendo creditar em cada uma delas o que lhe for específico, conforme o parágrafo 3º do Art.4º.

O FNDE é responsável pela administração do FUNDEB: ele divulga as previsões de recursos para o próximo período e o valor que cada município e estado vão receber, dependendo da arrecadação e do número de matrículas da rede.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), o FNDE mantém os seguintes programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa de Transporte Escolar (PNATE); Programa Brasil Profissionalizado; Programa Formação Pela Escola; Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), Plano de Ações Articuladas (PAR).

Dados recentes publicados no Portal do FNDE (2017) demonstram ainda a existência dos seguintes programas: Programa Brasil Carinhoso; Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo); Programa Caminho da Escola.

Dentre esses Programas destacamos o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) criado em 1995 (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012); este programa consiste na transferência de recursos às escolas públicas da educação básica das redes estaduais e municipais, bem como do Distrito Federal, com mais de 20 alunos e às escolas de educação especial mantidas por organizações não governamentais. Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental, entretanto, com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, os recursos foram ampliados para toda a educação básica, abrangendo também as escolas de ensino médio e educação infantil. Os recursos são repassados de forma suplementar, diretamente às escolas a fim de que possam cobrir despesas de custeio tais como: a compra de material de consumo; manutenção, conservação e reparos necessários ao funcionamento da escola, e também em pequenos investimentos em bens permanentes.

Ainda segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), vários programas são mantidos pelo FNDE, como o Escola Aberta, o Escola Acessível e o Programa Mais Educação, este último, objeto desta pesquisa.

No que se refere à cidade São Gonçalo, de acordo com fontes do FNDE, foram repassados por meio do programa PDDE/Educação Integral/PME, entre os anos de 2010, 2011 e 2012 os valores do quadro abaixo.

Quadro 2 - PDDE/Educação Integral/PME

PDDE/ Educação Integral/PME	Exercício	Nº de escolas	Valor repassado R\$
	2010	59	2.031.415,66
	2011	59	2.040.099,26
	2012	72	2.165.754,88

Fonte: FNDE (2017). Quadro organizado pela autora

Com a finalidade de atingir os objetivos desta pesquisa, será investigada a utilização dos recursos recebidos por 03 escolas a fim de verificar sua utilização no contexto da execução do programa, bem como se a execução dos recursos mantém relação com o projeto pedagógico da escola. Inicialmente foram solicitadas ao FNDE informações referentes aos recursos recebidos por escola. Com o mesmo objetivo foram realizadas visitas à secretaria municipal de educação, para que pudesse ser viabilizado o acesso aos documentos de prestação de contas do período a ser pesquisado.

Uma das metas do movimento Campanha Nacional pelo Direito à Educação era construir um Custo Aluno Qualidade (CAQ), para mostrar quanto o Brasil precisaria aplicar por aluno para alcançar uma “educação de qualidade”, por isso em 2002 foram realizadas oficinas, seminários e encontros reunindo representantes do Poder Público, organizações e movimentos sociais e universidades com o objetivo de assinalar quais seriam os critérios dessa qualidade.

A LDB no seu artigo 74 afirma: “A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade”, em seu **Parágrafo único**, “O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino”.

O CAQ foi debatido e aprovado na Conferência Nacional da Educação Básica, em 2008, e também na Conferência Nacional de Educação, em 2010. Além disso, foi aprovado no parecer nº 8/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE). É encarado, hoje, como um dos caminhos para elevar o investimento por aluno no Brasil e aparece como estratégia na meta 20 da Lei 13.005/2014, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Esta lei define o CAQi da seguinte forma:

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no

5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

20.6) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

20.7) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.8) o CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.

Desta forma, o CAQ⁸ remete, em valores, o quanto o Brasil precisa aplicar por aluno ao ano, em cada etapa e modalidade da educação básica pública, para assegurar um padrão mínimo de qualidade de ensino. Os autores Dourado e Oliveira, em seu artigo publicado no caderno Cedes (2009), “A qualidade da Educação: perspectivas e desafios”, problematiza e analisa o conceito de qualidade da educação. A fala dos autores nos remete a pensar: “É possível uma escola de qualidade para todos? Como assegurar uma educação de qualidade? Que conceitos, representações ou concepções sinalizam uma escola de qualidade?”

Enfatizamos ainda que a definição do CAQ por si só não tem garantido que seus objetivos sejam atingidos, pois há grande dificuldade de controlar os interesses de grupos políticos que compõem a hegemonia da gestão pública dos entes federados devido à inexistência de formas de monitoramento feitas pelos setores que vivenciam o resultado de suas ações (FARIA, 2012).

O programa Mais Educação é financiado pelo FNDE por intermédio do PDDE/Educação integral. De acordo com o manual operacional do programa, o repasse de recursos será realizado da seguinte forma:

“O montante de recursos destinados a cada escola será repassado por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Educação Integral, em conta bancária específica, aberta pelo FNDE no banco e agência indicado no cadastro da entidade no PDDE web, em nome da Unidade Executora Própria (UEX) representativa da unidade escolar” (BRASIL, 2013).

⁸ A secretaria executiva do Conselho Nacional de Educação esclarece em consulta feita em 06/12/2017, que não existem atualizações dos valores vigentes para o CAQi (Custo Aluno Qualidade inicial) e nem para o Custo Aluno Qualidade (CAQ), e que o Parecer CNE/CEB nº 8/2010, retornou ao Conselho Nacional de Educação para reexame.

Os recursos, transferidos por meio do PDDE/Integral para implementação do Programa Mais Educação, destinam-se a gastos referentes a Custeio e capital. Dentro dos gastos com custeio, incluem-se as despesas relacionadas com: ressarcimento com as despesas de transporte e alimentação dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades; aquisição dos materiais pedagógicos necessários às atividades, conforme os kits sugeridos; aquisição de outros materiais de consumo e/ou contratação de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades de educação Integral. Nas despesas referentes a capital estão incluídas aquelas relativas à aquisição de bens ou materiais, de acordo com os kits sugeridos, além de outros bens permanentes necessários ao desenvolvimento das atividades (BRASIL, 2013).

É importante destacar que além dos valores acima, cada escola recebia um valor denominado serviços/materiais que no período estudado sempre manteve o valor de R\$ 5.000,00. A base de cálculo deste valor utilizada pelo FNDE foi o número de alunos matriculados no período, que não ultrapassou 500 alunos. Estes recursos deveriam ser aplicados na categoria custeio com atividades que promovam o desenvolvimento da educação integral na unidade de ensino (BRASIL, 2013).

3 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

O que se observa no ideário legal da educação brasileira, são princípios orientadores para a ampliação da jornada escolar. Entre eles, a lei nº 9.394/96 que em seu artigo 34 no segundo parágrafo define: “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. Em 2001, a lei nº 10.172 instituiu o Plano Nacional de Educação (2001-2010), que também manteve esta orientação no que se refere ao Ensino Fundamental, estabelecendo como meta a ampliação progressiva da jornada escolar para um período mínimo de 7 horas diárias.

Posteriormente, foi promulgado o decreto nº 6.094/2007, conhecido como “*Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação*”. De acordo com seu artigo 2º, a União participaria por meio de ações diretas, ou incentivando e apoiando técnica e financeiramente os entes federados, na implementação de 28 diretrizes que colaborariam para melhoria da qualidade da educação nacional. Assim, podemos destacar a diretriz IV que tem como meta “combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial” e a diretriz VII, que definiu “ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular”.

Neste mesmo período o governo federal criou o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), que mais que um plano executivo do Plano Nacional de Educação, configura-se com vista à elevação da qualidade da educação nacional por meio de ações que visam a garantia do direito de aprender de todos os brasileiros (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012). Dentre estas ações, destacamos o Programa Mais Educação, objeto de estudo desta pesquisa.

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10, e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Em sua primeira fase, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)/MEC (inicialmente Secad/MEC) e financiado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola do FNDE, teve por finalidade fomentar o desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, culturais e artísticas, de esporte e lazer ou relacionadas a direitos humanos, meio ambiente, inclusão digital, prevenção

e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica, que ampliem a jornada escolar e colaborem para mudanças curriculares que garantam aos estudantes o direito de aprender (MEC, 2009).

Trata-se de um programa intersetorial que engloba, além do Ministério da Educação, o Ministério dos Esportes, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e da Tecnologia e também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República. A efetiva execução foi iniciada no ano de 2008 visando atender, em primeiro momento, as escolas estaduais e municipais localizadas em municípios com elevados índices de vulnerabilidade social e com baixo IDEB, após publicação de seu primeiro manual orientador pela Secadi. Nesse manual constava o conjunto de critérios para adesão nos quais o município precisava estar enquadrado:

- Assinatura do Compromisso Todos pela Educação;
- Regularidade junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- Escolas estaduais ou municipais localizadas nas capitais e cidades das regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes, com baixo Ideb (abaixo de 2.9) e com mais de 99 matrículas registradas no censo 2007, do Inep.

A implantação do programa Mais Educação exigia ações conforme quadro abaixo.

Quadro 3 – Ações e responsáveis pela execução do Programa Mais Educação

Ações	Responsáveis
Assinatura do Termo de Compromisso Todos pela Educação pelo Estado ou Município	Gestores estaduais (governadores) ou municipais (prefeitos)
Comprovação de situação de regularidade da Entidade Executora junto à União	Entidades Executoras do PDDE (Secretarias Estaduais, do Distrito Federal ou Municipais de Educação)

<p>Escolha das escolas participantes do Programa Mais Educação</p>	<p>Não há fontes bibliográficas no primeiro documento. Secretarias Estaduais, do Distrito Federal ou Municipais de Educação, a partir da lista disponibilizada pela SECAD</p>
<p>Definição do número de crianças participantes do Programa Mais Educação na unidade escolar</p>	<p>Secretarias Estaduais ou Municipais de educação, a partir de avaliação conjunta dos gestores das unidades escolares</p>
<p>Composição do número de turmas (de até 30 crianças) em função do número de atividades escolhidas (de 3 a 6 atividades)</p>	<p>Profissionais das unidades escolares</p>
<p>Definição dos macros campos (mínimos de 3 e máximo de 6), de acordo com o projeto político-pedagógico da unidade escolar</p>	<p>Profissionais das unidades escolares</p>
<p>Definição do número de monitores em função do número de turmas e atividades escolhidas</p>	<p>Profissionais das unidades escolares</p>
<p>Previsão de aquisição de materiais de consumo e kits de materiais básicos, bem como de contratação de serviços</p>	<p>Profissionais das unidades escolares</p>

Elaboração dos Planos de Atendimento da Escola, contemplando as definições anteriores	Profissionais das unidades escolares e responsável da secretaria de Educação pela adesão, habilitação e prestação de contas do PDDE
Consolidação dos Planos de Atendimento de todas as escolas da rede estadual ou municipal participantes	Secretaria Estadual ou Secretaria Municipal de Educação
Envio do Plano de Atendimento Global Consolidado ao FNDE	Secretaria Estadual ou Secretaria Municipal de Educação
Disponibilização dos recursos para a Unidade Executora ou Entidade Executora	FNDE

Fonte: Série Mais Educação, MEC 2009. Quadro organizado pela autora.

O quadro acima demonstra que a execução do Programa Mais Educação exige dos entes federados capacidade técnica de articulação nas diferentes esferas para que o mesmo possa ser implantado e atingir seus objetivos. Assim, tanto o MEC, por meio de sua assistência técnica e financeira, quanto os gestores e educadores no cotidiano da escola colaboram para que a implantação do mesmo seja efetivada.

Todos os agentes envolvidos no Programa, como estudantes universitários ou agentes comunitários, recebiam, conforme orientações do FNDE, ajuda de custos para desenvolver o trabalho como voluntários, cada monitor poderia atuar em até 5 turmas por escola; em 2008, recebiam o valor de R\$ 240,00, ajustado no ano seguinte para R\$ 300,00⁹, correspondendo a

⁹ No Novo Mais Educação os valores variam de acordo com a complementação de carga horária: I – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas; II – R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, por turma das atividades de livre escolha da escola, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas; III – R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 5 (cinco) horas; [...] VI – Para as escolas rurais o valor do ressarcimento por turma será 50% (cinquenta por cento) maior do que o

R\$ 60,00 por turma. Os coordenadores nas escolas, contrapartida da secretaria de educação, deveriam ser preferencialmente docentes de 40 horas, para coordenar a execução das atividades, articulando com o diretor, o currículo escolar e dialogar com famílias dos alunos para garantir sua adesão, conforme descrito no documento MEC/DEIDHUC/2009.

No quadro abaixo, podemos ter uma visão da quantidade de Secretarias Estaduais, número de Municípios, número de Escolas, número de alunos e valor pago em nível Brasil, referente ao PDDE/Educação Integral, no período de 2008 a 2016.

Quadro 4 – PDDE/Educação Integral/Brasil/Escolas Estaduais e Municipais

Exercício	Nº de Secretarias Estaduais	Nº de Municípios	Nº de Escolas	Nº de alunos	Valor Pago
2008 - Educ. Integral Fund.	22	38	1.380	924.584	56.808.276,00
2009 - Educ. Integral Fund. / Médio e reforma/cobertura de quadras.	27	107	4.821	3.427.651	158.290.422,00
2010 - Educ. Integral Fund. e médio	27	319	9.658	7.638.778	373.369.526,00
2011 - Educ. Integral Fund. e Médio	27	959	13.032	7.109.188	528.873.016,00
2012 - Educ. Integral Fund.	27	2.027	28.084	11.346.234	894.894.991,00
2013 - Educ. Integral Fund.	26(*)	2.909	38.361	13.340.790	1.343.589.563,00
2013 - 2ª Parcela 2012 Educ. Integral Fund.		405	1.643	701.515	12.286.427,00
2014 - 1ª Parcela 2014 Educ. Integral Fund.	27	3.721	51.440	16.475.579	1.204.300.224,00
2015 - 2ª Parcela 2014 Educ. Integral Fund.	27	3.284	36.834	11.150.873	763.088.629,00
2016 - 1ª Parcela 2016 Educ. Integral Fund.	27	2.524	34.947	10.856.545	563.009.952,00

Fonte: FNDE (2017). Quadro organizado pela autora. (*) No exercício de 2013 a SEDUC/MG não recebeu recursos do PDDE/Educação Integral.

O estudo assinala que a cada ano o atendimento das escolas contempladas com o Programa aumentava. Nos anos de 2014 e 2015 (1ª e 2ª Parcelas de 2014) ocorreu o maior repasse de verbas efetuado desde a implementação do Programa, R\$ 1.967.388.853,00, atendendo a 27.626.452 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois) alunos em todo o Brasil. Também podemos observar que não houve repasse de verbas no ano de 2015, mas sim pagamento da segunda parcela de 2014.

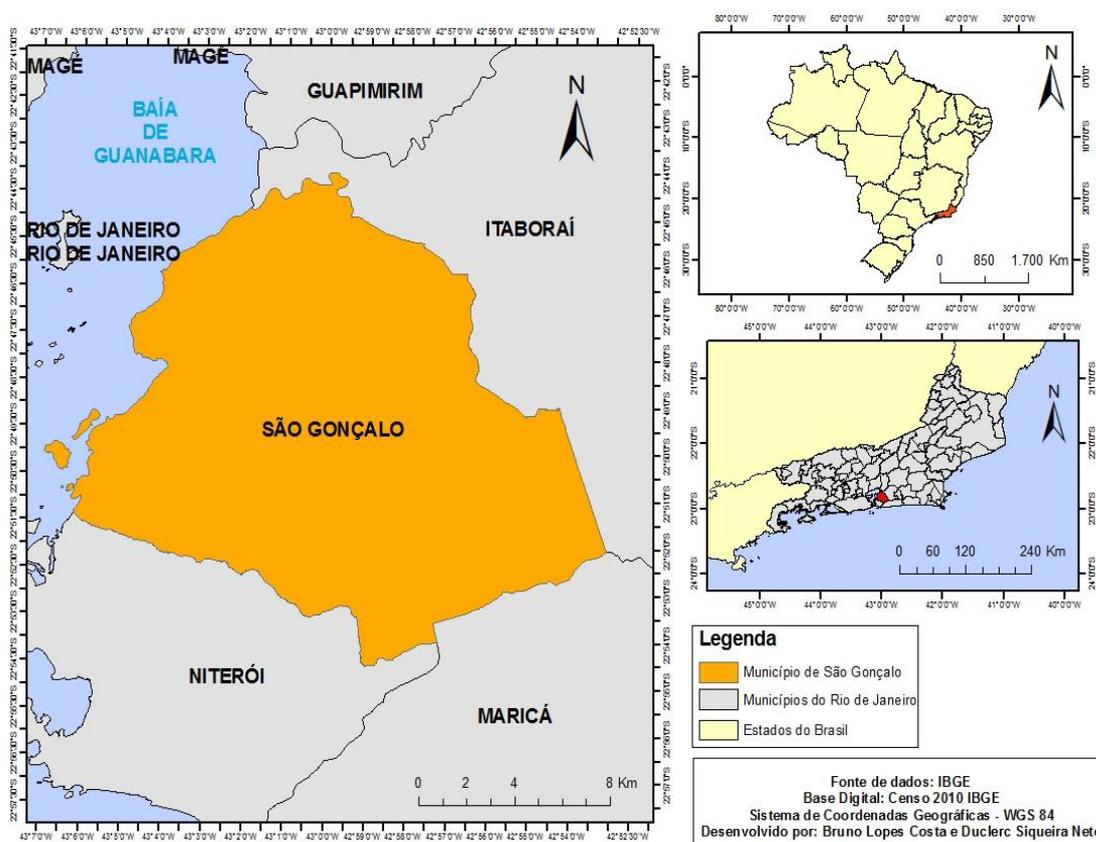
definido para as escolas urbanas nos incisos I a III do §1º deste artigo (Resolução nº 5, de 25 de outubro de 2016/MEC/FNDE/conselho deliberativo).

Segundo o FNDE (2017), ainda falta pagar em torno de 40 milhões, referentes à 1ª Parcela 2016. As liberações dos créditos às Unidades Executoras Próprias ainda não foram concluídas até a presente data.

3.1 O Programa Mais Educação no município de São Gonçalo/RJ

São Gonçalo é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possui uma extensão territorial de 247.709 km², noventa e um bairros¹⁰ oficiais (existem ainda 18 bairros reconhecidos pela população gonçalense) distribuídos entre 5 distritos, com população estimada no ano de 2016 através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de aproximadamente 1.044.058 pessoas, considerada a segunda cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Mapa da cidade de São Gonçalo com sua localização no Brasil e no RJ



¹⁰ Dados retirados do sítio do município em <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/mapas.php>

Figura 2 - Divisão da cidade de São Gonçalo em seus 5 distritos



O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), varia de 0 a 1 considerando indicadores de longevidade (saúde), renda e educação. Quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano do município e quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento do município. Observe no quadro abaixo, o IDHM do município de São Gonçalo de 1991, 2000 e 2010, dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

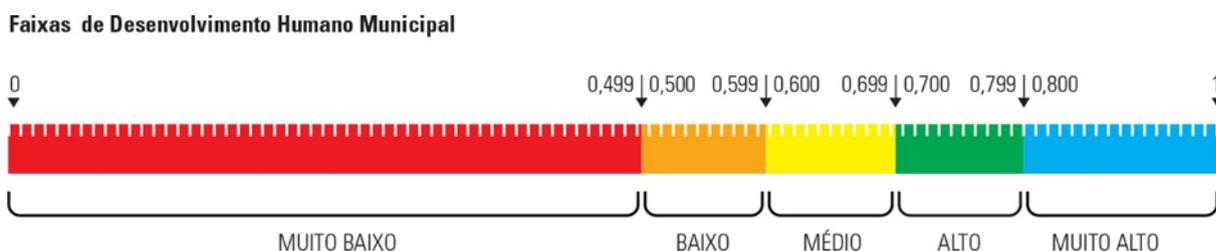
Quadro 5 – Dados referente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM – São Gonçalo

ANO	ÍNDICE
IDHM 2010	0,739
IDHM 2000	0,641
IDHM 1991	0,543

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas o Desenvolvimento.
Quadro elaborado pela autora.

Na figura abaixo podemos observar em que faixa se encontra o IDHM do Município de São Gonçalo:

Figura 3 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Podemos observar que o Índice de Desenvolvimento Humano no Município de São Gonçalo no ano de 1991 estava baixo, em 2000 houve uma melhora, mudando de faixa para médio, porém em 2010, aumentou, alcançando a faixa do IDHM alto, conforme pudemos constatar nos dados fornecidos na página do IBGE.

No que se refere à construção do seu sistema de educação, a cidade de São Gonçalo tem um longo percurso histórico. Segundo os estudos de Tavares e Torres (2006), a história da cidade de São Gonçalo iniciou nos meados do século XVI, durante o período Colonial, a partir de doações de terra onde se implantaram as primeiras fazendas; São Gonçalo foi elevado à categoria de município definitivamente em 1892.

A educação em São Gonçalo, nos anos de 1800, acompanhou a tendência internacional deste período no que se referia à preocupação com a educação da infância. Já havia referência à existência de uma escola de primeiras letras, da qual não se tem registro de local de funcionamento, mas apenas de verbas a ela destinadas.

Somente após 30 anos desta primeira escola, em 1868, a educação gonçalense ganhou visibilidade, especificamente após 1890, quando já elevado pela primeira vez à condição de município de um país republicano (TAVARES E TORRES, 2006).

Tendo por referência a análise dos relatórios da província, as autoras esclarecem que entre os anos de 1860 e 1880 embora os dados estatísticos demonstrassem crescimento de matrículas, o mesmo não atendia a demanda populacional de pessoas livres e que poderiam frequentar escola do período, bem como apresentava baixos índices de matrículas, frequência e aprovação.

A maioria das escolas desse período funcionava na casa de seus mestres, que reservavam um ou dois de seus cômodos com mesas, cadeiras, armários para livros, tábuas de cálculo e tinteiros, dessa forma não havia lugar específico, integrando o aluno ao seu ambiente familiar, assumindo os custos quanto à manutenção do espaço e equipamentos e também o tratamento dos alunos enfermos, o que representava uma grande economia para o Estado (TAVARES E TORRES, 2006).

Entretanto, em 1873, uma comissão de professores públicos apurou as condições dessas “casas de escola”, e pode observar que a maioria das casas era alugada, com espaços amplos, algumas possuíam salas medindo mais de 4 metros de largura e 6 de comprimento, porém não possuíam condições mínimas materiais e higiênicas para a realização de atividades de instrução, com relatos de que um dos prédios se encontrava em estado insatisfatório de limpeza (TAVARES E TORRES, 2006).

As autoras enfatizam que já nos meados do século XIX, o processo de escolarização da população era visto como uma forma de fortalecer o governo imperial. Nas últimas décadas do século XIX quando São Gonçalo passa a ser município, tomaram força discussões a respeito da organização das escolas, no que se refere a espaços próprios arejados, com condição de higiene apropriadas. Este fato na verdade demonstra que São Gonçalo estava acompanhando as discussões a respeito da escola, seus espaços e sua organização que estavam acontecendo também nos países europeus. Estas preocupações com a escola e sua função social não aconteceu alheia aos interesses do capitalismo, de acordo com Varela (1995) apud Tavares e Torres (2006, p.6):

“A construção de toda uma “maquinaria escolar” (Varela, J., 1995) já no final do oitocentos demarcou a crescente institucionalização da escola como projeto de uma racionalidade técnico-científica, em sintonia com o modelo capitalista nascente em países que, como o Brasil, viviam um acelerado e complexo processo de urbanização/industrialização.”

Santos (2016) esclarece que a construção da história da educação de São Gonçalo tem sido feita a partir de memórias coletivas. Seus estudos reforçam que de fato existem influências políticas e econômicas neste processo, sem, contudo, negar a existência de resistências. Tais resistências podem ser ilustradas pelas pressões populares ocorridas durante o regime militar de 1964, cuja reivindicação maior era a expansão da rede pública do Ensino Primário e Secundário. Estes movimentos eram contrários à expansão da rede privada, que com muita frequência era financiada com dinheiro público por meio de bolsas de estudos a alunos ou seus familiares sem condições de arcar com os custos de seus estudos. Conforme a autora acima citada, de forma bastante contraditória, São Gonçalo viu a expansão do sistema educacional acontecer por meio da iniciativa privada.

Embora muitos pesquisadores como Tavares e Torres (2006), Santos (2016) e Taveres (2003) buscarem pesquisar dados mais específicos sobre a história da educação de São Gonçalo, esta história se demonstrou composta por fragmentos e estilhaços.

Tavares (2003) esclarece que a cidade de São Gonçalo, no ano de 2003, se encontrava com claros indicadores de uma crise que englobava o sistema de saúde, saneamento, tráfego e educação. Para a autora, as dificuldades da cidade apontavam para a necessidade de elaboração de um novo plano diretor para a cidade, visto que o último plano havia sido elaborado na década de de 1990, e esta situação impedia que os cidadãos gonçalenses pudessem ter qualidade de vida.

A situação da educação pública, destinada às camadas populares neste período, pode ser percebida nas palavras da autora, segundo a qual:

“Nesse sentido, a cidade é um sistema aberto e complexo, múltiplo de instabilidade e contingência. Cenário *dos fixos e dos fluxos* (Santos, 1997) no qual as camadas populares urbanas, de modo geral, com poucos anos de escolarização (apartadas que foram do acesso à escola e de uma cultura escolar democrática) são desafiadas constantemente por uma texturologia que somente pelos *modos de uso* cotidianos se torna legível, compreensível, decifrável, familiar.” (TAVARES, 2003, p. 158).

Além disso, a autora esclarece que os poderes locais pouco demonstravam ações efetivas que garantissem os direitos da infância gonçalense, mesmo utilizando no âmbito do sistema municipal no ano 2000, dois projetos como carro chefe: O Brasil Começa aqui e Orgulho de ser gonçalense, projetos estes que, segunda a autora, até o momento de sua pesquisa em 2003, não passaram de retórica ufanista não concretizada no cotidiano das escolas municipais. Além disso, a autora enfatiza que tais projetos nada tinham de original e se espelhavam em experiências bem-sucedidas das cidades de Niterói e Rio de Janeiro. Segundo a autora:

“De modo geral, a retórica da cidade educadora e da educação na e pela cidade, apesar de bem fundamentada nos projetos de governabilidade urbana, concretamente só propiciou a criação de um símbolo próprio e a padronização da pintura dos equipamentos públicos municipais. A idéia-força de um sistema educativo integrado que colocasse em interlocução as escolas e as demais instituições sócio-culturais da cidade ainda não passava de uma proposta (uma carta de intenções) baseada em experiências a princípio bem-sucedidas das metrópoles vizinhas (Niterói e Rio de Janeiro). Nesse sentido, a proposta da escola ensinar a cidade, de torná-la um *livro de espaços* para se escrever (se inscrever) o *orgulho de ser gonçalense* (ainda) era um horizonte complexo e distante do movimento cotidiano das escolas da cidade.” (TAVARES, 2003, p. 162).

Diante desta situação relatada pela autora, fica fácil entender a grande dificuldade que temos em encontrar dados históricos mais específicos sobre a educação em nossa cidade. Diante disso, nos propomos a buscar dados sobre o sistema municipal de educação a partir dos seus órgãos oficiais mais especificamente seus principais conselhos, visto que têm por

objetivo o fortalecimento e o monitoramento das políticas públicas, dentre elas as as políticas de financiamento.

O conselho Municipal de Educação de São Gonçalo (CME), criado pela Lei Municipal nº 042, de 07 de dezembro de 1998, é “um órgão: consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, no âmbito da educação municipal, com estrutura colegiada, composto por 15 representantes do Poder Público e da Sociedade Civil”, tem como responsabilidade possibilitar, no nível de sua competência, o desenvolvimento da Educação no Município e fortalecimento do Sistema Municipal de Ensino Municipal de Educação, com a finalidade de assessorar, normatizar, orientar, acompanhar e fiscalizar o Sistema de Ensino do Município de São Gonçalo. Este conselho se organiza em duas câmaras: a Câmara de Educação Básica e a Câmara de Planejamento, Legislação e Normas (PMSG/2017).

São atribuições e competências do CME:

- I – Autorizar e supervisionar o funcionamento do estabelecimento de ensino do Município, dentro da esfera de competência proposta e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação;
- II – Aprovar regimentos escolares e suas alterações relativos a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos à Educação Especial mantidos pelo Município;
- III – Emitir parecer sobre projetos a serem executados em convênios já firmados pelo Município na área de Educação;
- IV - Regularizar a vida escolar dos alunos do Ensino Fundamental;
- V - Apurar a existência de irregularidades em estabelecimento de ensino localizado no Município e vinculado à competência municipal;
- VI – Acolher denúncias sobre irregularidades ocorridas em escolas localizadas no Município, para as devidas providências.

O Município de São Gonçalo conta também com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB), que é um órgão colegiado que tem como função principal o acompanhamento e controle social (ACS) sobre a distribuição, a transferência, o planejamento e a aplicação dos recursos do fundo, no âmbito de todas as esferas administrativas: municipal, estadual e federal.

São atribuições do CACS-Fundeb: **ACS-Fundeb:**

- I - Acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundeb.
- II - Supervisionar a realização do Censo Escolar.
- III - Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação.
- IV - Instruir, com parecer, as prestações de contas dos recursos do Fundeb a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O referido parecer deve ser apresentado ao Poder Executivo correspondente até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas ao tribunal.

V - Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento e análise da prestação de contas desses programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de parecer conclusivo, e notificando o órgão executor dos programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos (INEP/MEC/2015).

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no município deve ser composto por, no mínimo, nove membros, sendo:

- 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo um deles indicado pela entidade de estudantes secundaristas (FNDE/2017).

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências dos recursos do FUNDEB aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. No ano de 2016 foram repassados para o Município de São Gonçalo R\$ 143.762.955,88 (cento e quarenta e três milhões, setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) (TESOURO NACIONAL/2017).

Em visita realizada ao CACS-Fundeb, no intuito de colher dados no que se refere ao monitoramento da verba do FUNDEB, enviada ao município, constatamos que o conselho de acompanhamento, de fato existe, e atua no monitoramento das verbas oriundas do FUNDEB, na ocasião, nos foi fornecido um Parecer de Prestação de Contas do Ano de 2015, no qual os membros do Conselho do FUNDEB deliberaram pela não aprovação dos demonstrativos de contas de distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB, alegando falta de transparência na utilização dos recursos em vários quesitos (PARECER/CACS-FUNDEB/2015).

O Conselho do CACS-Fundeb visita as escolas com o intuito de colher dados usando um termo de visita, anexado à dissertação, segundo o qual o conselho pode ter uma visão geral do investimento dos recursos financeiros aplicados nas escolas e também os investimentos aplicados à valorização dos profissionais da educação. Depois de analisadas as contas pagas com o dinheiro do FUNDEB, o conselho dá o seu Parecer referente à prestação

de contas do período analisado, apresentando justificativas para cada item não aprovado. Esse parecer é encaminhado ao Tribunal de Contas para que sejam tomadas as devidas providências.

Analisando o parecer referente à Prestação de Contas do Ano de 2015, e ouvindo as palavras de um membro do CACS, podemos constatar que de acordo com os discursos destes membros, existe falta de transparência nas contas públicas pagas com o dinheiro do FUNDEB pois encontram dificuldade de visualizar investimentos financeiros. específicos no programa. Entretanto, verificamos que o município ao pagar uma dupla regência concedida a profissionais da educação para coordenar o programa, e também pagar contas necessárias ao funcionamento da escola e também do programa, tais como luz e água, investe recursos próprios no PME.

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), regulamentado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, é responsável pela alimentação e ações de educação alimentar e nutricional disponibilizadas aos estudantes da educação básica pública. O Governo federal repassa aos estados, municípios e escolas federais, recursos de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais de fevereiro a novembro, para cobrir 200 dias letivos, conforme número de alunos matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado pela sociedade através dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE); pelo FNDE, através do Tribunal de Contas da União (TCU); pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (FNDE/2007).

Em 1994 iniciou o processo de descentralização dos recursos para a execução do PNAE, para isso, fez-se necessária a constituição do CAE pelos estados, municípios e Distrito Federal, como instrumento de controle social, responsável por acompanhar e monitorar os recursos federais repassados pelo FNDE para a alimentação escolar, assegurando boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos. O CAE deve ser constituído por um representante do poder executivo; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas com duração de 4 anos de mandato, considerado serviço público relevante não remunerado. Nesse contexto, destacamos a importância do CAE na análise da prestação de contas dos gestores, registrada no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) contas online, para a emissão do Parecer Conclusivo a respeito da execução do Programa no Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON) online. O CAE é imprescindível para a execução e funcionamento correto do PNAE, pois se o CAE não apresentar as prestações de contas dos recursos recebidos, o FNDE suspende o repasse dos

recursos do PNAE FNDE/2017). No que se refere a São Gonçalo, não foi possível verificar se no período da pesquisa houve suspensão dos recursos do PNAE.

Atualmente, o repasse de verbas para alimentação escolar é feito diretamente aos estados e municípios com base no Censo Escolar do ano anterior ao atendimento, definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. São repassados pela União, a estados e municípios, por dia letivo para cada aluno. O valor repassado hoje por aluno – creche (em tempo integral): R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Ensino Fundamental: R\$ 0,36; Educação de Jovens e Adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53. Quanto ao PNAE/Mais Educação, o FNDE esclarece que o atendimento iniciou em 2009, porém os recursos eram repassados juntamente com os repasses do ensino fundamental, isso ocorreu nos anos de 2010 e 2011, não sendo possível quantificar os repasses separadamente. Porém nos anos seguintes os repasses eram separados, conforme quadro abaixo.

Quadro 6 – Quantidade de Alunos e Repasse financeiro PNAE/Programa Mais Educação/Município de São Gonçalo de 2010 a 2016

Ano	Quantidade de Alunos	Valor Repassado PNAFN	Valor Repassado PN+FN
2010	9.115	-	1.054.296,00
2011	8.659	-	1.039.080,00
2012	9.941	1.272.672,00	671.592,00
2013	9.924	2.249.720,00	833.616,00
2014	1.473	2.960.580,00	127.128,00
2015	8.212	2.181.540,00	798.720,00
2016	2.178	208.420,00	52.272,00
Legenda: [PNAFN -Plano Nacional de Alimentação Fundamental] [PN+FN – Plano Nacional Fundamental Mais Educação]			

Fonte: FNDE/2017. Quadro elaborado pela autora.

Mediante análise deste quadro, verificamos que a partir de 2012, os recursos financeiros enviados para alimentação escolar dos alunos do programa foram separados, porém não encontramos documentos oficiais que comprovem se tais recursos eram de fato repassados para as escolas, obedecendo a quantidade de alunos inscritos no programa, pois na prefeitura esses recursos são considerados como recursos financeiros destinados alimentação escolar, não especificando programas e sim quantidade de alunos e horário de atendimento, ficando sob a responsabilidade do setor de alimentação escolar, fazer a devida distribuição, pois neste período da pesquisa, as verbas destinadas à alimentação escolar eram centralizadas. Diante disto, não se pôde verificar se de fato as verbas destinadas para

alimentação escolar dos alunos do Mais Educação eram utilizadas em sua totalidade especificamente para estes alunos.

Atualmente o município de São Gonçalo possui 108 escolas, dessas escolas, 87 escolas atendem ao ensino fundamental; 71 escolas atendem a educação infantil e 19 escolas atendem a Educação de Jovens e adultos, possui 3.988 professores e 44.134 alunos (SEMED/2017).

Observe no quadro abaixo o número de docentes que atuam no Município de São Gonçalo, assim como sua Escolaridade/Formação Acadêmica.

Quadro 7 - Formação do Magistério/Município de São Gonçalo

Formação	Quantidade
Médio	980
Normal superior	17
Graduação	999
Pós-graduação	1.876
Mestrado	104
Doutorado	12

Fonte: Levantamento feito pela subsecretaria de Pessoal e Formação Continuada da Prefeitura de São Gonçalo/RJ em 25 de abril de 2017. Quadro elaborado pela autora.

Podemos observar que o município de São Gonçalo ainda precisa muito investimento em formação de professores, num total de 3.988 professores apenas 104 professores possuem Mestrado, o que equivale a 2,6% e somente 12 possuem doutorado, o que representa 0,3%.

3.2 Desempenho do Município: Avaliação do IDEB

Como exposto no Manual de Educação Integral/2008, para obtenção de apoio financeiro para a execução do Programa Mais Educação se deveu, fundamentalmente, como um dos critérios, o ideb abaixo de 2,9 (MEC/2009). Nesse sentido, procuramos nesta secção, por amostragem, identificar o ideb de algumas escolas que foram contempladas em 2008, porém não atendiam ao critério de baixo ideb, o que nos leva a pensar que o critério utilizado tenha sido a vulnerabilidade social.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é calculado com base na Prova Brasil, aplicada aos alunos das séries finais de cada segmento, com base no aprendizado de Matemática e Português e no Fluxo Escolar (taxa de aprovação). Observe no quadro abaixo o IDEB Observado e a Meta Projetada de 2005 a 2021 no Município de São Gonçalo.

Quadro 8 - Ideb observado e metas projetadas para o município de São Gonçalo

4ª série / 5º ano	Ideb observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Município														
São Gonçalo	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	4,3	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7	6,0

8ª série / 9º ano	Ideb observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Município														
São Gonçalo	2,9	3,4	3,1	3,2	2,9	3,2	3,0	3,1	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0

Fonte: INEP.IDEB do Município de São Gonçalo, atualizado em 05/09/2016. Quadro elaborado pela autora.

Para melhor visualização trouxemos a comparação do IDEB/Município de São Gonçalo com o IDEB/Rio de Janeiro e IDEB/Brasil/Municipal.

Quadro 9 – IDEB comparativo: São Gonçalo/Estado do Rio de Janeiro/Brasil Municipal

ANO	Meta Projetada	IDEB SG/ 5º ano	IDEB/RJ/ 5º ano	IDEB/Brasil/Municipal/ 5º ano
2005	0	3,8	3,7	3,4
2007	3,8	3,8	3,8	4,0
2009	4,2	3,9	4,0	4,4
2011	4,6	4,1	4,3	4,7
2013	4,9	4,1	4,7	4,9
2015	5,1	4,3	5,1	5,3

ANO	Meta Projetada	IDEB/SG/ 9º ano	IDEB/RJ/9º ano	IDEB/Brasil/ Municipal/9º ano
2005	0	2,9	2,9	3,1
2007	3,0	3,4	2,9	3,4
2009	3,1	3,1	3,1	3,6
2011	3,4	3,2	3,2	3,8
2013	3,8	2,9	3,6	3,8
2015	4,2	3,2	3,7	4,1

Fonte: INEP/IDEB. Atualizado em 05/09/2016. Quadro elaborado pela autora.

Podemos observar que o IDEB do Município de São Gonçalo se encontra sempre abaixo da Meta Projetada, e mesmo nos períodos onde demonstrou uma melhora em seu IDEB, continuou abaixo do IDEB/RJ e do IDEB/Brasil/Municipal.

No entanto, esta pesquisa nos fez refletir sobre um critério adotado para a escolha das escolas contempladas com o Programa Mais Educação que diz: “escolas com baixo IDEB”, veja no quadro abaixo o IDEB de 10 escolas Municipais de São Gonçalo de 2007 a 2015, escolhidas aleatoriamente pela autora como amostragem para discutir a escolha das escolas contempladas de acordo com o IDEB.

Quadro 10 – IDEB de 10 escolas municipais de São Gonçalo de 2007 a 2015

Escola	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015
CIEP BRIZOLAO 250 MUNICIPALIZADO- ROSENDO RICA MARCOS	2,8	2,7	3,7	3,5	3,9
ESCOLA MUNICIPAL RAUL VEIGA	3,2	3,5	4,2	3,5	3,6
COLEGIO MUNICIPAL ERNANI FARIA	3,9	2,7	3,8	3,4	3,7
CIEP BRIZOLAO 414 - MUNICIPALIZADO TARSO DE CASTRO	3,4	3,0	3,4	3,3	4,0
ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO JOSE CARLOS BRANDAO MONTEIRO	2,5	4,4	4,3	4,3	4,7
ESCOLA MUNICIPAL MARCUS VINICIUS CRUZ DE MELLO MORAES	5,0	4,9	4,6	4,3	4,7
ESCOLA MUNICIPAL VALERIA DE MATTOS FONTES	2,7	3,6	4,1	3,3	4,9
ESCOLA MUNICIPAL ANISIO SPINOLA TEIXEIRA	3,4	3,8	3,5	3,7	3,8
ESCOLA MUNICIPAL JOVITA MARIA DE JESUS	3,5	3,9	4,3	3,8	3,5
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AIDA VIEIRA DE SOUZA	3,8	3,7	4,4	3,6	4,0

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2007). (2017). Quadro elaborado pela autora.

Observando o IDEB das 10 escolas, constatamos que uma dessas escolas possuía um IDEB de 5,0 em 2007, quando a meta para as séries iniciais era de 3,8 e séries finais era de 3,0. No entanto observamos que as escolas com os menores idebs não foram as primeiras a

serem contempladas em 2008. Nesse contexto, tínhamos várias escolas que poderiam ter sido contempladas, o que nos leva a pensar que esse critério do baixo IDEB foi desconsiderado, o que nos leva a presumir que o critério de vulnerabilidade social tenha sido o principal critério de escolha para contemplar as escolas com o Programa Mais Educação.

3.3 Adesão ao Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo

O município de São Gonçalo foi contemplado em 2008, com o Programa Mais Educação em 7 escolas. De acordo com o quadro abaixo, a partir de informações do INEP, o município de São Gonçalo teve um aumento significativo no número de escolas contempladas com o PME de 2010 a 2016, passando de 59 escolas atendidas para 84, num total de 120 escolas (contando com a Educação Infantil), atendendo 70% das escolas do Município. Podemos observar que entre os anos de 2010 e 2016, houve uma redução no percentual de matrículas se comparadas ao total de matrículas do primeiro e do segundo segmentos. Embora não seja possível por meio de dados oficiais, identificar os motivos desta redução, é possível supor que isso possa ser explicado pela diminuição de verbas federais para a execução do programa a partir do ano de 2014.

Quadro 11 – Matrícula em Tempo Integral do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino do Município de São Gonçalo

Quadro 11: MATRÍCULA EM TEMPO INTEGRAL DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO									
ESCOLAS				MATRÍCULAS 1o.SEGMENTO			MATRÍCULAS 2o. SEGMENTO		
ANO	TOTAL ESCOLAS	ESCOLAS COM PME	%ESCOLAS C/PME	TOTAL	PME	%MATR. PME	TOTAL	PME	%MATR. PME
2010	111	59	53%	26.750	4.124	15%	10.766	993	9%
2011	111	59	53%	25.720	4.703	18%	9.532	1.291	14%
2012	110	72	65%	26.085	5.310	20%	10.086	1.081	11%
2013	114	81	71%	26.329	4.904	19%	9.175	996	11%
2014	121	80	66%	26.022	3.982	15%	8.846	983	11%
2015(*)	125	0	0%	25.463	2.216	9%	8.044	490	6%
2016	120	84	70%	25.227	652	3%	8.145	104	1%

(*) Não houve repasse de recursos financeiros em 2015, porém algumas escolas trabalharam com recursos de 2014.

Fonte: INEP. Censo escolar 2010-2016. Quadro organizado pela autora.

Este município se enquadrou bem aos critérios iniciais de prioridade conforme orientações do manual de implementação do programa, assinatura do Compromisso Todos pela Educação; Regularidade junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola; escolas localizadas nas capitais e cidades das regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes; ideb abaixo de 2,9 e com mais de 99 matrículas registradas no censo de 2007.

No município de São Gonçalo, local onde foi realizada esta pesquisa, a ampliação da jornada escolar praticamente só se dá através do Programa Mais Educação, que tem proposta diferente da proposta da escola de tempo integral de Anísio Teixeira, ou de Darcy Ribeiro, para os Cieps. Segundo Maurício, Melo e Gonçalves (2012), neste caso, torna-se difícil construir uma análise sob o ponto de vista desses autores, podendo apenas relacionar alguns aspectos de sua concepção, que não significa que foram praticados; porém, a ampliação do tempo e permanência do aluno na escola são comuns às duas concepções.

O Programa Mais Educação foi implementado no Município de São Gonçalo no ano de 2008; contemplando 7 escolas, conforme mencionado anteriormente, no ano de 2009 o número saltou para 46 escolas; em 2010 o Programa já estava presente em 59 escolas, em 2011 a quantidade de escolas não variou, porém em 2012 aumentou para 72 escolas, a cada ano havia um aumento significativo no número de escolas, chegando a atender 84 escolas no ano de 2016 (FNDE/2016).

No ano de 2017, as escolas foram contempladas com o Programa Novo Mais Educação, instituído pela portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. No quadro abaixo podemos ter uma visão geral desde 2008 até 2017 de todas as escolas do Município de São Gonçalo e sua adesão ao Programa Mais Educação, que a partir de 2017 aderem ao Programa Novo Mais Educação. Podemos observar que a maioria das escolas do município executaram o PME por vários anos consecutivos. Podemos também perceber que não houve o PME no ano de 2015, pois não houve repasse de recursos financeiros do FNDE.

Quadro 12 - Escolas do Município de São Gonçalo inscritas no Programa Mais Educação no período de 2008 a 2017

Código	Escola	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
4301	C. M. Presidente Castelo Branco		x	x	x	x	x	x		x	x
4302	C. M. Ernani Faria	x	x	x	x	x	x	x		x	x
4303	C. M. Estephânia de Carvalho	x	x	x	x	x	x	x		x	
4304	E. M. Albertina Campos			x	x	x	x	x		x	x
4305	E. M. Alberto Pasqualine		x	x	x	x	x	x		x	x
4306	E. M. Almirante Alfredo				x	x	x	x		x	x

	C. S. Dutra										
4307	C. M. Amaral Peixoto		x	x	x	x	x	x		x	x
4308	E. M. Carlos Drumond de Andrade			x	x		x	x		x	x
4309	E. M. Deputado José Carlos B. Monteiro		x	x	x	x	x	x		x	x
4310	E. M. Desembargador Ronald de Souza						x	x		x	x
4311	E. M. Doutor Armando Leão Ferreira			x	x	x	x	x		x	
4312	E. M. Doutor Heráclito F. Sobral Pinto		x	x	x	x	x	x		x	x
4313	E. M. Duque Estrada		x	x	x	x	x	x		x	x
4314	E. M. Elpídio dos Santos					x	x			x	x
4315	E. M. Florisbela Maria Nunes Haase		x	x	x	x	x	x		x	x
4316	E. M. Governador Roberto Silveira		x	x	x	x	x	x		x	x
4317	C. M. Irene Barbosa Ornellas		x	x	x	x	x	x		x	x
4318	E. M. João Aires Saldanha					x	x	x		x	x
4319	E. M. Joaquim Lavoura		x	x	x	x	x	x		x	x
4320	E. M. José Manna Junior		x	x	x	x	x	x		x	x
4321	E. M. Jovita Maria de Jesus		x	x	x	x	x	x		x	x
4322	E. M. Lêda Vargas Giannerinni			x	x	x	x	x		x	x
4323	E. M. Leonor Corrêa					x	x	x		x	x
4324	E. M. Luiz Gonzaga	x	x	x	x	x	x	x		x	x
4325	E. M. Marcus Vinícius C. de M. Moraes	x	x	x	x	x	x	x		x	x
4326	E. M. Maria Dias						x	x		x	x
4327	E. M. Marinheiro Marcílio Dias		x	x	x	x	x	x		x	x
4328	E. M. Nossa Senhora da Boa Esperança			x	x	x	x	x		x	x
4330	E. M. Prefeito Jayme M. de Campos		x	x	x	x	x	x		x	x
4331	E. M. Prefeito Nicanor Ferreira Nunes					x	x	x		x	
4332	E. M. Presidente João Belchior M. G.			x	x	x	x	x		x	x
4333	E. M. Professor Djair Cabral Malheiros										
4334	E. M. Professor Paulo Roberto Azeredo					x	x	x		x	x
4335	E. M. Professor Paulo Roberto M. Amaral					x	x	x		x	x
4336	E. M. Professora Aurelina Dias Cavalcanti			x	x	x	x	x		x	x
4337	E. M. Professora Maria Amélia A. Ferreira						x	x		x	x

4389	E. M. Professora Aida Vieira de Souza		x	x	x	x	x	x		x	x
4390	E. M. Professor Genecy Suhett Lima		x	x	x	x	x	x		x	x
4392	E. M. Padre Cipriano Douma		x	x	x	x	x	x		x	x
4393	E. M. Pastor Mauro Israel Moreira		x	x	x	x	x	x		x	
4394	E. M. Pastor Ricardo Parise		x	x	x	x	x	x		x	
4395	E. M. Beatriz Eliane Cordeiro Santos			x	x	x	x	x		x	x
4398	E. M. Bairro Almerinda						x	x		x	
4399	E. M. Itaintidiba						x	x		x	x
4401	E. M. Lúcio Thomé Feiteira		x	x	x	x	x	x		x	x
4402	E. M. Prof ^ª . Niuma Goulart Brandão					x	x	x		x	x
4403	CIEP M. 051 - Anita Garibaldi					x	x	x		x	x
4405	E. M. Pastor Haroldo Gomes					x	x	x		x	x
4408	E. M. Coronel Amarante			x	x	x	x	x		x	
4409	E. M. Mentor Couto						x	x		x	x
4413	E. M. Pastor Alberto Goulart						x	x		x	x
4418	E. M. Pastor José Augusto Grassini										
4420	CIEP 125 Prof. Paulo Roberto M. do Amaral							x		x	
4421	E.E.M. Antenor Martins									x	
4422	E.E.M. Barão de São Gonçalo									x	
4423	E.E.M. Carlos Maia									x	
4424	E.E.M. Mariana Sodré										
4425	E.E.M. Monsenhor Albuquerque									x	

Fonte: Quadro construído pela autora, a partir de informa es cedidas pelo MEC, 2017.

Observe, no quadro abaixo, os recursos enviados para o Município de São Gonçalo através do PDDE/Educa o Integral/PME, entre os anos de 2008 e 2016, para o financiamento do Programa Mais Educa o. Embora o recurso tenha sido enviado, não significa que a escola tenha realizado o Programa naquele ano, algumas escolas reprogramavam suas verbas quando eram impedidas de realizarem o programa por algum motivo, como por exemplo, troca de diretor, falta de espaço adequado para o programa, dentre outros.

Quadro 13 – Recursos enviados através do PDDE/Educação Integral/PME para o município de São Gonçalo de 2008 a 2016

PDDE/Educação Integral/PME	Exercício	Valor repassado R\$
	2008	314.861,80
	2009	1.369.276,72
	2010	2.031.415,66
	2011	2.040.099,26
	2012	2.165.754,88
	2013(*)	-
	2014	1.503.026,04 *
	2015(**)	-
	2016	72.686,79 **

Fonte: Quadro construído pela autora a partir de informações fornecidas pelo FNDE/2016. (*) Não houve repasse financeiro em função da inadimplência do município de São Gonçalo. (**) No exercício de 2015 as escolas não foram atendidas, pois não houve execução do referido programa naquele exercício.

*Valor referente à 1ª parcela de 2014

** Valor referente à 2ª parcela de 2014

Tomamos como objeto de pesquisa os recursos financeiros enviados nos anos de 2010, 2011 e 2012, visto que foram os anos de maior repasse financeiro para o Programa Mais Educação no município de São Gonçalo. Neste período, 57 escolas executaram o Programa mais Educação sem interrupção. Dessas 57 escolas foram selecionadas três escolas como amostragem para estudo mais específico.

Meu trabalho na Coordenação do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo, realizado nos anos de 2010, 2011 e 2012, tinha como função principal orientar gestores e coordenadores quanto ao funcionamento do Programa, quanto ao uso das verbas enviadas através do sistema do Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE/Educação Integral), bem como esclarecer dúvidas em torno das diferenças entre custeio, capital e ressarcimento dos monitores.

Para melhor entender o funcionamento do Programa participei do III Encontro Nacional dos Coordenadores do Programa Mais Educação em Brasília, no ano de 2010. O encontro foi considerado de suma importância, e durou quatro dias. Neste momento, aconteceu o primeiro contato da coordenadora do programa do município de São Gonçalo

com profissionais de outros estados, tornando-se possível perceber que a maior preocupação de todos os coordenadores presentes no Seminário se voltava para o espaço físico, que pudesse acolher crianças em atividades diversas no contraturno, visto a precariedade das escolas inclusive no que se refere à infraestrutura.

O problema da infraestrutura, já percebido pelos gestores nacionais do programa, entraria em pauta de discussões entre os organizadores do Programa Mais Educação em Brasília posteriormente, de acordo com um Manual de Educação Integral para Obtenção de Apoio Financeiro Através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Educação Integral a ser seguido por todos os Estados, manual que foi sendo atualizado a cada ano. Por outro lado, podia adaptar alguns itens de acordo com a nossa necessidade, como os Kits de materiais, substituindo-os por outros específicos de cada região. O Encontro, embora muito enriquecedor, possibilitou aos coordenadores perceber que enfrentariam muitos problemas de espaço nas escolas para implementação do Programa Mais Educação.

Ao retornar à cidade convoquei uma reunião geral com todos os gestores e coordenadores do programa nas escolas para conversar sobre as orientações recebidas no seminário. Como o Programa já funcionava em algumas escolas desde 2008, com vários problemas enfrentados por algumas escolas, principalmente quanto ao espaço físico, dentre vários outros, trabalhou-se para encontrar algumas soluções para as dificuldades.

Os monitores que atendiam o Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo, preferencialmente estudantes universitários, eram entrevistados e selecionados pela Secretaria de Educação no setor de projetos, e posteriormente encaminhados às escolas. Na cidade de São Gonçalo, a ajuda de custo aos monitores era feita conforme orientação do FNDE, sendo paga diretamente pelos diretores por meio de cheque nominal.

No que se refere ao pagamento dos coordenadores, considerando que a carga horária máxima de um regente em São Gonçalo, era de 20 horas semanais. Para aproximar a carga horária dos coordenadores municipais àquela prevista no regulamento do programa, a Secretaria de Educação optou pelo pagamento de dupla regência¹¹ para os profissionais que atuavam nesta coordenação, ou a autorização de que um profissional com duas matrículas pudesse atuar com ambas na coordenação do programa.

Trabalhar com os universitários trouxe alguns transtornos no funcionamento do programa, pois muitos não tinham domínio das turmas, agravado pela rotatividade dos monitores que trabalhavam como voluntários. Não havia interlocução entre docentes e

¹¹ Dobra na carga horária de trabalho, porém o valor a ser recebido não inclui direitos, como férias ou 13º Salário.

monitores, prejudicando o andamento da escola no contraturno. Por esse motivo, foi oferecida formação para os monitores de Letramento e Matemática, no intuito de orientá-los quanto à prática das oficinas. A evasão dos alunos inscritos no programa também era constante, uma vez que sua participação não era obrigatória.

A aceitação do Programa Mais Educação dentro das escolas com o apoio dos professores e funcionários era uma questão que precisava ser trabalhada para atingir os objetivos do Programa.

Assim, eram realizadas visitas constantes às escolas onde o Programa acontecia, relatadas em ata com aspectos positivos e negativos, com o objetivo de orientá-los na melhor compreensão do programa. Quando negativos, era solicitado relato sobre a dificuldade apresentada e dava-se um prazo para uma nova visita a fim de ser verificado se já havia sido resolvida a situação em questão. Todas as vezes que se verificavam problemas, havia a preocupação de saber se tinham sido solucionados.

Nas visitas eram avaliados os seguintes aspectos: adequação da sala de aula, pois nem todas as escolas tinham salas disponíveis para atendimento das crianças do Programa, sendo necessária adaptação de espaços, como refeitórios, salas de leitura, e outros espaços adaptáveis dentro da escola; presença dos monitores, verificávamos se os monitores escalados dentro do horário do Programa estavam presentes na escola; número de alunos presentes nas oficinas. Quanto à alimentação escolar, era preciso verificar se eram oferecidas as refeições necessárias para a permanência da criança na escola num período de 7 horas diárias, com alimentação adequada; satisfação da criança e dos monitores. Fazia-se uma roda de conversa com as crianças e depois com os monitores deixando que eles pudessem expor sua avaliação do Programa; o que poderia ser melhorado, dentro das condições da secretaria de educação ou dentro da escola. No que se refere à aceitação do Programa nas escolas pela comunidade escolar, líamos relatos feitos pelos pais em reuniões de responsáveis sobre a Proposta do Programa na comunidade onde as crianças estavam inseridas. Verifica-se se os planejamentos do trabalho realizado pelos monitores estavam de acordo com os objetivos do Programa.

Além disso, diários e planejamentos eram verificados para controle da quantidade de alunos presentes no Programa, pois existia muita evasão de alunos, tornando-se necessária a constante comunicação aos gestores a fim de que esclarecessem aos responsáveis sobre a importância da presença das crianças no Programa para que os objetivos das atividades pudessem ser alcançados.

As escolas recebiam verbas para que o Programa funcionasse durante dez meses, no final desse período as escolas enviavam para a Superintendência de Projetos da Secretaria de

Educação um portfólio contendo ata de reunião com assinatura dos pais, recibo de ressarcimento mensal de despesas com transporte e alimentação, relatório mensal de atividades realizadas por monitor voltadas à Educação Integral, termo de adesão e compromisso, declaração da faculdade (os monitores deveriam ser preferencialmente estudantes), cópia dos cheques entregues aos monitores, ponto dos monitores (diariamente), depoimento de alunos e monitores sobre o programa, depoimento dos professores das crianças que participaram do programa, lista de presença dos alunos do programa, fotos dos eventos realizados, e resumo do coordenador na escola. A exigência destes relatórios se dava no intuito de acompanhar a execução do programa em todas as suas esferas.

Maurício, Melo e Gonçalves (2012) escreveram um artigo intitulado: Programa Mais Educação: *proposta nacional, implementação local*, onde relatam algumas particularidades do funcionamento do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo. Para tal, me entrevistaram enquanto coordenadora do Programa na Secretaria de Educação; nesta ocasião relatei de que forma o Programa era desenvolvido nas escolas e como era controlada a execução através do portfólio pelo fato de não haver um controle específico do FNDE no que tange a parte pedagógica do Programa. Assim, membros do setor de projetos da Secretaria de Educação elaboraram esse documento como condição obrigatória das escolas, na prestação de contas da secretaria para posteriormente ser enviado ao FNDE. Destarte, não podemos garantir que tais portfólios fossem fidedignos. As pesquisadoras analisaram alguns portfólios, a fim de perceber se tais documentos revelavam práticas condizentes com o discurso da secretaria. Na ocasião, concluíram que alguns prestavam informações relevantes como depoimentos de alunos e monitores e relatos de atividades realizadas, mas que em outros, havia indícios de que a frequência não era controlada e de que o portfólio não passava de burocracia, que nem seria lido, inclusive com repetições de depoimentos de coordenadores, monitores e alunos, exatamente iguais, de um ano para outro.

O município de São Gonçalo enfrentava vários problemas de infraestrutura, falta de espaços para atividades extraclasse, problemas com número de funcionários insuficiente para a demanda no atendimento das crianças no contraturno, aceitação por parte de professores e funcionários do Programa dentro das escolas, dentre outros. Todos sabiam que eram necessários maiores investimentos, tendo em vista as muitas dificuldades enfrentadas na consolidação em torno de um princípio constitucional simples: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (CF 1988, Art. 206 inciso I).

O município ainda não consolidou nenhuma política efetiva de ampliação do tempo escolar dos alunos de São Gonçalo. Mas através da Meta 6 do PNE que determina que seja

oferecida “educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” validado pela Lei Municipal nº 658/2015¹², aponta o rumo a seguir através do cumprimento das estratégias elaboradas, devendo atingir a Meta de ampliação da jornada escolar e atendimento as escolas e alunos até 2025. Entretanto a análise do Plano Plurianual (PPA) do município para os anos de 2014 a 2017 não destina verbas específicas para que estas metas sejam atingidas.

O Programa Mais Educação em São Gonçalo nos trouxe uma expectativa sobre ampliação de jornada escolar com perspectiva de implementação de Educação Integral no Município de São Gonçalo, motivo este que revigorou em mim o interesse em investigar de que forma as escolas estavam fazendo uso dos recursos públicos enviados através do PDDE/Integral para o município, com o propósito de colaborar para potencializar as políticas públicas voltadas para educação.

Durante o período vivenciado por mim na execução do Programa, muito me inquietou a forma como eram aplicados os recursos financeiros enviados para as escolas através do PDDE/Educação Integral/PME sob controle e administração dos gestores. Entretanto, a fiscalização da aquisição de materiais para o funcionamento das oficinas não cabia ao meu setor, e sim ao setor de prestação de contas da secretaria. As visitas eram no intuito de acompanhar o funcionamento e por vezes orientar os gestores na compra dos kits de materiais, conforme orientações do Manual de instruções fornecidos pelo FNDE.

No quadro abaixo, podemos observar a quantidade total de alunos de cada escola pesquisada e a quantidade de alunos participantes do Programa Mais Educação, assim como os valores de custeio e capital enviados para as Unidades Escolares através do PDDE/Educação Integral/PME, nos anos de 2010, 2011 e 2012, período este analisado na nossa pesquisa.

¹² Lei nº 658/2015 aprova o plano municipal de educação do município de São Gonçalo (PME), publicada em 07 de dezembro de 2015, pelo prefeito em exercício Neilton Mulim.

Quadro 14 – Verbas enviadas para as três escolas analisadas e a quantidade de alunos participantes do PME

Quadro 14 : As Verbas enviadas para as três escolas analisadas e a quantidade de alunos participantes do PME					
ANO 2010	TOTAL DE ALUNOS	ALUNOS PME	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
C.M.A	1.591	255	45.188,10	1.360,00	46.548,10
E.M.B	728	200	35.938,10	1.550,00	37.488,10
E.M.C	621	150	29.396,10	0,00	29.396,10
ANO 2011	TOTAL DE ALUNOS	ALUNOS PME	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
C.M.A	1.459	150	27.928,10	2.000,00	29.928,10
E.M.B	777	180	40.838,10	2.550,00	43.388,10
E.M.C	645	150	28.396,10	1.000,00	29.396,10
ANO 2012	TOTAL DE ALUNOS	ALUNOS PME	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
C.M.A	1.399	150	19.921,10	3.625,00	23.546,10
E.M.B	704	180	35.938,10	1.550,00	37.488,10
E.M.C	599	100	23.755,70	5.130,90	28.886,60

Fonte: Quadro construído pela autora a partir de informações fornecidas pelo FNDE/2017.

Estes valores recebidos pelas escolas eram destinados ao pagamento de monitores por 10 meses de programa e compra dos kits de materiais, usando como parâmetro, o manual de instruções fornecido pelo FNDE.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Prestação de Contas

A pesquisa realizada apresentou resultados significativos que possibilitaram que os objetivos da mesma fossem atingidos. Desta forma, apresentamos a seguir tais dados. Considerando que a pesquisa foi realizada em três escolas municipais que executaram o programa, optamos por apresentar dados referentes a cada uma das três escolas estudadas por meio de tabelas e gráficos resultantes das categorias oriundas do material recolhido. Ainda com o objetivo de apresentar as vozes da escola, apresentaremos também os dados relativos às entrevistas realizadas, cujos discursos foram analisados por meio da tematização dos mesmos.

Quadro 15 - Número de alunos inscritos no programa e respectivas quantidades de turmas.

ESCOLA	ALUNOS INSCRITOS			QUANTIDADE DE TURMAS		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
C.M.A	255	150	150	8	5	5
E.M.B	200	180	180	6	6	6
E.M.C	150	150	100	5	5	4

Quantidade de alunos inscritos x quantidade de turmas. Fonte: FNDE/2017. Quadro elaborada pela autora.

Neste quadro, podemos observar que houve uma tendência à diminuição na quantidade de alunos inscritos no programa, isso se dava pela dificuldade na adaptação dos espaços para atender as crianças do programa no contraturno, conforme relatos dos coordenadores nas entrevistas realizadas.

No quadro abaixo, podemos ter um panorama das atividades escolhidas por cada escola no período da pesquisa, podemos observar que Matemática e Letramento eram oficinas obrigatórias em todas as escolas, nas atividades extraclasse predominavam a oficina de banda e dança.

Quadro 16 - Oficinas realizadas pelas três escolas no período da pesquisa

OFICINAS	2010	2011	2012
MATEMÁTICA	A/B/C	A/B/C	A/B
LETRAMENTO	A/B/C	A/B/C	A/B
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	A/B/C	A/B/C	
JORNAL	A		

TEATRO		A	B
BANDA FANFARRA	A/C	A/C	A
DANÇA	A/B	B	B/C
RÁDIO	B	A	
CAPOEIRA	B	B	B
PINTURA	C	C	A/B
CANTO CORAL			A
JUDÔ		B	
PREV.PROMOÇÃO À SAÚDE	C	C	
CAMPOS DO CONHECIMENTO			C
CORRIDA DE ORIENTAÇÃO			C

Legenda: Legenda: A(CMA); B(EMB); C(EMC). Oficinas realizadas.

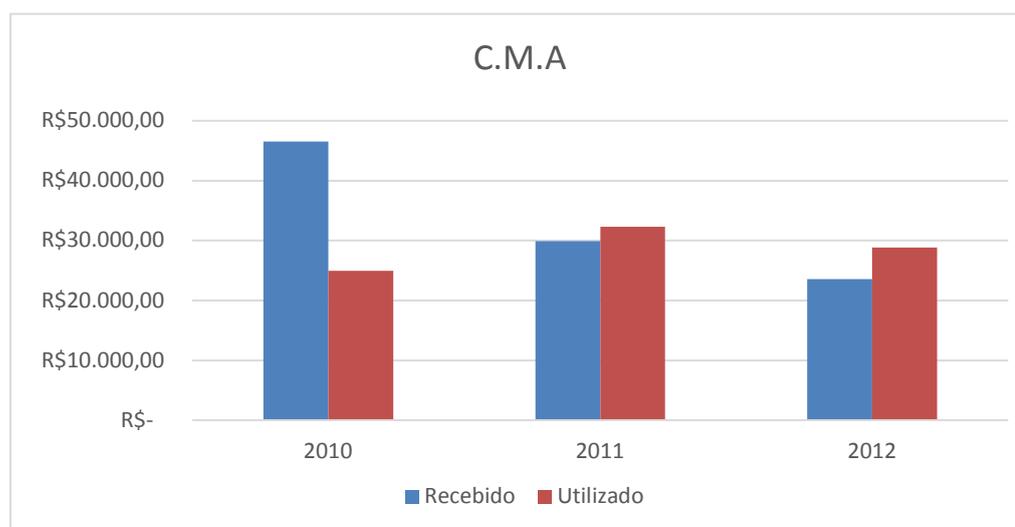
Fonte: FNDE/2017. Quadro elaborado pela autora.

Tabela 1 - Recursos recebidos do PDDE/ Integral/FNDE e recursos utilizados do Colégio Municipal A

COLÉGIO MUNICIPAL A	2010	2011	2012
VALOR RECEBIDO	(2009) 2.518,36	(2010) 24.455,62	(2011) 22.775,35
	(2010) 46.548,10	(2011) 29.928,10	(2012) 23.546,10
	Total 49.066,46	Total 54.383,72	Total 46.321,45
PAGAMENTO DE MONITOR	17.080,00	22.320,00	16.750,00
UTILIZADO CUSTEIO/CAPITAL	7.865,20	9.990,94	12.108,40
TOTAL DO VALOR UTILIZADO	24.945,20	32.310,94	28.858,40
VALOR NÃO UTILIZADO	24.121,26	22.072,78	17.463,05

Valor recebido, valor gasto e valor não utilizado. Fonte: Prestação de contas. Tabela elaborada pela autora. Os valores não utilizados dentro do ano em vigor, são aplicados, rendendo juros no ano seguinte, por isso a diferença nos valores.

Gráfico 1 – Valor recebido do FNDE X Valor utilizado pela escola C.M.A.



Fonte: FNDE/2017 e Prestação de contas da escola. Gráfico elaborado pela autora.

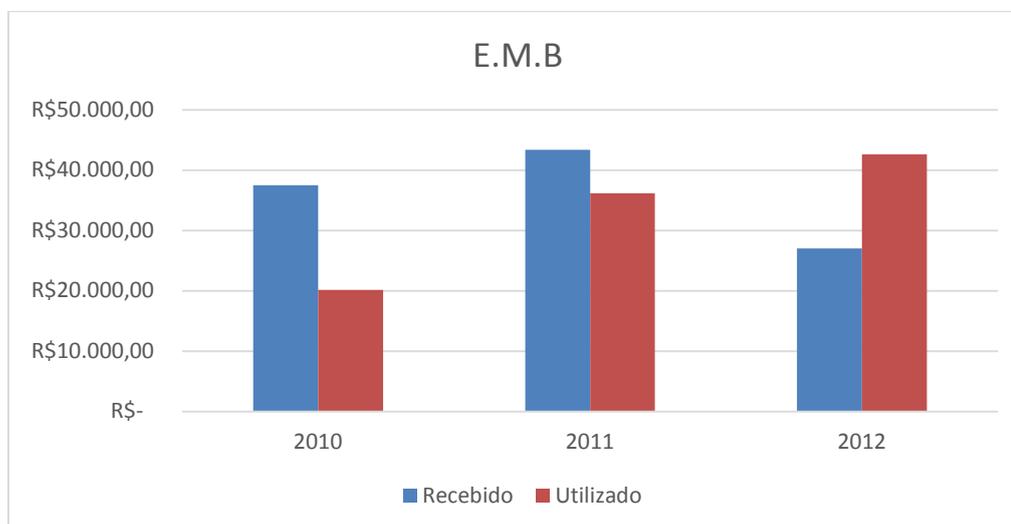
Podemos observar no gráfico 1, que no ano de 2010 o valor gasto pela escola foi praticamente a metade do valor recebido do FNDE, porém nos anos seguintes os gastos ultrapassaram os recursos recebidos. Esse fato acontecia quando as escolas reprogramavam os valores não utilizados para o ano seguinte.

Tabela 2 - Recursos recebidos do PDDE/ Integral/FNDE e recursos utilizados da Escola Municipal B.

ESCOLA MUNICIPAL B	2010	2011	2012
VALOR RECEBIDO	(2009) 612,01	(2010) 18.342,94	(2011) 26.345,99
	(2010) 37.488,10	(2011) 43.388,10	(2012) 27.038,10
	Total 38.100,11	Total 61.731,04	Total 53.384,09
PAGAMENTO DE MONITOR	7.260,00	19.207,00	15.288,00
UTILIZADO CUSTEIO/CAPITAL	12.908,10	16.994,07	27.358,74
TOTAL DO VALOR UTILIZADO	20.168,10	36.201,07	42.646,74
VALOR NÃO UTILIZADO	17.932,01	25.529,87	10.737,35

Valor recebido, valor gasto e valor não utilizado. Fonte: Prestação de contas. Tabela elaborada pela autora. Os valores não utilizados dentro do ano em vigor, são aplicados, rendendo juros no ano seguinte, por isso a diferença nos valores.

Gráfico 2 – Valor recebido do FNDE X Valor utilizado pela escola E.M.B.



Fonte: FNDE/2017 e Prestação de contas da escola. Gráfico elaborado pela autora.

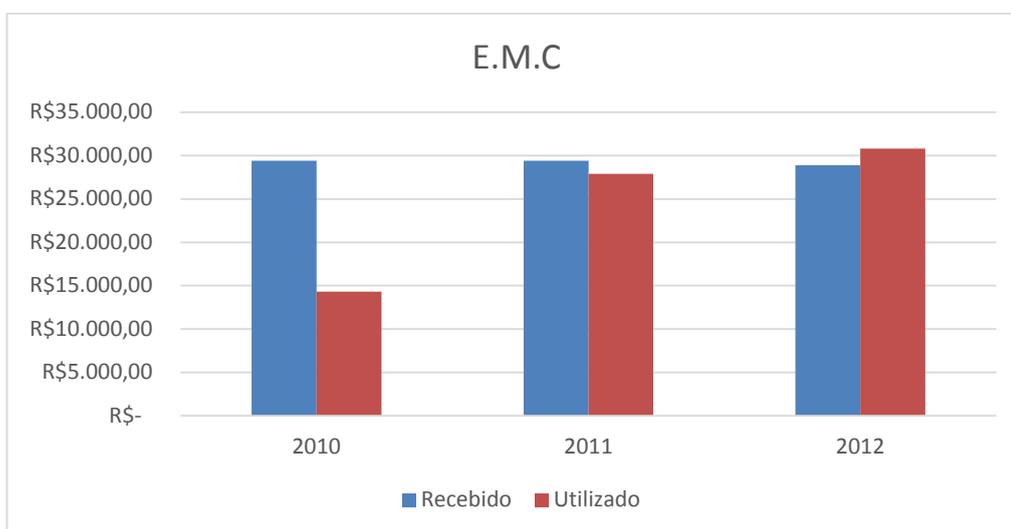
Analisando o gráfico 2, observamos que no ano de 2010, a escola utilizou quase a metade dos recursos recebidos pelo FNDE, no ano de 2011, utilizou quase todos os recursos, porém em 2012, o valor utilizado ultrapassou os recursos recebidos, como explicado anteriormente, esse fato acontece por conta da reprogramação das verbas não gastas no ano anterior.

Tabela 3 - Recursos recebidos do PDDE/ Integral/FNDE e recursos utilizados da Escola Municipal C.

ESCOLA MUNICIPAL C	2010	2011	2012
VALOR RECEBIDO	(2009) 3.673,59	(2010) 18.984,35	(2011) 21.144,68
	(2010) 29.396,10	(2011) 29.396,10	(2012) 28.886,60
	Total 33.069,69	Total 48.380,45	Total 50.031,28
PAGAMENTO DE MONITOR	9.600,00	18.000,00	16.110,00
UTILIZADO CUSTEIO/CAPITAL	4.719,85	9.908,36	14.696,86
TOTAL DO VALOR UTILIZADO	14.319,85	27.908,36	30.806,86
VALOR NÃO UTILIZADO	18.749,84	20.472,09	19.224,42

Valor recebido, valor gasto e valor não utilizado. Fonte: Prestação de contas. Tabela elaborada pela autora. Os valores não utilizados dentro do ano em vigor, são aplicados, rendendo juros no ano seguinte, por isso a diferença nos valores.

Gráfico 3 – Valor recebido do FNDE X Valor utilizado pela escola E.M.C.



Fonte: FNDE/2017 e Prestação de contas da escola. Gráfico elaborado pela autora.

Analisando o gráfico desta escola, se comparado com as demais escolas, podemos observar que as três escolas no ano de 2010, utilizaram basicamente a metade dos recursos, porém em 2011, somente o C.M.A, utilizou mais do que recebeu, entretanto, as outras escolas utilizaram quase todos os recursos, todavia em 2012, as três escolas ultrapassaram os recursos recebidos do FNDE, o que sugere que as escolas estavam diminuindo os valores reprogramados para o ano seguinte.

Podemos observar nas tabelas 1, 2 e 3, que os recursos provenientes do ano anterior, reprogramados, se juntavam aos recursos enviados pelo FNDE do ano em vigor, acrescido do rendimento de aplicação financeira, assim acontecia sucessivamente nos anos seguintes. Tomamos como exemplo a escola da tabela 3, que no ano de 2010 não utilizou o valor de R\$ 18.749,84, teve um rendimento de aplicação financeira de R\$ 234,51, por isso o seu valor

inicial de 2011 totaliza o valor de R\$ 18.984,35. As escolas deveriam administrar os recursos separando os valores que usariam para pagamento dos monitores durante os 10 meses de programa. Os valores depositados eram de acordo com a quantidade de alunos inscritos no programa e as oficinas escolhidas.

Colégio Municipal A: prestação de contas

A tabela abaixo, resultado da análise dos documentos de prestação de contas do programa, no Colégio Municipal A, nos três anos de execução, apresenta os itens adquiridos por categorias formuladas pela pesquisadora, tendo em vista a diversidade de materiais adquiridos dentro de uma mesma rubrica. Como por exemplo: jogos educativos, uniforme, materiais de papelaria, reparos de portas e vidros, materiais pedagógicos, recarga de cartucho de impressora, confecção de bolo, transporte, dentre outros.

Tabela 4 – Kits adquiridos por categorias C.M.A.

Categorias:	2010	2011	2012
Camisas	1.000,00		2.300,00
Matl.papelaria/expediente	476,20	3.065,24	3.306,65
Jogos educativos/Matl.Educac.	5.089,00	3.898,80	1.646,15
Bolo/Atividades extra-classe/Transporte	320,00	645,00	2.868,70
Aquisição de equipamentos		1.461,90	1.986,90
Recarga/cartucho	230,00	920,00	
Adequação do espaço físico/Reparos	750,00		

Categorias de kits adquiridos do C.M.A.

Fonte: Prestação de contas. Tabela organizada pela autora.

Nesta tabela, nos chamou atenção o investimento em materiais de papelaria e expediente, cujo investimento em 2012 foi maior do que o investimento em jogos educativos, proposta do programa a fim de que este pudesse atingir seu objetivo de educação integral do aluno por meio da oferta de atividades lúdicas possibilitadas pelas oficinas propostas. Demonstra também um investimento muito alto nessa mesma categoria no ano de 2011, o que nos levou a verificar notas fiscais no intuito de analisarmos que materiais seriam estes. Conforme análise de notas fiscais, pudemos observar que tais materiais se destinavam ao funcionamento em geral da escola, conforme pode-se verificar no quadro abaixo.

Nos quadros 3, 4 e 5, mostramos os dados comparativos, de Kits sugeridos e materiais realmente adquiridos pelo Colégio Municipal A, nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Quadro 17 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pelo C.M.A no ano de 2010

COLÉGIO MUNICIPAL A					
2010					
Oficinas realizadas: Banda Fanfara, Dança, PST, Matemática, Letramento e Jornal					
kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/capital
Banda	FNDE		camisas	1.000,00	custeio
Dança	01 microsystem com toca CD	capital (600,00)	Matl.papelaria	476,20	custeio
	100 camisetas	custeio (800,00)	jogos educativos	3.839,00	custeio
	20 CDs para dança	custeio (360,00)	Reparo de portas e vidros	750,00	custeio
	Total	1.760,00	Matl. Pedag.jogos	1.250,00	custeio
PST	Ministério dos Esportes		Recarga de cartucho	230,00	custeio
Matemática	6 dominós de adição em EVA	custeio (300,00)	Bolo	320,00	custeio
	6 dominós de fração em EVA	custeio (300,00)	Total	7.865,20	
	3 ábacos	custeio (101,70)			
	3 matls. pedagógicos dourado	custeio (179,70)			
	3 Tangrans	custeio (23,70)			
	6 blocos lógicos em madeira	custeio(209,40)			
	6 lotos aritméticos	custeio (84,00)			
	10 trenas	custeio (499,00)			
	6 jogos alfanuméricos	custeio (780,00)			
	6 jogos de números com pinos	custeio (90,00)			
	Total	2.567,50			
Letramento	6 Alfabetos móveis em madeira	custeio (287,40)			
	10 Bingos de Letras	custeio (399,00)			
	10 baralhos de letras	custeio (199,00)			
	6 varais de letras	custeio (210,00)			
	6 dominós de leitura e escrita	custeio (65,40)			
	6 cartas para ditado	custeio (143,40)			
	6 jogos de memória de sílabas	custeio (77,40)			
	10 jogos de cruzalera	custeio (190,00)			
	10 jogos primeiras palavras	custeio (199,00)			
	Total	1.770,60			
jornal	100 CDs recarregáveis	custeio (400,00)			
	1 câmera digital	Capital (400,00)			
	30 mil papel para impressora	custeio (450,00)			
	20 cartucho para impressora	custeio (1.800,00)			
	Total	3.050,00			

Kits sugeridos x materiais adquiridos.

Fonte: Prestação de contas. Tabela organizada pela autora.

Neste quadro, podemos observar que apenas três itens fazem parte diretamente dos kits sugeridos: camisas, jogos educativos e material pedagógico/jogos, mostrando claramente que não houve investimento específico nos kits que se referiam a cada oficina. Diante disto, podemos supor que não houve um direcionamento específico para as atividades do programa, visto que as atividades previstas dificilmente poderiam ter sido realizadas tal como deveriam sem o material adequado.

Quadro 18 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pelo C.M.A no ano de 2011

COLÉGIO MUNICIPAL A					
2011					
Oficinas realizadas: Rádio, Banda Fanfara, Matemática, Letramento, Teatro e PST					
kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/capital
Rádio	FNDE		Armario	798,00	capital
Banda	FNDE		Estabilizador, cabo USB, Pen drive, impressora	467,60	capital
Matemática	6 dominós de adição em EVA	custeio (300,00)	CD Educacional	94,00	capital
	6 dominós de fração em EVA	custeio (300,00)	Quadro branco de formica, aluminio	196,30	capital
	3 ábacos	custeio (101,70)	Materiais de papelaria	936,84	custeio
	3 matls. pedagógicos dourado	custeio (179,70)	Matl.educacional(jogos,carimbos,cabideiro)	496,00	custeio
	3 Tangrans	custeio (23,70)	Livros de literatura infantil	433,50	custeio
	6 blocos lógicos em madeira	custeio(209,40)	Materiais de papelaria	638,39	custeio
	6 lotos aritméticos	custeio (84,00)	Papel Sulfite e cartucho toner preto	357,00	custeio
	10 trenas	custeio (499,00)	Matl.Educ.(jogos, abaco,solidos geometricos)	709,00	custeio
	6 jogos alfanuméricos	custeio (780,00)	Recarga de cartucho para impressora	550,00	custeio
	6 jogos de números com pinos	custeio (90,00)	Matl.Educ.(Letramento divertido)	152,00	custeio
	Total	2.567,50	Bolo para 200 pessoas	365,00	custeio
Letramento	6 Alfabetos móveis em madeira	custeio (287,40)	Transporte turístico	280,00	custeio
	10 Bingos de Letras	custeio (399,00)	Matl.Educacional (Soletrando cards)	120,00	custeio
	10 baralhos de letras	custeio (199,00)	Material de papelaria	1.133,01	custeio
	6 varais de letras	custeio (210,00)	Brinquedos Educacionais	874,30	custeio
	6 dominós de leitura e escrita	custeio (65,40)	Matl.Educ.(alfabeto,numeros,fantoches)	1.020,00	custeio
	6 cartas para ditado	custeio (143,40)	Recarga de Toner e cartucho para impressora	370,00	custeio
	6 jogos de memória de sílabas	custeio (77,40)	Total	9.990,94	
	10 jogos de cruza lera	custeio (190,00)			
	10 jogos primeiras palavras	custeio (199,00)			
		Total	1.770,60		
Teatro	4 Kits de costura de mão	custeio (100,00)			
	30 m de tecido de algodão	custeio (240,00)			
	50 m de tecido failite em cortes	custeio (250,00)			
	10 Kits de maquiagem	custeio (1.000,00)			
	1 microsystem com CD	capital (500,00)			
	20 CDs diversos	capital (500,00)			
	Total	2.590,00			
PST	Ministério dos Esportes				

Kits sugeridos x materiais adquiridos.

Fonte: Prestação de contas. Quadro elaborado pela autora.

A análise do quadro 4 demonstra que a lógica da compra de materiais não relacionados aos kits sugeridos ocorrido no ano de 2010 foi atenuada no ano de 2011. Verificamos que os itens: armário, quadro branco de fórmica, materiais de papelaria, bolo, recarga de toner e cartucho para impressora não compõem a lista dos kits sugeridos pelo FNDE. Além disso, verificamos que os itens referentes à oficina de teatro não foram adquiridos.

Quadro 19 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pelo C.M.A no ano de 2012

COLÉGIO MUNICIPAL A					
2012					
Oficinas realizadas: Banda Fanfara, Matemática, Letramento, Canto Coral e Pintura					
kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/capital
Banda	FNDE		Material de Papelaria	3.304,65	custeio
Matemática	6 dominós de adição em EVA	custeio (300,00)	Material didático	1.646,15	custeio
	6 dominós de fração em EVA	custeio (300,00)	Cinema	288,00	custeio
	3 ábacos	custeio (101,70)	Transporte turístico	951,70	custeio
	3 mats, pedagógicos dourado	custeio (179,70)	Fonte de alimentação notebook	87,90	custeio
	3 Tangrans	custeio (23,70)	Tarifa extrato solicitado	2,00	custeio
	6 blocos lógicos em madeira	custeio(209,40)	Lona Divertida	349,00	custeio
	6 lotos aritméticos	custeio (84,00)	Camisas	2.300,00	custeio
	10 trenas	custeio (499,00)	Locação de equipamento recreativo	1.280,00	custeio
	6 jogos alfanuméricos	custeio (780,00)	TV 50" Plasma	1.899,00	capital
	6 jogos de números com pinos	custeio (90,00)	Total	12.108,40	
	Total	2.567,50			
Letramento	6 Alfabetos móveis em madeira	custeio (287,40)			
	10 Bingos de Letras	custeio (399,00)			
	10 baralhos de letras	custeio (199,00)			
	6 varais de letras	custeio (210,00)			
	6 dominós de leitura e escrita	custeio (65,40)			
	6 cartas para ditado	custeio (143,40)			
	6 jogos de memória de sílabas	custeio (77,40)			
	10 jogos de cruza lera	custeio (190,00)			
	10 jogos primeiras palavras	custeio (199,00)			
	Total	1.770,60			
Canto Coral	1 zabumba	capital (175,00)			
	1 Bangô	capital (210,00)			
	2 Atabaques	capital (200,00)			
	2 Xequerê	capital (300,00)			
	2 Afoxes	capital (140,00)			
	2 Pares clava madeira	capital (50,00)			
	3 pandeiros	capital (450,00)			
	5 violões de 6 cordas	capital (450,00)			
	Total	3.025,00			
Pintura	200m papel pardo	custeio (78,00)			
	10 pinceis numero 2	custeio (20,00)			
	10 pinceis numero 6	custeio (25,00)			
	10 pinceis numero 8	custeio (25,00)			
	10 pinceis numero 12	custeio (30,00)			
	10 pinceis numero 16	custeio (35,00)			
	10 pinceis numero 0	custeio (20,00)			
	30 tintas de alto relevo	custeio (120,00)			
	30 tintas de tecido	custeio (180,00)			
	30 tintas de expansão	custeio (600,00)			
	30 tintas tempera	custeio (600,00)			
	10 cavaletes flip chart	custeio (650,00)			
Total		2.383,00			

Kits sugeridos x materiais adquiridos.

Fonte: Prestação de contas. Quadro elaborado pela autora.

A partir da análise do quadro 5, podemos verificar a aquisição de itens que não compõem os kits sugeridos, e por isso não colaborariam para que o programa atingisse seus objetivos, tais como: TV de plasma, Lona divertida, fonte de alimentação para notebook, locação de equipamento recreativo e cinema.

A análise dos três quadros nos faz perceber que durante os três anos, três oficinas se repetiam: Banda, Letramento e Matemática. Entretanto, Letramento e Matemática eram oficinas obrigatórias e a Banda era uma atividade comum da escola. Considerando que esta escola já possuía banda escolar, não foi possível perceber a efetiva participação dos alunos do programa na banda da escola, o que sugere que os materiais adquiridos para a banda serviam para fortalecer e ampliar a banda já existente. Observamos que no decorrer dos anos algumas oficinas foram substituídas, porém não observamos compras relacionadas aos kits sugeridos para sua execução.

Escola Municipal B – análise de documentos

A tabela abaixo, resultado da análise dos documentos de prestação de contas do programa, na Escola Municipal B, nos três anos de execução, apresenta os itens adquiridos por categorias.

Tabela 5 – Kits adquiridos por categorias E.M.B.

Categorias:	2010	2011	2012
Camisas	1.000,00		2.300,00
Matl.papelaria/expediente	476,20	3.065,24	3.306,65
Jogos educativos/Matl.Educac.	5.089,00	3.898,80	1.646,15
Bolo/Atividades extra-classe/Transporte	320,00	645,00	2.868,70
Aquisição de equipamentos		1.461,90	1.986,90
Recarga/cartucho	230,00	920,00	
Adequação do espaço físico/Reparos	750,00		

Categorias de Kits adquiridos da E.M.B.

Fonte: Prestação de contas. Tabela organizada pela autora.

A análise das categorias acima nos leva a perceber que houve uso de recursos financeiros inadequado aos objetivos do programa. Esta afirmação se baseia na análise minuciosa dos documentos de prestação de contas, por meio da qual pudemos verificar uso reduzido de recursos para aquisição de itens que levariam o programa a atingir seus objetivos tais como: jogos educativos, atividades extraclases, ou mesmo camisas para identificação dos alunos do programa, e um uso exagerado de recursos para aquisição de equipamentos, materiais de expediente e adequação de espaço, pois mesmo que estes itens pudessem ser adquiridos ou realizados na perspectiva do programa, tal como uma pequena reforma no piso da quadra onde os alunos praticariam esportes, a análise das notas fiscais nos demonstrou que

foram adquiridos equipamentos, material de expediente e realizados reparos que não estavam diretamente ligados ao objeto do programa, o que justificaria o uso de recurso a ele destinado. Podemos, portanto, afirmar que a análise das notas fiscais demonstrou uso de recursos em ações que deveriam ser financiadas com recursos provenientes do próprio município, oriundos da vinculação Constitucional do artigo 212 da CF, que determina que os municípios devem utilizar nunca menos de 25% na educação em Manutenção em Desenvolvimento do Ensino. A tabela 6 corrobora com as afirmações acima pois possibilita uma comparação entre os Kits sugeridos e os materiais realmente adquiridos, bem como as ações realizadas.

Neste sentido, nas tabelas 6, 7 e 8, mostramos os dados comparativos, de Kits sugeridos e materiais realmente adquiridos pela Escola B, nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Quadro 20 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.B. no ano de 2010

ESCOLA MUNICIPAL B					
2010					
Oficinas realizadas: Matemática, Letramento, Dança, Capoeira, Rádio e PST					
kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/capital
Matemática	6 dominós de adição em EVA	custeio (300,00)	Material de expediente	447,05	custeio
	6 dominós de fração em EVA	custeio (300,00)	Inst.tubos p/redes	1.500,00	custeio
	3 ábacos	custeio (101,70)	camisa	322,90	custeio
	3 matls. pedagógicos dourado	custeio (179,70)	Papel chamex	410,46	custeio
	3 Tangrans	custeio (23,70)	Recarga de cartucho	60,00	custeio
	6 blocos lógicos em madeira	custeio(209,40)	serv.rede prot.quadra	1.000,00	custeio
	6 lotos aritméticos	custeio (84,00)	caxixi,pandeiro,berimbau	555,00	capital
	10 trenas	custeio (499,00)	jogos(adição, fração,..)	4.944,84	custeio
	6 jogos alfanuméricos	custeio (780,00)	camisa	437,10	custeio
	6 jogos de números com pinos	custeio (90,00)	Som portátil Philco	638,90	capital
	Total	2.567,50	Material de expediente	407,53	custeio
Letramento	6 Alfabetos móveis em madeira	custeio (287,40)	Papel chamex /cadaço algodão	447,42	custeio
	10 Bingos de Letras	custeio (399,00)	Medalhas c/fita/troféu	83,00	custeio
	10 baralhos de letras	custeio (199,00)	Material de expediente	1.653,90	custeio
	6 varais de letras	custeio (210,00)	Total	12.908,10	
	6 dominós de leitura e escrita	custeio (65,40)			
	6 cartas para ditado	custeio (143,40)			
	6 jogos de memória de sílabas	custeio (77,40)			
	10 jogos de cruza lera	custeio (190,00)			
	10 jogos primeiras palavras	custeio (199,00)			
		Total	1.770,60		
Dança	01 microsystem com toca CD	capital (600,00)			
	100 camisetas	custeio (800,00)			
	20 CDs para dança	custeio (360,00)			
		Total	1.760,00		
Capoeira	2 caxixi (instrum.musical)	capital (30,00)			
	1 pandeiro	capital (150,00)			
	1 par agogô	capital (35,00)			
	60 camisetas de malha fio 30	custeio (600,00)			
	5 berimbaus completo	capital (375,00)			
	Total	1.190,00			
Rádio	FNDE				
PST	Ministério dos esportes				

Kits sugeridos x materiais adquiridos. Fonte: Prestação de contas. Quadro elaborado pela autora.

No ano de 2010, podemos observar em alguns casos o uso indevido dos recursos financeiros sendo investidos em material de expediente, papel chamex e recarga de cartuchos, porém demonstra que a maioria do investimento foi devida na aquisição dos kits sugeridos. Porém no ano de 2011, a situação mudou, como podemos observar na tabela a seguir:

Quadro 21 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.B. no ano de 2011

ESCOLA MUNICIPAL B					
2011					
Oficinas realizadas: PST, Capoeira, Letramento, Matemática, Dança e Judô					
kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/capital
PST	FNDE		Material de expediente	947,00	custeio
Capoeira	2 caxixis (instrum.musical)	capital (30,00)	Material de expediente	528,94	custeio
	1 pandeiro	capital (150,00)	Material de expediente	231,13	custeio
	1 par agogô	capital (35,00)	Material de expediente	113,05	custeio
	60 camisetas de malha fio 30	custeio (600,00)	Material de expediente	1.415,60	custeio
	5 berimbaus completo	capital (375,00)	Camisa	346,80	custeio
	Total	1.190,00	Material de expediente	496,63	custeio
Letramento	6 Alfabetos móveis em madeira	custeio (287,40)	Material de expediente	225,22	custeio
	10 Bingos de Letras	custeio (399,00)	Bolas salão oficial	125,00	custeio
	10 baralhos de letras	custeio (199,00)	Material de expediente	949,60	custeio
	6 varais de letras	custeio (210,00)	Recarga cartucho	90,00	custeio
	6 dominós de leitura e escrita	custeio (65,40)	Bens Permanentes	1.398,00	capital
	6 cartas para ditado	custeio (143,40)	Bem Permanente	119,00	capital
	6 jogos de memória de sílabas	custeio (77,40)	Bem Permanente	590,00	capital
	10 jogos de cruzalera	custeio (190,00)	Alfabeto	1.770,60	custeio
	10 jogos primeiras palavras	custeio (199,00)	Dominó (fração, adição)	2.567,50	custeio
	Total	1.770,60	Tatame, camisa, calça capoeira	3.600,00	custeio
Matemática	6 dominós de adição em EVA	custeio (300,00)	Material de expediente	270,00	custeio
	6 dominós de fração em EVA	custeio (300,00)	Material Esportivo	970,00	custeio
	3 ábacos	custeio (101,70)	Matl.Processamento de dados	120,00	custeio
	3 matl. pedagógico dourado	custeio (179,70)	Recarga de cartucho	60,00	custeio
	3 Tangrans	custeio (23,70)	Material de expediente	60,00	custeio
	6 blocos lógicos em madeira	custeio(209,40)	Total	16.994,07	
	6 lotos aritmético	custeio (84,00)			
	10 trenas	custeio (499,00)			
	6 jogos alfanuméricos	custeio (780,00)			
	6 jogos de números com pinos	custeio (90,00)			
	Total	2.567,50			
Dança	01 microsystem com toca CD	capital (600,00)			
	100 camisetas	custeio (800,00)			
	20 CDs para dança	custeio (360,00)			
	Total	1.760,00			
Judô	50 Quimonos	custeio (2.750,00)			
	15 Tatames emborrachados	custeio (2.250,00)			
	Total	5.000,00			

Kits sugeridos x materiais adquiridos/Fonte: Prestação de contas. Quadro elaborado pela autora.

Durante o ano de 2011, verificamos que o investimento em itens para efetivação das oficinas foi em número muito menor do que o investimento em aquisição de materiais que não se referiam às oficinas que deveriam ter sido realizadas. Para melhor explicar a afirmação acima, esclarecemos que a análise das notas fiscais demonstrou que no item material de

expediente, consta aquisição de materiais de manutenção das atividades escolares de forma geral, tais como, piloto para quadro branco, folhas ofícios em grande quantidade, cartucho para impressora também em grande número, tesoura grande, dentre outros. Além disso, verifica-se a aquisição de materiais esportivos que não deveriam ser adquiridos com recursos do programa, uma vez que a escola executava o programa Segundo Tempo que enviava tais materiais para a escola. No que se refere ao item bem permanente, a análise das notas fiscais deixa claro que foram adquiridos bens que em nada se relacionavam com o programa, tais como: computador, mouse óptico, teclado, impressora, bem como tintas para duplicador e impressora.

Ao analisarmos as prestações de contas do ano de 2012, podemos observar que o investimento nos kits de materiais sugeridos foi praticamente ignorado, conforme demonstra o quadro 8.

Quadro 22 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.B. no ano de 2012

ESCOLA MUNICIPAL B					
2012					
Oficinas realizadas: Letramento, Matemática, Capoeira, Dança e Teatro					
kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/capital
Letramento	6 Alfabetos móveis em madeira	custeio (287,40)	Material de expediente	409,03	custeio
	10 Bingos de Letras	custeio (399,00)	Material de expediente	240,00	custeio
	10 baralhos de letras	custeio (199,00)	Material de expediente	326,02	custeio
	6 varais de letras	custeio (210,00)	Recarga de cartucho	139,00	custeio
	6 dominós de leitura e escrita	custeio (65,40)	Material de expediente	527,19	custeio
	6 cartas para ditado	custeio (143,40)	Material de expediente	718,37	custeio
	6 jogos de memória de sílabas	custeio (77,40)	Recarga de cartucho	105,00	custeio
	10 jogos de cruza lera	custeio (190,00)	Recarga de cartucho	150,00	custeio
	10 jogos primeiras palavras	custeio (199,00)	Material de expediente	704,93	custeio
	Total	1.770,60	Material de construção	1.532,00	custeio
	Matemática	6 dominós de adição em EVA	custeio (300,00)	Colocação de telhado	1.980,00
6 dominós de fração em EVA		custeio (300,00)	Material permanente	1.043,10	capital
3 ábacos		custeio (101,70)	Material de expediente	135,00	custeio
3 mats. pedagógicos dourado		custeio (179,70)	camisa machão	378,80	custeio
3 Tangrans		custeio (23,70)	Recarga de cartucho	155,00	custeio
6 blocos lógicos em madeira		custeio(209,40)	Obras e instalações	1.740,00	custeio
6 lotos aritméticos		custeio (84,00)	Material elétrico	230,72	custeio
10 trenas		custeio (499,00)	Material de expediente	784,86	custeio
6 jogos alfanuméricos		custeio (780,00)	Material de construção	242,67	custeio
6 jogos de números com pinos		custeio (90,00)	Toner	60,00	custeio
Total		2.567,50	Camisas	297,00	custeio
Capoeira	2 caxixis (instrum.musical)	capital (30,00)	Master e tinta p/duplicador/toner	300,00	custeio
	1 pandeiro	capital (150,00)	Material de expediente	777,28	custeio
	1 par agogô	capital (35,00)	Transporte p/Emani Faria	350,00	custeio
	60 camisetas de malha fio 30	custeio (600,00)	Tranporte p/Museu da Marinha	480,00	custeio
	5 berimbaus completo	capital (375,00)	Transporte p/Petrópolis	900,00	custeio
	Total	1.190,00	Material de expediente	102,44	custeio
Dança	01 microsystem com toca CD	capital (600,00)	Construção de telhado	1.680,00	custeio
	100 camisetas	custeio (800,00)	Transporte p/SESC	350,00	custeio
	20 CDs para dança	custeio (360,00)	Conserto e nivelamento piso	1.670,00	custeio
	Total	1.760,00	Tampa de sistema	170,00	custeio
Teatro	4 Kit de costura de mão	custeio (100,00)	Massaranduba/telha/cimento	433,00	custeio
	30 m de tecido de algodão	custeio (240,00)	Material de expediente	838,98	custeio
	50 m de tecido failete em cortes	custeio (250,00)	Material de expediente	49,78	custeio
	10 Kits de maquiagem	custeio (1.000,00)	Camisas	138,60	custeio
	1 microsystem com CD	capital (500,00)	Master e tinta p/duplicador	315,00	custeio
	20 CDs diversos	capital (500,00)	Material de construção	221,80	custeio
	Total	2.590,00	Conserto piso/pintura quadra	1.520,00	custeio
			troféu/medalha/bomba	75,00	custeio
			Transporte p/ clube tamoio	380,00	custeio
			Transporte p/Museu Hist.Nacional	850,00	custeio
			Unha fusor/rolo pressão p/copiad.	290,00	custeio
			Material de construção	104,07	custeio
			Material de construção	160,20	custeio
		Camisa	590,00	custeio	
		Transporte p/SESC	380,00	custeio	
		Transporte p/Fortaleza Sta.Cruz	850,00	custeio	
		Pintura e conserto telhado	1.270,00	custeio	
		Tintas	133,00	custeio	
		cartucho	80,90	custeio	
		Total	27.358,74		

Kits sugeridos x materiais adquiridos/Fonte: Prestação de contas. Quadro elaborado pela autora.

Nesta tabela, só identificamos como materiais que poderiam ser justificados ao desenvolvimento do programa, o que se refere a camisas e troféus, demonstrando que houve uso indevido dos recursos enviados pelo FNDE para o programa mais educação. Demonstra investimento em transporte pertinente aos objetivos do Programa, mas em valor excessivo de R\$ 4.540,00, o que corresponde a 16% do valor recebido no ano de 2012 (R\$ 27.038,10). Também podemos observar um valor discrepante investido em obras, como: tintas para parede, tampa de cisterna, conserto de telhado, material para construção, nivelamento de piso, dentre outros, num total de R\$ 13.087,46, correspondendo a 48% dos recursos. Podemos observar que não houve nenhum investimento na oficina de teatro.

Escola Municipal C – análise de documentos

A tabela abaixo é resultado da análise dos documentos de prestação de contas do programa na Escola Municipal C. Apresenta dados dos três anos de execução, no que se refere aos itens adquiridos por categorias.

Tabela 6 – Kits adquiridos por categorias E.M.C.

Categorias:	2010	2011	2012
Camisas		1.390,00	850,00
Matl.papelaria/expediente	2.642,94	4.196,36	7.852,86
Jogos educativos/Matl.Educac.	1.476,91	3.022,00	884,00
Bolo/Atividades extra-classe/Transporte	600,00	1.000,00	4.970,00
Aquisição de equipamentos			
Recarga/cartucho		300,00	140,00
Adequação do espaço físico/Reparos			

Categorias de Kits adquiridos da E.M.C.

Fonte: Prestação de contas. Tabela organizada pela autora.

A análise desta tabela por categorias nos deixa claro o alto investimento em material de papelaria/expediente nos três anos da pesquisa, bem como um investimento muito alto em atividades extraclasse no ano de 2012, cujos objetivos não ficam claros através da análise das notas fiscais. Este fato nos levou a retornar à escola no intuito de entendermos os objetivos para tamanho investimento em passeios escolares. Neste retorno, indagamos à coordenadora do programa se realmente havia necessidade de tamanho investimento para que os objetivos do programa pudessem ser atingidos. A resposta foi bastante esclarecedora, dizendo que: “nessa escola sempre passeamos muito mesmo”, o que nos levou a perceber que de fato não houve uma preocupação no investimento, se este estaria colaborando para que os objetivos

das oficinas propostas pelo programa fossem atingidos, mas sim em manter uma prática usual da escola.

Quadro 23 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.C. no ano de 2010

ESCOLA MUNICIPAL C					
2010					
Oficinas realizadas: Letramento, Matemática, Pintura, Prevenção e Promoção a Saúde, PST e Banda Fanfarra					
kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/c
Letramento	6 Alfabetos móveis em madeira	custeio (287,40)	Material p/expediente	798,64	custeio
	10 Bingos de Letras	custeio (399,00)	Material para Pintura	163,34	custeio
	10 baralhos de letras	custeio (199,00)	Material p/expediente	67,75	custeio
	6 varais de letras	custeio (210,00)	Material de Pintura	1.063,29	custeio
	6 dominós de leitura e escrita	custeio (65,40)	Material p/expediente	846,55	custeio
	6 cartas para ditado	custeio (143,40)	Matl.Letram.e Matem.	250,28	custeio
	6 jogos de memória de sílabas	custeio (77,40)	Material p/expediente	480,00	custeio
	10 jogos de cruza lera	custeio (190,00)	Material p/expediente	240,00	custeio
	10 jogos primeiras palavras	custeio (199,00)	Serv.Transport.alunos	600,00	custeio
	Total	1.770,60	Material p/expediente	210,00	custeio
Matemática	6 dominós de adição em EVA	custeio (300,00)	Total	4.719,85	
	6 dominós de fração em EVA	custeio (300,00)			
	3 ábacos	custeio (101,70)			
	3 matls. pedagógicos dourado	custeio (179,70)			
	3 Tangrans	custeio (23,70)			
	6 blocos lógicos em madeira	custeio (209,40)			
	6 lotos aritméticos	custeio (84,00)			
	10 trenas	custeio (499,00)			
	6 jogos alfanuméricos	custeio (780,00)			
	6 jogos de números com pinos	custeio (90,00)			
Total	2.567,50				
Pintura	200m papel pardo	custeio (78,00)			
	10 pinças número 2	custeio (20,00)			
	10 pinças número 6	custeio (25,00)			
	10 pinças número 8	custeio (25,00)			
	10 pinças número 12	custeio (30,00)			
	10 pinças número 16	custeio (35,00)			
	10 pinças número 0	custeio (20,00)			
	30 tintas de alto relevo	custeio (120,00)			
	30 tintas de tecido	custeio (180,00)			
	30 tintas de expansão	custeio (600,00)			
30 tintas tempera	custeio (600,00)				
05 cavaletes flip chart	custeio (325,00)				
Total	2.058,00				
Prev.Promoção a Saúde	FNDE				
PST	Ministério dos Esportes				
Banda Fanfarra	FNDE				

Kits sugeridos x materiais adquiridos.

Fonte: Prestação de contas. Quadro elaborado pela autora.

Neste quadro, podemos observar que o investimento nas oficinas de Matemática e Letramento somariam R\$ 4.338,10, porém as notas fiscais demonstram que investiram apenas o valor de R\$ 250,28, o que nos leva a pensar se realmente os objetivos do programa em trabalhar com atividades lúdicas poderiam atingir sua finalidade. No entanto, o investimento em material de papelaria/expediente, conforme podemos observar na tabela 9, organizada por categorias, foi de R\$ 2.642,94, materiais estes de uso geral da escola, conforme análise das notas fiscais. Observamos também que houve investimento de R\$ 1.226,63 num total de R\$

2.058,00 na oficina de pintura, demonstrando que os recursos não foram utilizados em sua totalidade.

Quadro 24 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.C. no ano de 2011

ESCOLA MUNICIPAL C					
2011					
Oficinas realizadas: Letramento, Matemática, Pintura, Prevenção e Promoção a Saúde, PST e Banda Fanfarra					
kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/c
Letramento	6 Alfabetos móveis em madeira	custeio (287,40)	Material p/expediente	911,46	custeio
	10 Bingos de Letras	custeio (399,00)	Recarga cartucho	300,00	custeio
	10 baralhos de letras	custeio (199,00)	Material p/expediente	1.433,41	custeio
	6 varais de letras	custeio (210,00)	Material p/expediente	285,99	custeio
	6 dominós de leitura e escrita	custeio (65,40)	Matl.Letram.e Matem.	1.353,00	custeio
	6 cartas para ditado	custeio (143,40)	Transp.MAC/SESC	400,00	custeio
	6 jogos de memória de sílabas	custeio (77,40)	Jogos pedagógicos	400,00	custeio
	10 jogos de cruza lera	custeio (190,00)	Camisas	1.390,00	custeio
	10 jogos primeiras palavras	custeio (199,00)	Material p/expediente	1.471,57	custeio
	Total	1.770,60	Matl.Letram.e Matem.	919,00	custeio
Matemática	6 dominós de adição em EVA	custeio (300,00)	Show circense	600,00	custeio
	6 dominós de fração em EVA	custeio (300,00)	Coleções didáticas	350,00	custeio
	3 ábacos	custeio (101,70)	Material p/expediente	93,93	custeio
	3 matls. pedagógicos dourado	custeio (179,70)	Total	9.908,36	
	3 Tangrans	custeio (23,70)			
	6 blocos lógicos em madeira	custeio (209,40)			
	6 lotos aritméticos	custeio (84,00)			
	10 trenas	custeio (499,00)			
	6 jogos alfanuméricos	custeio (780,00)			
	6 jogos de números com pinos	custeio (90,00)			
Total	2.567,50				
Pintura	200m papel pardo	custeio (78,00)			
	10 pinceis número 2	custeio (20,00)			
	10 pinceis número 6	custeio (25,00)			
	10 pinceis número 8	custeio (25,00)			
	10 pinceis número 12	custeio (30,00)			
	10 pinceis número 16	custeio (35,00)			
	10 pinceis número 0	custeio (20,00)			
	30 tintas de alto relevo	custeio (120,00)			
	30 tintas de tecido	custeio (180,00)			
	30 tintas de expansão	custeio (600,00)			
30 tintas tempera	custeio (600,00)				
05 cavaletes flip chart	custeio (325,00)				
Total	2.058,00				
Prev.Promoção a Saúde	FNDE				
PST	Ministério dos Esportes				
Banda Fanfarra	FNDE				

Kits sugeridos x materiais adquiridos.

Fonte: Prestação de contas. Quadro elaborado pela autora.

Neste quadro, podemos observar que o investimento em material de expediente, continuou sendo alto, num total de R\$ 4.196,36, o que nos levou a análise das notas fiscais, onde constatamos que alguns desses materiais se referem a oficina de pintura, porém muitos são de uso necessários ao funcionamento da escola, como: fita metaloide, papel camurça, refil para pistola quente, tesoura escolar, cola, lápis de cor, dentre outros. Materiais estes de uso geral da escola e dos professores, que deveriam ser adquiridos com a verba do PDDE e não do PDDE/Integral. Encontramos também recarga de cartuchos que não aparece em nenhum dos

kits sugeridos, assim como show circense contratado na semana da criança para todos os alunos, conforme demonstrado na prestação de contas e relatado na entrevista.

Quadro 25 - Kits sugeridos x materiais adquiridos pela E.M.C. no ano de 2012

ESCOLA MUNICIPAL C					
2012					
Oficinas realizadas: Campos do Conhecimento, Dança, Pintura e Corrida de Orientação					
Kit sugerido:			Kit adquirido	Valor	custeio/capital
Campos do Conhecimento	Álbum Seriado: "O que é vida saudável?"	FNDE	Mats.Exped.e Pedagógicos	2.843,91	custeio
	Ciência Hoje na Escola, volume 13 - Conversando sobre saúde com adolescentes	FNDE	Transporte Piscina SG	350,00	custeio
	Almanaque Cultural da Saúde	FNDE	Mats.Exped.e Pedagógicos	1.038,13	custeio
	Ciência Hoje na Escola, volume 14 - Conversando sobre saúde com crianças	FNDE	Lona Divertida Dance school	720,00	custeio
	Escola que Protege: enfrentando violência contra jovem e adolescente	FNDE	Recarga Tonner	140,00	custeio
	Manual de Alimentação Saudável para profissionais de educação e de saúde	FNDE	Transporte 2 ônibus Cinema	800,00	custeio
	Saúde e Prevenção nas Escolas – Diretrizes	FNDE	Mats.Exped.e Pedagógicos	625,39	custeio
	Saúde e Prevenção nas Escolas – Guia para Formação de Profissionais de Saúde e Educação	FNDE	Transporte jardim zoológ.	500,00	custeio
	Saber Saúde- INCA	FNDE	Jogos Pedagógicos	740,00	custeio
	30 Caderneta de Saúde do Adolescente	FNDE	Transp.culminância Progr.	400,00	custeio
	Vamos Cuidar do Brasil – conceitos e práticas de educação ambiental na escola	FNDE	Mats.Exped.e Pedagógicos	1.409,96	custeio
	Manual Olhar Brasil	FNDE	Transp. Teatro Carequinha	400,00	custeio
	1 Un Globo terrestre	80,00 (capital)	Transp.2 onibus Petrópolis	1.800,00	custeio
	1 Un Mapa mundi	18,00 (capital)	Mats.Exped.e Pedagógicos	936,63	custeio
	1 Un Mapa do Brasil	18,00 (capital)	Mats.Exped.e Pedagógicos	998,84	custeio
	1 Un Mapa do Estado	18,00 (capital)	camisas	850,00	custeio
	1 Un Mapa da Região	18,00 (capital)	Jogos Pedagógicos	144,00	custeio
	2 Un Atlas geográfico	180,00 (capital)	Total	14.696,86	
	5 Un Bússola	150,00 (capital)			
	1 Un Sistema muscular/circulatório	79,80 (custeio)			
	1 Un Estação meteorológica	489,00 (capital)			
	1 Un Microscópio	459,00 (capital)			
	1 Un Balança de bancada	160,00 (capital)			
	5 Un Lupa	125,00 (custeio)			
	2 Un Binóculo	360,00 (capital)			
	6 Un Dominó de adição em EVA	300,00 (custeio)			
	6 Un Dominó de fração em EVA	300,00 (custeio)			
	3 Un Ábaco 33,90 - 101,70	101,70 (custeio)			
	3 Un Material pedagógico dourado	179,70 (custeio)			
	3 Un Tangran 7,90 - 23,70	23,70 (custeio)			
	6 Un Bloco lógico em madeira	209,40 (custeio)			
	6 Un Loto aritmético	84,00 (custeio)			
	6 Un Trena	299,40 (custeio)			
	3 Un Jogo alfa numérico	390,00 (custeio)			
	6 Un Jogo de números com pinos emborrachados	90,00 (custeio)			
	30 Un CD regrabable	120,00 (custeio)			
	1 Un Câmera digital	400,00 (capital)			
	5 Un Recurso para produção de materiais diversos de literaturas em geral	750,00 (custeio)			
	1 Un Gravador áudio digital MP3 540h	120,00 (capital)			
	30 Mil Papel para impressora A4 ou serviço de impressão	450,00 (custeio)			
	5 Un Cartucho para impressora ou serviço de impressão	450,00 (custeio)			
	1 Un Formação, monitoramento, material didático do estudante, etc.	500,00 (custeio)			
	Total	7.923,60			
Dança	01 microsystem com toca CD	capital (400,00)			
	100 camisetas	custeio (800,00)			
	20 CDs para dança	custeio (360,00)			
	Total	1.560,00			
Pintura	Papel pardo	custeio (78,00)			
	10 Un Pincel 815 nº 2	custeio (20,00)			
	10 Un Pincel 815 nº 6	custeio (25,00)			
	10 Un Pincel 815 nº 8	custeio (25,00)			
	10 Un Pincel 815 nº 12	custeio (30,00)			
	10 Un Pincel 815 nº 16	custeio (35,00)			
	10 Un Pincel 815 nº 0	custeio (20,00)			
	30 Un Tinta alto relevo/cores variadas	custeio (120,00)			
	30 Un Tinta de tecido/cores variadas	custeio (180,00)			
	30 Un Tinta expansão/cores variadas	custeio (600,00)			
	30 Un Tinta tempera/cores variadas	custeio (600,00)			
	10 Un Cavelete flip chart para bloco	custeio (650,00)			
	Total	2.383,00			
Corrida de Orientação	10 Un Bússola	capital (290,00)			
	30 Uniforme para Corrida de Orientação e/ou uniforme padrão para atividade esportiva (camiseta regata e short)	custeio (1.650,00)			
	20 Picotadores	custeio (280,00)			
	20 prismas	custeio (280,00)			
	Total	2.500,00			

Kits sugeridos x materiais adquiridos.

Fonte: Prestação de contas. Quadro elaborado pela autora.

A análise deste quadro demonstra claramente a falta de compromisso em fazer uso das verbas do programa na perspectiva de educação integral, pois não encontramos nenhum investimento na oficina campos do conhecimento, que possibilitava a compra de materiais específicos, num total de R\$ 7.923,60, assim como também não encontramos investimento nas oficinas de dança (R\$ 1.560,00) e corrida de orientação (R\$ 2.500,00). Encontramos investimento em jogos pedagógicos e material para oficina de pintura, porém parte do investimento está em desacordo com a proposta do programa, pois mesmo encontrando itens desta oficina, também encontramos nas notas fiscais, itens que não pertenciam aos kits sugeridos. Nas entrevistas, tivemos relatos de que o material que se encontrava na responsabilidade do FNDE encaminhar para as escolas, também não foi enviado.

4.2 Análise das entrevistas

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas individuais semiestruturadas, e pesquisa documental. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas duas entrevistas com três coordenadoras do PME no município de São Gonçalo que atuaram nos anos de 2010, 2011 e 2012.

As entrevistas tiveram duração média de 17 minutos, foram gravadas e, posteriormente, transcritas para então serem analisadas na perspectiva da tematização dos conteúdos. Salienta-se que houve a necessidade de um retorno ao campo para realizar novas entrevistas no intuito de completar dados mais específicos de cada entrevista.

Quando indagadas sobre a adesão do PME, disseram que o mesmo foi oferecido pela secretaria de educação, então acharam interessante e foi aceito pelas escolas, porém pude perceber nas falas que na verdade não poderiam recusar a adesão ao PME. Foram questionadas se sabiam porque a sua escola havia sido contemplada com o PME, e elas disseram que sabiam que era por conta do IDEB baixo na escola, porém uma das entrevistadas salientou que na sua escola o IDEB não era baixo.

Ao serem perguntadas sobre o espaço para atender as crianças do PME não foram inânimes em afirmar que não tinham espaço suficiente, pois tivemos uma das entrevistadas que alegou que o espaço na sua escola era o suficiente, porém as duas outras entrevistadas foram categóricas em afirmar que a secretaria de educação não se preocupou em adaptar os espaços nas escolas para receberem o programa, ficando a cargo dos diretores.

Na escolha das oficinas as três divergiram, uma delas disse que foi a equipe pedagógica quem decidiu, outra afirmou que foi de acordo com os espaços da escola e ajuda do governo (materiais), e a terceira esclareceu que foi feita uma consulta aos alunos. No quesito frequência, duas escolas disseram que acontecia certa evasão, porém faziam a reposição dos alunos, de acordo com a quantidade de vagas no programa. Uma delas chamou atenção pelo fato da frequência aumentar, pois segundo a entrevistada, o aluno participante do programa deveria ser bom aluno, tirar boas notas, ser assíduo nas aulas, o que despertava a atenção dos outros alunos em quererem fazer parte deste grupo de bons alunos do PME, porém esse relato demonstrou que com esta prática a escola se afastou dos objetivos do programa pois o aluno que não era bom, não teria nenhuma chance de melhorar.

Quando perguntamos se os professores conheciam o PME, as entrevistadas disseram que a princípio não, somente depois de algumas reuniões proporcionadas aos coordenadores das escolas na secretaria, é que foram entendendo o que era o PME e puderam explicar melhor aos professores. Porém uma das entrevistadas disse que os professores tinham certa dificuldade em aceitar o PME, pois alegavam que o PME não ajudava em nada.

O resultado do PME dentro da escola, de uma forma em geral era avaliado como satisfatório, pois ajudava muito aos pais essa permanência por um período maior dentro da escola, uma vez que as escolas se encontram em comunidades complicadas, e também o incentivo em levar para fora da escola apresentações do trabalho dos alunos do PME, porém, uma das entrevistadas salientou que não observou nenhum impacto no resultado do IDEB.

Quanto a aquisição dos kits, as três entrevistadas afirmaram que eram suficientes, porém as vezes eram necessárias substituições similares adequadas à realidade da escola. Quando indagadas sobre os recursos financeiros enviados pelo FNDE, uma das entrevistadas alegou que eram suficientes, pois não faltava material, a outra também disse que eram suficientes, porém enfrentavam problemas quando havia troca de direção, que no município de São Gonçalo é frequente, pois neste município os diretores de escolas são indicação política, então durante um mandato de prefeito isso pode ocorrer várias vezes, o que dificultava o acesso às verbas do PME, principalmente no que se refere a pagamento de monitores e compra de materiais, que deveriam passar por burocracias documentais. Nos chamou atenção a declaração de uma das entrevistas que disse que os recursos financeiros não eram suficientes, porém essa mesma escola no ano de 2012 não investiu os recursos enviados pelo FNDE nas oficinas de campos do conhecimento, dança e corrida de orientação, conforme mostramos na análise das prestações de contas do ano de 2012 da Escola Municipal C, então

nos deixou um questionamento: se não investiu nas oficinas, como pode alegar que não eram suficientes?

No questionamento sobre como eram feitas as prestações de contas, as três foram unânimes em afirmar que existiam formulários próprios enviados pelo FNDE que depois de preenchidos eram enviados para a prestação de contas da secretaria de educação.

Quando indagadas sobre os materiais adquiridos com os recursos do PME, se eram utilizados por todos da escola, as três entrevistadas afirmaram que os materiais eram disponibilizados para todos os professores e alunos. Quanto à utilização dos recursos do PME, se levavam em consideração o manual de instruções do FNDE, as entrevistadas afirmaram que sim, porém alguns materiais eram substituídos por conta dos valores divergentes no manual. A escola mencionada antes que enfrentava problemas com a troca de direção, afirma que nessas ocasiões da troca de direção a coordenadora perdia o controle da situação e não conseguia dar conta de tudo que compravam com o dinheiro do PME.

Perguntamos às entrevistadas o fato das escolas ao longo dos três anos da pesquisa diminuírem a quantidade de alunos inscritos no programa, se elas saberiam explicar o porquê aconteceu isso. As respostas foram diversas, uma das entrevistadas atribui ao fato de que no início queriam abraçar muitos alunos, depois viram que não dariam conta, diminuindo assim a quantidade; outra atribui à troca de oficina, à impossibilidade dos pais em levar o aluno ou doença do aluno; a terceira entrevistada atribui ao espaço insuficiente para a demanda da quantidade de crianças inscritas.

Analisando as prestações de contas, nos remetemos a perguntar às entrevistadas sobre a aplicação dos recursos financeiros nas oficinas, pois nas notas fiscais aparecia um alto investimento em materiais de papelaria. Uma das justificativas era de que esse material seria usado por toda a escola; outra justificativa foi o fato de usarem muito material de papelaria nas oficinas, porém não encontramos essa justificativa no manual de instruções do FNDE; e a terceira justificativa seria o fato de comprarem na loja Caçula onde não existe separação nas notas fiscais de materiais de papelaria e materiais pedagógicos.

4.3 Discussão dos resultados

Com vistas a atender aos objetivos que a pesquisa propôs, os dados coletados previamente foram analisados, por meio da análise temática. Buscamos através da entrevista

feita às três coordenadoras do PME que atuaram nos anos de 2010, 2011 e 2012, entender melhor a aplicação dos recursos financeiros enviados pelo FNDE através do PDDE/Educação Integral/PME, assim como se deram alguns procedimentos relacionados ao programa nas escolas.

A abordagem pertinente de alguns assuntos em torno do PME nos fez perceber que para as entrevistadas houve autoritarismo da secretaria de educação em não indagar se as escolas teriam ou não interesse em desenvolver em suas escolas o PME. Inicialmente verificamos nos documentos orientadores do programa que a justificativa da adesão do PME se dava em torno de que em primeiro momento, as escolas contempladas seriam as estaduais e municipais localizadas em municípios com elevados índices de vulnerabilidade social e com baixo IDEB, mas que de fato seria possível a uma escola não executar o programa, visto que o FNDE apontava as escolas que poderiam ser contempladas com o programa mas caberia à SEMED e às escolas avaliarem as possibilidades e condições para sua execução.

Mas de fato, verificamos que o programa foi apresentado aos diretores que não tinham a opção de não aderir, era uma imposição da secretaria de educação, mesmo para as escolas que não tinham espaço adequado ou suficiente. Observamos também o desconhecimento por parte dos professores, gestores e equipe pedagógica a respeito da finalidade e objetivos do PME, assim como a resistência da equipe de apoio da escola em colaborar com a organização de entrada e saída dos alunos participantes do PME. Esta situação de certa forma contraria os princípios da gestão democrática do ensino público previsto na lei nº 9.394/96 em seu artigo 14 que prevê que a proposta da escola deve ser elaborada pelos profissionais da educação e por consequência, todos os projetos deveriam estar em consonância com o PPP da unidade de ensino, bem como contraria as próprias orientações do programa, pois em seu manual consta que é necessário integrar as atividades do programa ao PPP da escola. Este fato possivelmente tenha criado algumas resistências no interior da escola para a efetivação do PME.

Duas das entrevistadas alegam que não houve nenhuma ajuda financeira por parte da prefeitura no intuito de adaptar os espaços para a implementação do PME, ficando a cargo dos diretores com recursos do próprio programa realizar as adaptações necessárias. Esta afirmação nos leva a supor que provavelmente a prefeitura não tenha feito uso dos recursos da vinculação constitucional, ou seja, de recursos dos 25% dos impostos para fortalecimento do PME, visto que não foi possível identificar destinação de recursos específicos para o PME feito pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG).

Nos despertou atenção um critério utilizado por uma das escolas da pesquisa quando nos referimos à participação dos alunos no PME. A entrevistada nos colocou que os alunos

selecionados deveriam ser alunos com boas notas e bom comportamento, o que fazia com que os alunos valorizassem o programa e assim tivessem o desejo de participar do PME, o que era bom, porém por outro lado o aluno que não era bom e possivelmente com dificuldade de aprendizagem, jamais teria acesso ao programa. Este fato contraria os objetivos do PME, visto que no decreto nº 7.083/2010 que o instituiu, define como um dos seus princípios que o direito de aprender por ser inerente a outros direitos, tais como o direito à vida e à saúde, deve ser oportunizado a todas as crianças sem critérios excludentes. Outro fato importante a ressaltar diante da fala de uma das entrevistadas, era a necessidade da comunidade em manter seus filhos por mais tempo dentro das escolas, os pais entendiam que isso já era muito importante para mantê-los seguros dentro da escola e longe da comunidade violenta da qual fazem parte.

A troca constante de diretor em uma das escolas da pesquisa trazia vários problemas na execução do PME, trocas essas feitas por questões políticas, pois como dito anteriormente, no município de São Gonçalo os diretores são indicações políticas, o que compromete a continuidade de um programa na escola visto que a verba é enviada pelo PDDE/Educação integral sob responsabilidade do diretor que quando substituído é preciso passar por toda a burocracia exigida para movimentar a conta bancária da escola. Também por esse motivo os monitores ficam sem receber o pagamento comprometendo seriamente o PME uma vez que esses monitores recebem ajuda de custos para serem utilizados com transporte e alimentação. Esta situação de troca de diretores vem se perpetuando nos sistemas de ensino, que não conseguem efetivar o disposto no decreto nº 6.094/2007, ou seja, não conseguem “fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola” ou mesmo não ampliam no âmbito de seus sistemas de ensino os princípios da gestão democrática previsto no artigo 14 da lei nº 9.394/96, permitindo que haja escolha direta de diretores escolares pela comunidade escolar.

Outro problema se dá quando esse novo diretor não entende a finalidade da verba destinada ao PME e usa de forma inadequada como a compra de uma TV de plasma não listada nos kits de materiais previstos no manual do FNDE, mesmo que alertado pela coordenadora do programa na escola de que não poderia fazer uso deste dinheiro para esses fins.

As três entrevistadas foram unânimes em dizer que os materiais adquiridos com os recursos do PME eram utilizados por todos os alunos da escola. Observamos também nas notas fiscais um alto investimento em material de papelaria o que nos sugere que esse material era de consumo geral da escola. Este fato pode encontrar explicação na precariedade em que

se encontravam as escolas municipais, o que fez com que estes utilizassem os recursos do programa para ações necessárias ao funcionamento da escola como um todo. Embora esta atitude possa ser facilmente entendida como a única possível para aqueles que se preocupavam com uma escola de qualidade, não se pode negar que isto possivelmente resultou numa não execução do programa conforme previsto nas resoluções do FNDE.

4.4 Discussão das responsabilidades institucionais

O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Educação Integral, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e destinado às escolas de territórios prioritários.

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, período este da pesquisa, a verba do PME era enviada às escolas por meio de conta bancária em nome da unidade executora das escolas municipais, onde o principal gestor é o diretor da escola, que prestava contas ao setor de prestação de contas da SEMED e não da prefeitura de São Gonçalo, conforme determina a resolução Resolução/CD/FNDE nº 17, de 19 de abril de 2011 que dispõe sobre os procedimentos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e dá outras providências.

O setor de prestação de contas da secretaria de educação era responsável pela aprovação das contas do programa de acordo com o preenchimento de formulários específicos exigidos pelo FNDE, e posterior envio ao FNDE. Porém este setor não fazia fiscalização direta às escolas com o objetivo de averiguar se de fato esse recurso era aplicado conforme notas fiscais, pois devido ao número reduzido de funcionários para tais fins essa fiscalização ficava praticamente impossível. Ressalta-se que a Entidade Executora, ou seja, a prefeitura municipal de São Gonçalo, não realizava fiscalização quanto ao uso de recursos conforme previsto na resolução do FNDE acima citada.

O setor de projetos da secretaria de educação fazia visitas constantes às escolas no intuito de orientar os aspectos pedagógicos e ajudar na superação das dificuldades encontradas na execução do programa. Nessas visitas eram verificados se realmente os materiais destinados às oficinas haviam sido adquiridos, porém este setor não era responsável pela parte financeira dos materiais adquiridos pelos responsáveis do PME nas escolas.

O FNDE não realizava nenhum tipo de monitoramento desta verba, deixando a cargo das secretarias a fiscalização dos recursos pois, provavelmente não houve denúncia de irregularidade a este órgão, ou ao TCU, ou ao MP, visto que a resolução mencionada anteriormente determina que a fiscalização realizada pelo FNDE seja feita por amostragem, e apenas em caso de denúncia, este órgão faria fiscalização direta no município, conforme podemos verificar no próprio texto da resolução :”§ 3º A fiscalização do FNDE, e de todos os outros órgãos ou entidades estatais envolvidos, será deflagrada, em conjunto ou isoladamente, sempre que for apresentada denúncia formal de irregularidade identificada no uso dos recursos do PDDE” (BRASIL, 2011).

Em consequência dessa não fiscalização do dinheiro público, nos deparamos com notas fiscais fornecidas pelas escolas pesquisadas nas quais constava a compra de uma TV 50” de plasma não prevista em nenhuma das oficinas, assim como locação de equipamentos recreativos. Estes são exemplos de algumas distorções encontradas.

Encontramos muitas dificuldades em reunir as prestações de contas dos anos desta pesquisa, pois com essa troca constante de direção no município de São Gonçalo, existe a descontinuidade de procedimentos adotados pelas diferentes direções, pois como ressaltado antes, os diretores são indicados por políticos, alguns nunca foram diretores, não conhecem a comunidade, não conhecem o PME.

As escolas não possuem um local apropriado e organizado para guardarem essas prestações de contas que são enviadas pelas escolas para a secretaria de educação com cópia. Todas as prestações de contas enviadas para a secretaria, devem ter nos arquivos das unidades escolares uma cópia, para posteriores fiscalizações, porém isso não acontece. Algumas prestações de contas não encontradas nas escolas, foram sinalizadas à secretaria de educação, que fez uma busca dentro da secretaria, que também não possui local apropriado e organizado para guardá-las, pois com a troca de secretários de educação a cada 4 anos, ou até mesmo antes disto, acontece a descontinuidade de procedimentos adotados, dificultando assim uma regularidade na organização. Somente após este procedimento finalmente pudemos ter acesso as prestações de contas não encontradas nas unidades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de observar, de comparar, de avaliar para, decidindo, escolher, com o que, intervindo na vida da cidade, exercemos nossa cidadania, se erige então como uma competência fundamental (FREIRE. 2000. p.17).

Essa pesquisa procurou investigar de que forma foram utilizados os recursos públicos, enviados do Programa Mais Educação/PDDE/Educação Integral para o município de São Gonçalo, nos anos de 2010, 2011 e 2012.

A educação de qualidade social, almejada pelos brasileiros e tão bem defendida nas conferências de educação, nos movimentos populares e nas plataformas políticas, que tem como objetivo colaborar para que todos os cidadãos tenham nas escolas acesso aos saberes científicos, artísticos e tecnológicos, sociais e históricos necessários ao seu desenvolvimento humano e inclusão social, requer coerência entre as metas estabelecidas e o financiamento destas.

A oferta de educação com vistas à formação integral dos alunos, tem Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro como precursores de práticas de educação integral que em seus projetos educativos não concebiam esta educação sem a ampliação da jornada escolar e, conforme esclarece Menezes (2014), entendiam esta ampliação como condição *sine qua non*, para uma educação integral verdadeira que não fosse confundida com sobreposição de atividades durante um período maior de permanência de alunos nas escolas.

Atualmente o ideário legal e normativo brasileiro no que se refere à educação, indica que ampliação da jornada escolar com vistas à educação integral do aluno é um objetivo a ser atingido nas escolas da educação básica. Este objetivo vem se tornando possível de ser alcançado pela existência de fontes de financiamento previstas na Constituição Federal de 1988 por meio da vinculação constitucional presente em seu artigo 212, na lei nº 9.394/96 em seu artigo 68, pelos recursos do FUNDEB e por transferências diretas feitas pelo FNDE por meio do Programa dinheiro Direto da Escola.

O Programa Mais Educação, é uma iniciativa com vistas à educação integral dos alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio e é financiado com recursos oriundos do FNDE, e contrapartidas dos entes federados. Os estudos de Menezes (2014) indicam que inicialmente este programa tinha caráter apenas compensatório com foco na ampliação da jornada escolar e que com o tempo passou a objetivar a educação integral dos alunos.

Na cidade de São Gonçalo, este programa teve início em 2008, sendo executado até a presente data. A pesquisa realizada, com foco na execução financeira do programa em três escolas municipais, nos fez perceber que possivelmente o mesmo não tenha atingido plenamente seu objetivo que é induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Esta situação pode ser entendida por diferentes perspectivas. Uma das primeiras explicações viáveis percebidas foi o fato de que o programa foi imposto pela secretaria de educação não possibilitando à escola exercer seu direito de escolha de executá-lo ou não, o que por consequência pode ter gerado dificuldade de inserí-lo no Projeto Político Pedagógico da unidade, transformando-o não em uma experiência de educação integral, mas numa experiência apenas de ampliação da jornada escolar com atividades descontextualizadas do PPP da escola.

Outra questão importante oriunda das entrevistas realizadas se refere à inadequação do espaço de duas escolas para executar o programa, o que nos sugere que um programa que se proponha a ofertar educação integral em tempo integral torna necessário pensar espaços contruídos/adaptados para este fim, tal como nos demonstraram as experiências de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Na cidade de São Gonçalo, a situação de vulnerabilidade social e violência é tão grande, que torna inviável o uso de equipamentos da comunidade do entorno conforme orientações do programa, visto que em muitos casos a própria escola é o único equipamento público do bairro com o qual a comunidade pode contar, inclusive para a segurança de seus filhos.

Quanto ao uso dos recursos financeiros, a pesquisa demonstrou que foram adquiridos materiais que não eram destinados às oficinas, ao mesmo tempo em que alguns materiais de outras oficinas não foram adquiridos. A análise das notas nos demonstra que muitos dos materiais adquiridos eram de uso geral da escola, o que demonstra que isto pode ter sido resultado da carência em que se encontrava a escola.

Em relação à fiscalização das contas, concluímos que por não ter havido denúncia em relação o ao uso das verbas, o FNDE deu por aprovada as contas deste município. Entretanto esta falta de denúncia não isentava a prefeitura de conferir se o que era comprado correspondia às oficinas realizadas e nem as escolas de cumprir suas reponsabilidades com os programas. Esta falta de ação fiscalizadora da prefeitura, e atuação das escolas, gerou distorções de gastos, com aquisição de materiais não indicados para as oficinas impossibilitando que o programa atingisse todos os seus objetivos.

Embora o programa tenha apresentado pontos positivos possibilitando aos alunos a vivência de atividades diversificadas no contraturno, a pesquisa demonstrou a necessidade de maior envolvimento, responsabilidade e monitoramento da equipe escolar e da secretaria de educação, a fim de que problemas apresentados pela pesquisa sejam superados, bem como também demonstrou a necessidade de maior controle social do uso de verbas públicas.

O que verificamos é que longe de induzir uma política pública de educação integral, o programa na realidade apenas oportunizou atividades com caráter mais compensatório do que emancipatório conforme se espera de uma política de educação integral. Notoriamente, o PME foi entendido pelas escolas mais como uma fonte de recursos financeiros, do que uma política de educação integral.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. 5^a ed., Petrópolis: RJ, 2014.

BOMENY, Helena. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2224/2191>> Acesso em: 05 set. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). *Parecer nº 8/2010*, aprovado em 05 de maio de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5063-parecercne-seb8-2010&Itemid=30192> Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 05 set. 2016.

_____. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 07 set. 2016.

_____. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 07 set. 2016.

_____. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 08 out. 2016.

_____. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 08 out. 2016.

_____. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 09 out. 2016.

BRASIL. Constituição (1967). Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. *Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm> . Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. *Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm> . Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 24, de 01 de dezembro de 1983. *Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc24-83.htm>. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. *Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm> . Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. Decreto nº 6.003, de 28 de dezembro de 2006. *Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art. 212, § 5º, da Constituição, e as Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D6003.htm>. Acesso em 20 fev. 2016.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. *Plano de Metas Compromisso todos Pela Educação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. *Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. *Dispõe sobre o Programa Mais Educação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 872, de 15 de setembro 1969. *Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10872.htm>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. FNDE (2007). Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>>. Acesso em: 03 agost. 2016.

_____. FNDE (2007). Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 08 agost. 2017.

_____. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)*. Liberações de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola/Educação Integral: Nível Brasil – Escolas Municipais e Estaduais. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <marcia.marcioquesta@gmail.com> em 08 fev. 2017.

_____. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)*. Recursos do PDDE/Educação Integral, entre 2008 e 2016, ao município de São Gonçalo/RJ. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <marcia.marcioquesta@gmail.com> em 16 jan. 2017.

_____. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. *Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964. *Institui o Salário-Educação e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4440.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968. *Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5537.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabele as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. *Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. *Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> . Acesso em: 15 de abr. 2016.

_____. Lei nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003. *Altera o § 1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o Salário-Educação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.832.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. *Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 16 abr. 2016.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 16 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação(MEC). Anísio Teixeira/Clarice Nunes. Fundação Joaquim Nabuco. *Coleção Educadores*. Brasília, 2010. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4689.pdf>>

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica. *Conselho Escolar e o Financiamento da Educação no Brasil*. Caderno 7, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica. *Manual de educação integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE*, Brasília, 2009. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pdde/manual_educacao_integral_2009_retificado.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC). *Mais Educação passo a passo*. Brasília, 2009, p.7. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação (MEC). Série Mais Educação. Rede de Saberes. *Mais Educação*. 1ª edição, Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o *Programa Mais Educação*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Projeto de Lei nº 67, de 1992. *Estabelece as diretrizes e fixa as bases da educação nacional*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/26418/pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? *Educação e Sociedade*, Campinas, v.23, n.81, p. 247-270, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13940.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e Educação Integral. *Paidéia*. Ribeirão Preto. v. 20, n. 46, p. 249-259. Maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

COELHO, Lígia Martha. Apenas o professor pode atuar na educação integral? *Revista Pedagógica Pátio*. Ano XIII, n. 51, ago./out. 2009a, p.34-37, entrevista concedida a Sueli de Lima.

_____. História (s) da educação integral. *Em Aberto*, Brasília, v.22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009b. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2222/2189>>. Acesso em: 21 out. 2016.

COELHO, Lígia Martha e MENEZES, Janaina. ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 30ª 2007, Caxambu/MG. Tempo integral no ensino fundamental: ordenamento constitucional/legal em discussão. Rio de Janeiro: ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt13-3193-int.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2017.

CORDEIRO, Célia Maria Ferreira. Anísio Teixeira, uma “visão” do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 42, p. 241-258, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a12.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol.29, n.105, pp.1187-1209. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

DAVIES, Nicholas. O Financiamento da Educação Estatal no Brasil: novos ou velhos desafios? *Revista Educação On-line*, PUC-Rio, nº 10, p. 31-63, 2012. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20042/20042.PDFXXvmi=xnJwbOENMeMKNiJVv3qIvkWiQTqSv4U4rFBEugrhuf3jxNf5QHNn2KGTf8MbdIgGoSkU9NdF3gZC4fHVWvj0h0TW9H9mpq3PjoLscZ8gg8SlnBhk8BkpCenMVx9mZddiCZMPZV6g40CrBTNJv8a9nxVk66I6jWoWWcNV8TccTPFvKsfgCp0Zml6s4cM1BKZOxUWs8amxQSIj90VAqWzNiGgmS4ouPojokhRsrfrj9bDiczTDvtrPaId3NDxD2S2>> Acesso em: 20 agost. 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

FARIA, Roberto. *Educação Municipal*, A Intervenção das Políticas Federais: Reflexos na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Fundação Cesgranrio: Quartet, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. 2ª impressão da 43ª edição.p.30.

FREIRE. Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. SP: Editora UNESP, 2000.

GONÇALVES, Larissa Silva. *A evolução tempo-espacial da implementação do ensino em jornada ampliada no município de São Gonçalo: através do Programa Mais Educação*. (Monografia de Graduação em Geografia) – UERJ/FFP, São Gonçalo, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), *CAIC: Solução ou Problema?* Texto para Discussão nº 363. Janeiro, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização*. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário Integral. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 15-31, 2009. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2218/2185>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso; MELO, Nathália Cunha de Melo; GONÇALVES, Larissa Silva. Programa Mais Educação: proposta nacional, implementação local. In: ALVARENGA, Marcia Soares; TAVARES, Maria Tereza Goudard (orgs.). *Poder Local e Políticas Públicas para Educação em Periferias Urbanas do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2015, p. 134-172.

MENEZES, Janaina Specht da Silva. A Vinculação Constitucional e Recursos para a Educação: Os (Des) Caminhos do Ordenamento Constitucional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.30, p149 –163, jun 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/30/art10_30.pdf>. Acesso em 23 de jan. 2018.

MENEZES, Janaina Specht da Silva. Educação em tempo integral: direito e financiamento. *Revista Educar*, Curitiba, n. 45, p. 137-152, jul/set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n45/10.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2016.

MOLL, Jaqueline. *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempo e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. *Educação & Sociedade, Campinas, ano XXI, n. 73, dez. 2000*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4203.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2016.

_____. Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 125, 2009. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2225/2192>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenação de Gestão de dados. Maio de 2017.

REVISTA HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. *Manifesto dos pioneiros*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SANTOS, Karyne Alves dos. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 2 N. Especial – pag 312-326 (jun - out 2016): “Vozes da Educação”. Disponível em: <<file:///C:/Users/Marcia/Downloads/25514-80598-1-SM.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

SÃO GONÇALO (Rio de Janeiro). Lei nº 658 de 09 de dezembro de 2015. *Plano Municipal de Educação*. Disponível em: <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/diario/2015_12_09.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SILVA, Fábio Renato da. *A Atuação de Darcy Ribeiro no Senado Federal*. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/agosto 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SOUZA, D.B; MENEZES, J.S.S.; COELHO, L.M.C.C.; BERNADO, E.S.; *Cadernos de Pesquisa* v.47 n.164 p.540-561 abr./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n164/1980-5314-cp-47-164-00540.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

SOUZA, Edilson. *Diálogos entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro – o projeto educacional de Brasília (1960) e o Programa Especial de Educação - I PEE Rio de Janeiro (1980)*. (Tese de Doutorado) – UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. *Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã*. (Tese de Doutorado) – UFF, Rio de Janeiro, 2003.

TAVARES, Maria Tereza Goudard; TORRES, Rosane dos Santos. *A educação escolar gonçalense no século XIX; nas marcas do passado, pistas para a compreensão do presente*. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação EDUFU/Editora da Universidade Federal de Uberlândia/MG de 17 a 20/04/2006 – Uberlândia/MG. Disponível em: <www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/principal.htm>. Acesso em: 18 ago. 2017.

TEIXEIRA, Anísio (1997). *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. 2ªed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

ANEXO B - Notas Fiscais do C.M.A



PARCO PAPELARIA LTDA
 AV. VISCONDE DO RIO BRANCO Nº 287
 CENTRO - NITERÓI - RJ
 CEP: 24.020-002 - FONE: (21) 2621 - 4111

DANFE
 DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
 1 - SAIDA 1

Nº 34259
 SÉRIE 1
 FOLHA 1/4



CHAVE DE ACESSO
3312 1005 2140 5300 1524 5500 1000 0342 5911 4801 4976

Consulte de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

RAZÃO SOCIAL
VENDAS DE MERCADORIA

INSCRIÇÃO ESTADUAL
77943692

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TERC. PARCELARIA

CNPJ
05.214.053/0015-24

DADOS DA NF-e PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
33120134362331810/2012 1556-16

DATA DE EMISSÃO
18/10/2012

DATA DE ENTRADA SAÍDA
18/10/2012

UF
RJ

FATURA / DUPLICATA

BASE DE CÁLCULO DO ICMS
572,21

VALOR DO ICMS
108,22

VALOR DO FRETE
0,00

BASE DE CÁLCULO DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO
0,00

VALOR DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO
0,00

VALOR DO SEGURO
0,00

DESCONTO
0,00

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00

VALOR TOTAL DO IP
0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
2.208,69

VALOR TOTAL DA NOTA
2.208,69

RAZÃO SOCIAL
PARCO PAPELARIA LTDA

ENDEREÇO
AVENIDA VISCONDE DO RIO BRANCO

MUNICÍPIO
NITERÓI

QUANTIDADE
1

ESPECIE
VOLUME(S)

UF
RJ

CNPJ
05.214.053/0015-24

INSCRIÇÃO ESTADUAL
77943692

PESO BRUTO
75,130

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	NCM/SH	C.S.T.	CFOP	UN.	QUANT.	V. UNITARIO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	ALÍQUOTAS (%)	V. IPI
183973	APONTADOR ESC. C/ DEPOSITO 363 R.30.7200 ATACADO - POTE C/24 - CIS	82141000	060	5405	PT	3.000	6,0000	18,24				
194150	AVENTAL INFANTIL CRISTAL REF. RM ATACADO - IND UNID - HEWELYN	54075210	000	5102	UN	15.000	6,3200	94,80	94,80	18,01	19,00	
125574	BORRACHA MERCUR 40. ATACADO - CAIXA C/40 - MERCUR	40169200	000	5405	CX	3.000	10,6100	31,83				
20260	CADARCO REF.6A1 AZUL MARINHO ATACADO - RÓLO C/100MTS - TATI BITATY	56074100	000	5102	RL	1.000	17,3000	17,30	17,30	3,29	19,00	
2563	CANETA COMPACTOR COLOR 12 CORES ATACADO - PCT C/5 - COMPACTOR	960851000	060	5405	PC	1.000	52,6700	52,67				
3187	CANETA COMPACTOR COLOR AZUL ATACADO - CAIXA C/12 - COMPACTOR	96085200	060	5405	CX	1.000	12,6900	12,69				
3188	CANETA COMPACTOR COLOR VERDE ESCURO ATACADO - CAIXA C/12 - COMPACTOR	96085200	060	5405	CX	1.000	12,6900	12,69				
2566	CANETA COMPACTOR COLOR VERMELHO ATACADO - CAIXA C/12 - COMPACTOR	96085200	060	5405	CX	1.000	12,6900	12,69				
2562	CANETA HIDROCOR NEOPEN MIRM 24 CORES ATACADO - PCT C/5 - COMPACTOR	96085200	060	5405	PC	3.000	46,9100	140,73				
2905	CARTOLINA DUPLA FACE 48X66 120GM2 VERDE CLARO ATACADO - PCT C/20 - BRIART	48109200	000	5102	PC	1.000	7,8000	7,80	7,80	1,40	18,00	
1666	CARTOLINA DUPLA FACE 48X66 120GM2 VERMELHO ATACADO - PCT C/20 - BRIART	48109200	000	5102	PC	1.000	7,8000	7,80	7,80	1,40	18,00	
219840	CARTOLINA LAMINADA 48X60 VERMELHO ATACADO - PCT C/20 - V.M.P	76071190	060	5405	PC	1.000	17,2000	17,20				
1652	CARTOLINA LAMINADA 48X59 170GM DOURADO ATACADO - PCT C/20 - ALUMIPEL	76071190	060	5405	PC	1.000	17,2000	17,20				
1654	CARTOLINA LAMINADA 48X59 170GM VERDE ATACADO - PCT C/20 - ALUMIPEL	76071190	060	5405	PC	1.000	17,2000	17,20				
95048	COLA COLORIDA 250GRS AMARELO ATACADO - IND UNID - KIT	35069120	060	5405	UN	2.000	2,6100	5,22				
95049	COLA COLORIDA 250GRS AZUL ATACADO - IND UNID - KIT	35069120	060	5405	UN	2.000	2,6100	5,22				
95050	COLA COLORIDA 250GRS PRETO ATACADO - IND UNID - KIT	35069120	060	5405	UN	2.000	2,6100	5,22				
95051	COLA COLORIDA 250GRS VERDE ATACADO - IND UNID - KIT	35069120	060	5405	UN	2.000	2,6100	5,22				

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
FNDE - MAIS EDUCAÇÃO

VENDEDOR: ALINE VIEIRA/ PAGAMENTO: CHEQUE A VISTA / ALIQ. 0% BASE C. 1636,48 V ICMS 00,00 / ALIQ. 19% BASE C. 517,02 V ICMS 98,23 / ALIQ. 18% BASE C. 55,19 V ICMS 00,93 / IMPOSTO RETIDO POR SUBSTITUIÇÃO CONFORME RICMS RJ ART 27 LIVRO II, INC. II, LIVRO II, ANEXO I ART 2 LIVRO II / PROCON: RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 519 TERREO, CENTRO, NITERÓI, RJ. TEL.: (21) 21151 / COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ALERI TEL.: (21) 2588 8418 RUA ALFANDEGA, 08 CENTRO RJ

RESERVADO AO FISCAL



PARCO PAPELARIA LTDA
AV. VISCONDE DO RIO BRANCO Nº 287
CENTRO - NITERÓI - RJ
CEP: 24.020-002 - FONE: (21) 2621 - 4114

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR
DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº 34259
SÉRIE I
FOLHA 2/4



CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONAL DA NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDAS DE MERCADORIA
INSCRIÇÃO ESTADUAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA

DADOS DA NF-e
PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
33312013426223 18/10/2012 15:56:16
CNPJ
05.214.053/0015-24

Table with columns: COD. PROD., DESCRICAO DOS PRODUTOS, NCM/EH, C.S.T., COOP, UN., QUANT., V.UNITARIO, V.TOTAL, ICMS, ICMST, V.CAS, ALIQUOTAS, V.IPI. Includes handwritten 'FONTE - MAIS EDUCACAO' and 'DADOS DO PRODUTOS/SERVICOS'.



PARCO PAPELARIA LTDA
AV. VISCONDE DO RIO BRANCO Nº 287
CENTRO - NITERÓI - RJ
CEP: 24.020-002 - FONE: (21) 2621 - 4114

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR
DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº 34259
SÉRIE I
FOLHA 3/4



CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONAL DA NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDAS DE MERCADORIA
INSCRIÇÃO ESTADUAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA

DADOS DA NF-e
PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
33312013426223 18/10/2012 15:56:16
CNPJ
05.214.053/0015-24

Table with columns: COD. PROD., DESCRICAO DOS PRODUTOS, NCM/EH, C.S.T., COOP, UN., QUANT., V.UNITARIO, V.TOTAL, ICMS, ICMST, V.CAS, ALIQUOTAS, V.IPI. Includes handwritten 'FONTE - MAIS EDUCACAO' and 'DADOS DO PRODUTOS/SERVICOS'.



PARCO PAPELARIA LTDA
AV. VISCONDE DO RIO BRANCO Nº 287
CENTRO - NITERÓI - RJ
CEP: 24.020-002 - FONE: (21) 2621 - 4111

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR
DA NOTA FISCAL
314 ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAIDA
Nº 34259
SÉRIE 1
FOLHA 4/4

Barcode and DANFE key information: CHAVE DE ACESSO 3312 1005 2140 5300 1524 5500 1000 0342 5911 4801 4976

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDAS DE MERCADORIA
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 77943692
INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA
DADOS DA NF-e: 05.214.053/0015-24
PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO: 3312014362331 18/10/2012 15:56:16

Main table with columns: QNTD, DESCRICAO DOS PRODUTOS, NCM/SH, CEST, CTEP, UN, QUANT, V. UNITARIO, V. TOTAL, B.C. ICMS, V. ICMS, ALIQUOTAS, V. IPI, V. PIS. Includes a stamp 'FNDE - MAIS EDUCAÇÃO'.

Detailed DANFE form for NOVA CASA BAHIA S/A. Includes sections for IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE, DANFE, CÁLCULO DO IMPOSTO, TRANSPORTADOR, and ENDEREÇO. Includes a stamp 'FNDE - MAIS EDUCAÇÃO'.

ANEXO C - Notas Fiscais do E.M.B

108

RECEBEMOS DE WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA CNPJ : 93.209.765/0305-39 OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NOTA FISCAL 000.835.302											
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR												
WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA ESTRADA DE ACESSO JANDIRA,1400 FAZ. ITAQUI - BARUERI - SP CEP : 06442-130		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA <input type="checkbox"/> 1 - SAIDA <input checked="" type="checkbox"/> Nº 000.835.302 SÉRIE: 29 FOLHA: 1/1											
		CHAVE DE ACESSO 3512 0693 2097 6503 0539 5502 9000 8353 0210 3256 0263 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora											
NATUREZA DE OPERAÇÃO VENDA MERC.SUJ.ST A CTB.SUBST		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135120347225355 21/6/2012 17:04:43											
INSCRIÇÃO ESTADUAL 206259596115	INSC. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 93.209.765/0305-39											
DESTINATÁRIO/EMISSOR		CNPJ/CPF											
NOME/RAZÃO SOCIAL		DATA DE EMISSÃO 21/06/2012											
		DATA DE ENTRADA/SAÍDA 21/06/2012											
		NORA DE SAÍDA											
FATURA/DUPLICATAS													
FATURA/DUPLICATA	VENCIMENTO	VALOR	FATURA/DUPLICATA										
CÁLCULO DO IMPOSTO													
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST										
0,00	0,00	0,00	0,00										
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	DESPESAS ACESSÓRIAS										
0,00	0,00	54,90	0,00										
VALOR DO IPI			VALOR TOTAL DA NOTA										
0,00			1.043,10										
TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS													
RAZÃO SOCIAL	Frete por conta	CÓDIGO ANTT	Placa do veículo										
JRD LOGISTICA LTDA	0 - Emitente 1 - Destinatário <input checked="" type="checkbox"/>												
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL										
RUA DOUTOR FREIRE CISNEIRO	SAO PAULO	SP	149744148111										
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	WOMERACÃO										
1,000 DIG.													
PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO											
24,000		24,000											
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS													
Cód. Produto	Descrição dos Produtos/Serviços	NCM/SH	QT	CPF	UN	Quant.	V. Unitário	Valor Total	Base Calc. ICMS	Valor ICMS	Valor IPI	Aliq. ICMS	Aliq. IPI
344849	COMPUTADOR AMD BRASUS E350 (DUAL CORE) 20325U	84715010	060	6404	PC	1,000	1.063,00	1.063,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
344853	TECLADO 20325U/203410-W7R-ACC	84716052	060	6404	PC	1,000	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
344854	MOUSE 20325U/203410-W7R-ACC	84716053	060	6404	PC	1,000	15,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÁLCULO DO ISSQN													
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO ISSQN	VALOR DO ISSQN										
DADOS ADICIONAIS				RESERVADO AO FISCO									
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PEDIDO 5801565 MERCADORIA DE ST CONFORME ART.313 DO RICMS DECRETO 45490/00 IMPOSTO RETIDO ANTERIORMENTE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.				PDDE/MAIS EDUCAÇÃO									

345

 <p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS</p>	Número da Nota - Serie 000000000031 - E		
	Autenticidade LLBG-B66C		
	Data de Emissão 05/12/2012 08:06:21		
PRESTADOR DE SERVIÇOS			
CPF/CNPJ: 14.794.806/0001-03 IM: 105495 IE: Fone: 2126011617 Nome/Razão Social: MARSU SERVICOS DE PINTURA E INSTALACOES HIDRAULICAS LTD Endereço: AVENIDA . DAS AGUAS MARINHAS, 22 - cep: 24715320 Município: SÃO GONÇALO UF: RJ E-mail: edsontheodoro@ig.com.br			
TOMADOR DE SERVIÇOS			
Município: SÃO GONÇALO UF: RJ E-mail:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Pintura do espaço posterior a secretaria - R\$ 360,00 Pintura do espaço anterior a sala de leitura - R\$ 360,00 Conserto do telhado da sala de informatica - R\$ 550,00			
Consulte a autenticidade desta Nota Fiscal através do site https://saogoncalo.sigiss.com.br/consulta Autenticidade: LLBG-B66C		Situação de Tributação Tributada no Prestador	
Código do Serviço 1405 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e			
Valor Total das Deduções	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)
0,00	1.270,00	5,00%	63,50
VALOR TOTAL DA NOTA = 1.270,00			

PDDE/MAIS EDUCAÇÃO

230

 <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS</p>	Número da Nota - Série: 000000000025 - E		
	Autenticidade: E6LX-1EIX		
	Data de Emissão: 04/10/2012 08:15:07		
PRESTADOR DE SERVIÇOS			
CPF/CNPJ: 14.794.806/0001-03 IM: 105495 IE: Fone: 2126011617 Nome/Razão Social: MARSU SERVICOS DE PINTURA E INSTALACOES HIDRAULICAS LTD Endereço: AVENIDA . DAS AGUAS MARINHAS, 22 - cap: 24715320 Município: SÃO GONÇALO UF: RJ E-mail: edsontheodoro@jg.com.br			
TOMADOR DE SERVIÇOS			
Município: SÃO GONÇALO UF: RJ E-mail:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
CONSTRUÇÃO DE TELHADO NA PARTE DE TRÁS DA SECRETARIA			
Consulte a autenticidade desta Nota Fiscal através do site https://saogoncalo.sigiss.com.br/consulta Autenticidade: E6LX-1EIX		Situação de Tributação Tributada no Prestador	
Código do Serviço 1405 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e			
Valor Total das Deduções	Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)	Valor do ISS (R\$)
0,00	1.680,00	5,00%	84,00
VALOR TOTAL DA NOTA = 1.680,00			

PDDE/MAIS EDUCAÇÃO

(159)

 <p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS</p>	Número da Nota - Serie 00000000017 - E		
	Autenticidade PZIP-OPWX		
	Data de Emissão 31/07/2012 10:19:57		
PRESTADOR DE SERVIÇOS			
<p>CPF/CNPJ: 14.794.806/0001-03 IM: 105495 IE: Fone: 2126011617 Nome/Razão Social: MARSU SERVICOS DE PINTURA E INSTALACOES HIDRAULICAS LTD Endereço: AVENIDA . DAS AGUAS MARINHAS, 22 - cep: 24715320 Município: SÃO GONÇALO UF: RJ E-mail: edsonteodoro@ig.com.br</p>			
TOMADOR DE SERVICOS			
Município: SÃO GONÇALO UF: RJ E-mail:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
COLOCAÇÃO DE PISO - R\$ 970,00 REPARO NA INSTALAÇÃO ELÉTRICA - R\$ 380,00 RETIRADA DE INFILTRAÇÃO - R\$ 390,00			
Consulta a autenticidade desta Nota Fiscal através do site https://saogoncalo.sigiss.com.br/consulta Autenticidade: PZIP-OPWX		Situação de Tributação Tributada no Prestador	
Código do Serviço 1405 - Restauração, acondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e			
Valor Total das Deduções 0,00	Base de Cálculo (R\$) 1.740,00	Aliquota (%) 5,00%	Valor do ISS (R\$) 87,00
VALOR TOTAL DA NOTA = 1.740,00			

P.U.D.E./MAIS EDUCAÇÃO

ANEXO D - Notas Fiscais do E.M.C



PARCO PAPELARIA LTDA
 RUA CAPITÃO JUVENAL FIGUEIREDO KM - 0 LL 07
 COLUMBANDE - SÃO GONÇALO - RJ
 CEP: 24.744-560 - FONE: (21) 2701-5201

DANFE
 DOCUMENTO AUXILIAR
 DA NOTA FISCAL
 ELETRÔNICA
 0 - ENTRADA
 1 - SAIDA
 Nº 89864
 SÉRIE 1
 FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
3312 0905 2140 5300 0633 5500 1000 0898 6412 4031 0650
 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO: **VENDAS DE MERCADORIA**
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: **77658840** INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA: _____
 DADOS DA NF-e: _____ PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO: _____
 CNPJ: **05.214.053/0006-33**

DATA DE EMISSÃO: **25/09/2012**
 DATA DE ENTRADA/SAÍDA: **25/09/2012**
 HORA DE SAÍDA: _____

FATURA / DUPLICATA

CALCULO DO ICMS: BASE DE CÁLCULO DO ICMS: **62,98** VALOR DO ICMS: **11,95** BASE DE CÁLCULO DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO: **0,00** VALOR DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO: **0,00** VALOR TOTAL DOS PRODUTOS: **1.409,96**
 VALOR DO FRETE: **0,00** VALOR DO SEGURO: **0,00** DESCONTO: **0,00** OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS: **0,00** VALOR TOTAL DO IPC: **0,00** VALOR TOTAL DA NOTA: **1.409,96**

RAZÃO SOCIAL: **MTD TRANSPORTES LTDA.** FONE POR COISA: **0 - Emitente** CÓDIGO ANTT: _____ PLACA DO VEÍCULO REBOQUE: _____ UF: _____ CNPJ: **32.314.247/0001-79**
 ENDEREÇO: **R.OD. WASHINGTON LUIS 2569** MUNICÍPIO: **DUQUE DE CAXIAS** UF: **RJ** INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____
 QUANTIDADE: **12** ESPECIE: _____ MARCA: _____ NUMERAÇÃO: _____ PESO BRUTO: _____ PESO LÍQUIDO: **229,680**

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	NCM/SH	C.S.T.	CFOP	UN.	QUANT.	V. UNITARIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	ALÍQUOTA (%)	V. IPT
937	CANETA RETRO PROJETER 1.0MM PINA PRETO ATACADO - CAIXA C/12 - PILOT	96082000	060	5405	CX	1.0000	35,1500	35,15				
940	CANETA RETRO PROJETER 2.0MM PRETO ATACADO - CAIXA C/12 - PILOT	96082000	060	5405	CX	1.0000	24,5500	24,55				
179153	COLA PLASTICA 1000GMS KIT ATACADO - IND UNID - KIT	35069120	060	5405	UN	9,0000	6,7400	60,66				
382793	ENVOLPE COMERCIAL OF. C/PC 11X1229 PCT 8. C/OP 322 ATACADO - PCT C/100 - SCRITY	48171800	060	5405	PC	2,0000	4,4000	8,80				
2771	ETIQUETA P/PECOS CITARIA 18M COD.1-0305 ATACADO - PCT C/10 - ARTEL	48211000	020	5102	PC	1,0000	6,7200	6,72	4,60	0,87	19,00	
3896	FITA ADESIVA 12X10 POLISIL. COLOR VERDE ATACADO - PCT C/10 - ADELBRAS	39191000	030	5102	PC	2,0000	3,1200	6,24	4,27	0,81	19,00	
2015	FITA ADESIVA 12X10 POLISIL. COLOR VERMELHO ATACADO - PCT C/10 - ADELBRAS	39191000	020	5102	PC	2,0000	3,1200	6,24	4,27	0,81	19,00	
1453	FITA ADESIVA 12X10 POLISIL. ROTULO VERDE ATACADO - PCT C/10 - ADELBRAS	39191000	020	5102	PC	4,0000	6,6000	26,40	18,06	3,43	19,00	
230044	FITA P/EMB. 45X45 KIT TRANSPARENTE ATACADO - PCT C4 - KIT	39191000	020	5102	PC	2,0000	5,9600	11,92	8,16	1,55	19,00	
234373	LAPIS GRAFITE KIT N 2 PRETO REF. 8001B ATACADO - CAIXA C/144 - KIT	96091000	060	5405	CX	3,0000	20,5400	61,62				
173728	MARCADOR P/QUADRO BRANCO WBMA RECARREGAVEL PRETO ATACADO - CAIXA C/12 - PILOT	96082000	060	5405	CX	1,0000	65,5800	65,58				
3394	PALITO DE PICULE TIBETO ATACADO - PCT C/100 - TIBETO	44219000	020	5102	PC	6,0000	1,4000	8,40	5,75	1,09	19,00	
112468	PALITO PARA CHURRASCO B/ESTER EM FORNO ATACADO - PCT C/50 - MARIA CLARA	14011000	030	5102	PC	6,0000	1,2300	7,38	5,05	0,96	19,00	
137423	PISTOLA P COLA QUENTE GRANDE HF 862 ATACADO - IND UNID - KIT	48242000	040	5405	UN	3,0000	9,8700	29,66				
222643	PLASTICO 11 FIBROS OF REF. P286 ATACADO - PCT C/10 - KIT	39261000	060	5405	PC	5,0000	1,7200	8,60				
223117	REPI. P/PISTOLA QUENTE GROSSA 11.2MMX300MM SILVER ATACADO - PCT KILO - RENDICOLLA	35052000	020	5102	PC	1,0000	18,7300	18,73	12,82	2,43	19,00	
48294	PAPEL CHAMEX A6 OFFICE 75GRS 500FMS MULTICO ATACADO - CAIXA C/70 - CHAMEX	4825610	060	5405	CX	9,0000	113,2700	1.019,43				

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: _____
 VENDADOR: ROSIMERE MARTIN/PAGAMENTO: CHEQUE A VISTA - ALIQ. 0% BASE C. 1317,93 V.ICMS 00,00 / ALIQ. 19% BASE C. 62,97 V.ICMS 11,96 / BASE DE CALCULO DO ICMS REDUZIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 1 DO DECRETO N 3643, DE 29 DE OUTUBRO DE 2004. TRATAMENTO TRIBUTARIO ESPECIAL CONCEDIDO MEDIANTE PROCESSO EM NOME DA POSTULANTE, IMPUNTO REJEITO POR SUBSTITUIÇÃO CONFORME ICMS RJ ART 27 LIVRO II, INC. II LIVRO II ANEXO I ART 2 LIVRO II PROCON RUA DA AJUDA, 95. SUBSOLO, CENTRO RIO DE JANEIRO RJ. TEL: (21) 51. / COMISSAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ALER. TEL: (21) 2588 8418 FAX: ALG: ANDIGA, 08 CENTRO RJ
 RESERVADO AO FISCO
MAIS EDUCAÇÃO / ED. INTEGRAL



PARCO PAPELARIA LTDA
 RUA CAPITÃO JUVENAL FIGUEIREDO KM 10 L1 07
 COLUMBANDE - SÃO GONÇALO - RJ
 CEP: 24.744-560 - FONE: (21) 2701-5201

DANFE
 DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
 1 - SAIDA

Nº 67297
 SÉRIE 1
 FOLHA 1/3

CHAVE DE ACESSO
3312 0305 2140 5300 0633 5500 1000 0672 9714 6175 3007

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

ATUREZA DA OPERAÇÃO: **VENDAS DE MERCADORIA**

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 77658840

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA

DADOS DA NF-e: 05.214.053/0006-33

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO: 33120305214053000633550010000672971461753007

CNPJ: 05.214.053/0006-33

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 77658840

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA

CNPJ: 05.214.053/0006-33

DATA DE EMISSÃO: 16/03/2012

DATA DE ENTRADA SAÍDA: 16/03/2012

HORA DE SAÍDA

NOME / RAZÃO SOCIAL: []

CNPJ/CPF: []

RAZÃO SOCIAL: []

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
367,26	69,78	0,00	0,00	2.843,91
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA
				2.843,91

RAZÃO SOCIAL: MTD TRANSPORTES LTDA

ENDEREÇO: ROD. WASHINGTON LUIZ 2569

MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS

UF: RJ

CNPJ: 32.314.247/0001-79

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 84326992

QUANTIDADE: 12

ESPECIE: []

MARCA: []

NUMERAÇÃO: []

PESO BRUTO: []

PESO LÍQUIDO: 195,720

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	NCM/SH	C.S.T.	CFOP	UN.	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	ALÍQUOTAS ICMS	V. IPI
223127	PAPEL RIND A4 75GRS 500FLS MASTER - CAIXA C/10 - CHAMEX	48025610	060	5405	CX	5.0000	95,9000	479,50				
176345	AGULHA MAO N. 9 ATACADO - CARTELA C/25 - KIT	73199000	020	5102	CA	1.0000	0,8500	0,85	0,38	0,11	19,00	
2635	APONTADOR ESCOLAR REDONDO REF. MK 8126 ATACADO - CAIXA C/12 - KIT	82341000	060	5405	CX	10.0000	1,0900	10,90				
160403	BARBANTE ALGODÃO 4 FIOS 130 METROS ATACADO - IND UNID - SOBERANO	52054100	060	5405	UN	3.0000	3,3500	10,05				
160404	BARBANTE ALGODÃO 10 FIOS 102 METROS ATACADO - IND UNID - SOBERANO	52054100	060	5405	UN	3.0000	3,3500	10,05				
0713	BLOCO POST-IT 653 NOVAS CORES AZ/RS/VD/AM ATACADO - PCT C/4 - 3M	48201000	060	5405	PC	1.0000	7,8200	7,82				
123705	BORRACHA EVA 60X40X2MM AMARELO BEBE ATACADO - PCT C/10 - EDUART	64062000	020	5102	PC	2.0000	13,3200	26,64	18,23	3,46	19,00	
123715	BORRACHA EVA 60X40X2MM AZUL CLARO ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	1.0000	13,3200	13,32	9,11	1,73	19,00	
123732	BORRACHA EVA 60X40X2MM BRANCO ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	5.0000	13,3200	66,60	45,57	8,66	19,00	
123735	BORRACHA EVA 60X40X2MM LARANJA ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	1.0000	13,3200	13,32	9,11	1,73	19,00	
123744	BORRACHA EVA 60X40X2MM PRETO ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	1.0000	13,3200	13,32	9,11	1,73	19,00	
123746	BORRACHA EVA 60X40X2MM ROSA BEBE ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	1.0000	13,3200	13,32	9,11	1,73	19,00	
123748	BORRACHA EVA 60X40X2MM ROXO ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	1.0000	13,3200	13,32	9,11	1,73	19,00	
152865	BORRACHA EVA 60X40X2MM TIOLO ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	1.0000	13,3200	13,32	9,11	1,73	19,00	
123757	BORRACHA EVA 60X40X2MM VERDE LÍMÃO ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	2.0000	13,3200	26,64	18,23	3,46	19,00	
123758	BORRACHA EVA 60X40X2MM VERMELHO SANGUE ATACADO - PCT C/10 - EDUART	39211900	020	5102	PC	3.0000	13,3200	39,96	27,34	5,19	19,00	
123575	BORRACHA MERCUR 60 ATACADO - CAIXA C/6 - MERCUR	40169200	060	5405	CX	5.0000	10,6500	53,25				
24265	BOTA BONOR REF 1145 28 50/173 BRANCO ATACADO - PCT C/14 - BONOR	86062100	020	5102	PC	2.0000	11,8300	23,66	16,19	3,88	19,00	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

RESERVADO AO FISCO

MAIS EDUCAÇÃO / ED. INTEGRAL

VENDEDOR: VIVIANE BRITO/PAGAMENTO: CHEQUE A VISTA/ ALIQ 1% BASE C. 367,20 V. ICMS 69,77 / ALIQ 0% BASE C. 2307,22 V. ICMS 00,00 / BASE DE CÁLCULO DO ICMS REDUZIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 1 DO DECRETO N 36453, DE 29 DE OUTUBRO DE 2004. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO ESPECIAL CONCEDIDO MEDIANTE PROCESSO EM NOME DA POSTULANTE / IMPOSTO RETIDO POR SUBSTITUIÇÃO CONFORME ICMS RJ ART 17 LIVRO II, INC. II, LIVRO II, ANEXO I ART 2 LIVRO II / PROCON: RUA DA AJUDA, 05, SUBSOLO, CENTRO RIO DE JANEIRO RJ. TEL: (21) 51. / COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ALERJ TEL: (21) 2588 81; RUA ALFONDEGA, 08 CENTRO RJ



PARCO PAPELARIA LTDA
 RUA CAPITÃO JUVENAL FIGUEIREDO KM 10 Lt. 07
 COLUMBANDE - SÃO GONÇALO - RJ
 CEP: 24.744-560 - FONE: (21) 2701-5201

DANFE
 DOCUMENTO AUXILIAR
 DA NOTA FISCAL
 ELETRÔNICA
 0 - ENTRADA
 1 - SAÍDA
 Nº 67297
 SÉRIE 1
 FOLHA 2/3



CHAVE DE ACESSO
3312 0305 2140 5300 0633 5500 1000 0672 9714 6175 3007
 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDAS DE MERCADORIA
 INSCRIÇÃO ESTADUAL
72658840

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA

DADOS DA NF-e
 PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
 333120033240509 16/09/2012 11:09:47
 CNPJ
05.214.053/0006-33

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	NCM/SH	C.S.T.	CFOP	UN.	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	ALÍQUOTA (%)	V. IPI
3563	NOTA DONOR REF.1143 28 502/12 PRETO ATACADO - PCT C/144 - BONOR	96062100	020	5102	PC	2,0000	11,8300	23,66	16,19	3,00	19,00	
186343	CADERNO MUSICA UNIV. CD 64 FLS ATACADO - PCT C/4 - TAMOIO	49209000	060	5405	PC	4,0000	26,7400	82,96				
2543	CANETA COMPACTOR COLOR 12 CORES ATACADO - PCT C/5 - COMPACTOR	96081000	060	5405	PC	4,0000	52,2600	209,12				
2561	CANETA HIDROCOR WROPEN MIRM 12 CORES ATACADO - PCT C/5 - COMPACTOR	96082000	060	5405	PC	10,0000	23,2600	232,60				
937	CANETA RETRO PROJETO 1,0MM FINA PRETO ATACADO - CAIXA C/12 - PILOT	96082000	060	5405	CX	1,0000	35,7700	35,77				
211918	CANETA RETRO PROJETO 2,0MM CD/DVD REF 755203 PRETO ATACADO - CAIXA C/12 - KIT	96082000	060	5405	CX	1,0000	11,6800	11,68				
107163	COLA C/BRILHO 23G 4 CORES 02823 SORTIDO ATACADO - CAIXA UNID - ACRILEX	32969190	060	5405	CX	8,0000	7,6400	61,12				
95054	COLA COLORIDA 6 CORES ATACADO - CAIXA UNID - KIT	32969120	060	5405	CX	5,0000	2,5400	12,70				
47127	COLA COLORIDA 6 CORES R.02686 ATACADO - CAIXA UNID - ACRILEX	32969190	060	5405	CX	6,0000	3,9200	23,52				
95040	COLA PLASTICA 40GRS KIT ATACADO - PCT C/5 - KIT	32969120	060	5405	PC	2,0000	2,4100	4,82				
3682	CRACHA C/CORDAO 8X12 R.C/11 HORIZONTAL ATACADO - PCT C/100 - ACP	39241000	060	5405	PC	2,0000	47,0000	94,00				
182316	DVD-R 4,7GB ELGIN 8X - ENVELOPE 82099 ATACADO - IND UNID - ELGIN	85234110	060	5405	UN	7,0000	1,2400	8,68				
18391	ENVELOPE SACO BRANCO 22X32 R.1027 ATACADO - PCT C/100 - MATITRA	48171000	060	5405	PC	4,0000	16,4400	65,76				
34039	ESTRELA METALICA SORTIDO ATACADO - PCT C/30GRS - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	3,0000	1,1500	3,45	3,16	0,45	19,00	
1451	FITA ADESIVA 16X30 DUPLA FACE PP ATACADO - PCT C/6 - ADELBRAS	39191000	060	5405	PC	4,0000	23,0100	92,04				
220044	FITA MEMB. 40X45 KIT TRANSPARENTE ATACADO - PCT C/4 - KIT	39191000	060	5405	PC	4,0000	5,6600	22,64				
2301	GEZ DE CERA PEQUENO 12 CORES R.09012 ATACADO - PCT C/12 - ACRILEX	94999000	060	5405	PC	4,0000	10,8000	43,20				
202050	GRAMPO 26x C/500 GALVANIZADO ATACADO - CAIXA UNID - BACCHI	83052000	020	5102	CX	2,0000	3,2700	6,54	4,47	0,85	19,00	
9105	LA FAMILIA REF. 084 CRU ATACADO - PCT C/5 - PINGUIM	55111000	020	5102	PC	1,0000	10,2700	10,27	7,03	1,34	19,00	
9110	LA FAMILIA REF. 205 CROMO ATACADO - PCT C/5 - PINGUIM	55111000	020	5102	PC	1,0000	10,2700	10,27	7,03	1,34	19,00	
9108	LA FAMILIA REF. 314 TOMATE ATACADO - PCT C/5 - PINGUIM	55111000	020	5102	PC	1,0000	10,2700	10,27	7,03	1,34	19,00	
9092	LA FAMILIA REF. 100 PRETO ATACADO - PCT C/5 - PINGUIM	55111000	020	5102	PC	1,0000	10,2700	10,27	7,03	1,34	19,00	
9125	LA FAMILIA REF. 1673 AMAZONIA ATACADO - PCT C/5 - PINGUIM	55111000	020	5102	PC	1,0000	10,2700	10,27	7,03	1,34	19,00	
234373	LAPIS GRAFITE KIT N 2 PRETO SEP.80010 ATACADO - CAIXA C/144 - KIT	94091000	060	5405	CX	6,0000	17,4000	104,40				
194280	LNHA POLIESTER 120 2900DS 101 BRANCO ATACADO - CONE UNID - BONFIO	55081000	020	5102	CN	1,0000	1,8900	1,89	1,29	0,25	19,00	
194281	LNHA POLIESTER 120 2900DS 105 PRETO ATACADO - CONE UNID - BONFIO	54023300	020	5102	CN	1,0000	2,3100	2,31	1,58	0,30	19,00	
2398	MASSA FIMOELAR 12 CORES R.07012 ATACADO - PCT C/12 - ACRILEX	34070010	060	5405	PC	3,0000	26,5100	79,53				
33955	PAETE BRISA DO LISO 6MM 014 ROSA ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	2,0000	1,4800	2,96	2,03	0,38	19,00	
32043	PAETE BRISA DO LISO 6MM 014 ROSA ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	1,0000	1,4800	1,48	1,01	0,19	19,00	
132046	PAETE METALICO LISO 6MM 051 PRETO ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	2,0000	0,9000	1,80	1,23	0,23	19,00	
33957	PAETE METALICO LISO 6MM 057 VERMELHO ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	3,0000	0,9000	2,70	1,85	0,35	19,00	
33962	PAETE METALICO LISO 6MM 061 AZUL CELESTE ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	3,0000	0,9000	2,70	1,85	0,35	19,00	
34013	PAETE METALICO LISO 6MM 064 DOURADO ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	2,0000	1,3100	2,62	1,79	0,34	19,00	
31734	PAETE METALICO SEXTAVADO 6MM 051 PRETO ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	1,0000	0,9000	0,90	0,62	0,12	19,00	
24376	PAETE METALICO SEXTAVADO 6MM 064 DOURADO ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	1,0000	0,9000	0,90	0,62	0,12	19,00	
32353	PAETE METALICO SEXTAVADO 6MM 058 VERDE BANDEIRA ATACADO - PCT C/1000 - ARTESAO DO BRILHO	83089090	020	5102	PC	7,0000	1,3100	9,17	6,21	1,15	19,00	
185470	PALITO DE PICOLE KV AMARELO ATACADO - PCT C/100 - THEOTO	44219000	020	5102	PC	1,0000	1,8200	1,82	1,25	0,24	19,00	
185464	PALITO DE PICOLE KV AZUL ATACADO - PCT C/100 - THEOTO	44219000	020	5102	PC	1,0000	1,8200	1,82	1,25	0,24	19,00	
185466	PALITO DE PICOLE KV VERDE ATACADO - PCT C/100 - THEOTO	44219000	020	5102	PC	1,0000	1,8200	1,82	1,25	0,24	19,00	
3394	PALITO DE PICOLE THEOTO ATACADO - PCT C/100 - THEOTO	44219000	020	5102	PC	1,0000	1,3300	1,33	0,91	0,17	19,00	
1296	PAPEL CREPOM AZUL CELESTE ATACADO - PCT C/10 - V.M.P	48081000	060	5405	PC	1,0000	3,9400	3,94				
1279	PAPEL CREPOM AZUL ESCURO ATACADO - PCT C/10 - V.M.P	48081000	060	5405	PC	1,0000	3,9400	3,94				
1277	PAPEL CREPOM LARANJA ATACADO - PCT C/10 - V.M.P	48081000	060	5405	PC	1,0000	3,9400	3,94				
29631	PAPEL CREPOM VERDE BANDEIRA ATACADO - PCT C/10 - REALCE	48081000	060	5405	PC	1,0000	3,9400	3,94				
156722	PAPEL FILIPINHO COLOR 45FLS A4 85GRS COLORIDO ATACADO - PCT UNID - FILIPAPER	48119000	060	5405	PC	14,0000	3,7000	51,82				
55543	PAPEL POLYCOR 80X100 AMARELO ATACADO - PCT C/10 - KIT	39202019	060	5405	PC	1,0000	5,8100	5,81				
55546	PAPEL POLYCOR 80X100 AZUL ESCURO ATACADO - PCT C/10 - KIT	39202019	060	5405	PC	1,0000	5,8100	5,81				
55554	PAPEL POLYCOR 80X100 ROSA ATACADO - PCT C/10 - KIT	39202019	060	5405	PC	1,0000	5,8100	5,81				
55556	PAPEL POLYCOR 80X100 VERDE ATACADO - PCT C/10 - KIT	39202019	060	5405	PC	1,0000	5,8100	5,81				
55557	PAPEL POLYCOR 80X100 VERMELHO ATACADO - PCT C/10 - KIT	39202019	060	5405	PC	1,0000	5,8100	5,81				

M. 3 EDUCAÇÃO / ED. INTEGRAL



PARCO PAPELARIA LTDA
 RUA CAPTÃO JUVENAL FIGUEIREDO KM 10 L. 07
 COLUMBANDE - SÃO GONÇALO - RJ
 CEP: 24.744-560 - FONE: (21) 2701-5201

DANFE
 DOCUMENTO AUXILIAR
 DA NOTA FISCAL
 ELETRÔNICA
 0 - ENTRADA
 1 - SAÍDA
 Nº 67297
 SÉRIE I
 FOLHA 3/3

CHAVE DE ACESSO
3312 0305 2140 5300 0633 5500 1000 0672 9714 6175 3007
 Consulte de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO: **VENDAS DE MERCADORIA**
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: **77658840**
 INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIA: **05.214.053/0006-33**
 DADOR DA NF-e: **3331206332405991603/2012 11-08-27**
 PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO FISCAL

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	NCM/SH	C.S.T.	CEP	UN.	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	ICMS	V. ICMS	ALÍQUOTA (%)	V. IPI
2618	PERFURADOR CENTRAL DX ATACADO - IND UNID - CENTRAL	84729040	020	5102	UN	1.0000	29,4000	29,40	20,16	3,83	19,00	
17229	PINCEL P/PRINTURA K20/ 6 ATACADO - PCT C12 - KIT	96031000	060	5405	PC	7.0000	6,3900	44,73				
137423	PISTOLA F-COLA QUENTE GRANDE HP 042 ATACADO - IND UNID - KIT	84242000	060	5405	UN	1.0000	9,0000	9,00				
137424	PISTOLA F-COLA QUENTE PEQUENA HP-037 ATACADO - IND UNID - KIT	84242000	060	5405	UN	1.0000	6,5100	6,51				
195364	PRENDIDOR DE ROUPAS DE MADEIRA ATACADO - PCT C20 - ONDA MADEIRA	44219000	020	5102	PC	12.0000	1,9900	13,08	8,95	1,70	19,00	
223119	REFIL P/PISTOLA QUENTE FINA 7,5MMX300MM SILVER ATACADO - PCT KILO - BENDICOLLA	33652000	020	5102	PC	1.0000	18,7300	18,73	12,82	2,43	19,00	
223117	REFIL P/PISTOLA QUENTE GROSSA 11,2MMX300MM SILVER ATACADO - PCT KILO - BENDICOLLA	33652000	020	5102	PC	1.0000	18,7300	18,73	12,82	2,43	19,00	
158533	TEMPERA GUACHE 15 ML C11 REF 0312 ATACADO - IND UNID - ACRILEX	31131000	060	5405	UN	3.0000	3,7200	11,16				
194848	TESOURA ESCOLAR GP-30H KIT COLORDA ATACADO - COLTA C20 - KIT	90082000	060	5405	CK	4.0000	16,6400	66,56				
4957	TESOURA MUNDIAL REF. 665 8 1/2 P/COIAR ATACADO - CARTELA UNID - MUNDIAL	82130000	060	5405	CA	1.0000	44,8700	44,87				
117213	VELCRO KIT 10MTS 5/8 16MM BRANCO ATACADO - IND C/MTS - KIT	59064000	020	5102	UN	2.0000	12,1900	24,38	16,68	3,17	19,00	
10398	TINTA SQUEZZ 15ML AMARELO CANAÑO VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	1,7800	1,78	1,27	0,23	19,00	
10410	TINTA SQUEZZ 15ML MAGENTA VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	1,7800	1,78	1,27	0,23	19,00	
10415	TINTA SQUEZZ 15ML PRETO VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	1,7800	1,78	1,27	0,23	19,00	
189889	TINTA SQUEZZ ACQUA 15ML AZUL VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,3600	2,36	1,61	0,31	19,00	
189893	TINTA SQUEZZ ACQUA 15ML VERDE VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,3600	2,36	1,61	0,31	19,00	
10399	TINTA SQUEZZ OGLITER 15ML CORE VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,6400	2,64	1,81	0,34	19,00	
79947	TINTA SQUEZZ OGLITER 15ML LIMAO VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,6400	2,64	1,81	0,34	19,00	
157005	TINTA SQUEZZ OGLITER 15ML MULTICOR VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,6400	2,64	1,81	0,34	19,00	
10404	TINTA SQUEZZ OGLITER 15ML OURO VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,6400	2,64	1,81	0,34	19,00	
10406	TINTA SQUEZZ OGLITER 15ML PEROLA VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	2.0000	2,6400	5,28	3,61	0,69	19,00	
10402	TINTA SQUEZZ OGLITER 15ML PRATA VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	2.0000	2,6400	5,28	3,61	0,69	19,00	
10400	TINTA SQUEZZ OGLITER 15ML VERDE VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,6400	2,64	1,81	0,34	19,00	
10397	TINTA SQUEZZ OGLITER 15ML VERMELHO VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,6400	2,64	1,81	0,34	19,00	
10414	TINTA SQUEZZ FLORESCENTE 15ML AMARELO VAREJO - IND UNID - GLITTER	33069120	020	5102	UN	1.0000	2,6000	2,60	1,78	0,34	19,00	
10409	TINTA SQUEZZ FLORESCENTE 15ML ROXA VAREJO - IND UNID - GLITTER	33069120	020	5102	UN	1.0000	2,6000	2,60	1,78	0,34	19,00	
10412	TINTA SQUEZZ FLORESCENTE 15ML VERDE VAREJO - IND UNID - GLITTER	33069120	020	5102	UN	1.0000	2,6000	2,60	1,78	0,34	19,00	
79964	TINTA SQUEZZ METALICO 15ML LILAS VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	1.0000	2,6000	2,60	1,78	0,34	19,00	
10415	TINTA SQUEZZ METALICO 15ML VERMELHO VAREJO - IND UNID - GLITTER	32119000	020	5102	UN	2.0000	2,6000	5,20	3,56	0,68	19,00	
102977	LAFIS DE COR INTERIO 24 CORES HEXAG REF 09624 MULTIFLO ATACADO - PCT GR - ACRILEX	96091000	060	5405	PC	6.0000	45,0200	270,12				

DADOS DO PRODUTO/SERVICO

MAIS EDUCAÇÃO / ED. INTEGRAL